



100 anos de lutas

A história dos metalúrgicos de Caxias do Sul

Paulo Roberto Wunsch
Saulo Rodrigo Bastos Velasco



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Rio Grande do Sul

100 anos de lutas

A história dos metalúrgicos de Caxias do Sul

Paulo Roberto Wunsch
Saulo Rodrigo Bastos Velasco

Bento Gonçalves (RS)

2022

Reitor

Júlio Xandro Heck

Pró-Reitora de Administração

Tatiana Weber

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Amilton de Moura Figueiredo

Pró-Reitor de Ensino

Lucas Coradini

Pró-Reitora de Extensão

Marlova Benedetti

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Eduardo Girotto

@ Paulo Roberto Wunsch, 2022

@ Saulo Rodrigo Bastos Velasco, 2022

Projeto gráfico e revisão

Dinarte Albuquerque Filho

Foto da capa/Reprodução – *Do Itálico Berço à Nova Pátria Brasileira*,
de Aldo Locatelli

Roque Jr.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

W966c Wunsch, Paulo Roberto 1961-
 100 de Lutas : a história dos metalúrgicos de Caxias do Sul /
 Paulo Roberto Wunsch, Saulo Rodrigues Bastos Velasco. -- Bento
 Gonçalves, RS : IFRS, 2022.
 129 p.

 ISBN 978-65-5950-106-9 (Livro digital)
 ISBN 978-65-5950-109-0 (Livro físico)

 1. Sindicatos. 2. Metalúrgicos – Caxias do Sul (RS). I. Velasco,
 Saulo Rodrigo Bastos. II. Título.

CDU: 331.88

Catalogação na publicação: Aline Terra Silveira CRB10/1933

Apoio

Edital IFRS nº 01/2022 - Auxílio à publicação de produtos bibliográficos

Agradecimentos

Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul

Sumário

Prefácio

Mariana Duarte

Capítulo 1

Raízes da organização e luta operária

As primeiras formas organizativas	17
O começo das lutas operárias em Caxias	21
A reação ao movimento operário	30

Capítulo 2

O Estado e o Sindicato no pós-1930

A intervenção do Estado nos sindicatos	35
Operários caxienses reunidos	36

Capítulo 3

A história do Sindicato dos Metalúrgicos

A organização do Sindicato	45
A exposição na Gazola	50
Contradições da Guerra	51
A intervenção no Sindicato	52
A retomada das lutas	54

Capítulo 4

O controle sindical pós-Golpe de 1965

Destituição e prisão de sindicalistas	61
Ressurgem as mobilizações	67
As conquistas e a ofensiva neoliberal	80

Capítulo 5

A hegemonia classista

Fortalecer as lutas	87
Um novo tempo	92

Notas	119
--------------------	-----

Anexos

Anexo I	122
Anexo II	124

Referências bibliográficas	127
---	-----

Operário

Leandro Angonese

*De segunda a sexta
Algumas vezes aos sábados
Com a força do braço
O homem transforma o aço*

*Não encontra lugar o cansaço
Suor brota na testa do bravo
Profissional atento
Emprego escasso*

*Nas fábricas
Modernas senzalas
Prensas vomitam peças
Soldas unem paralelas
Esmerilhadeiras aparam arestas
Parquímetros conferem milímetros*

*Homens a todo vapor
Emprego ameaçado
Por insidiosos robôs*

*Dedos amputados
Suor amargo
Pés cansados
Mãos cheias de calos
Emprego escravo
Trabalhador assalariado
Fim de mês
Apenas trocados*

*A produção é imensa
Assim como é intensa
A linha de produção*

*Trabalhador escravo
Escravo operário
Transforma o mundo
Sem ser notado*

*E os filhos ao redor da mesa
Observam o pão da esmola
Oram a Deus
Agradecendo o pouco que tem*

Apresentação

Esta obra é a síntese dos 100 anos de lutas desenvolvidas pelos operários caxienses, em especial, os metalúrgicos. O marco inicial é a primeira greve de metalúrgicos que ocorreu em 1920, nas oficinas mecânicas dos “Srs. Ario Zanelato & Bertoni, fabricantes de balanças”.

A história, aqui evidenciada, é sobre aquilo que aconteceu, e reveste-se de ineditismo em razão da pesquisa documental efetuada. Nela, se estabelece uma relação orgânica e dialética entre as lutas dos operários com suas formas de organização, o contexto político, a conjuntura econômica e mesmo as condições técnico-organizacionais do trabalho.

As fontes principais desta obra são os jornais de Caxias do Sul a partir do ano de 1897, entre os quais os jornais *O Brazil*, *A Tribuna*, *O Regional* e *O Caxiense*, entre os muitos periódicos consultados. Outras fontes primárias usadas foram os livros de atas do Sindicatos dos Metalúrgicos, bem como os jornais da entidade. Ainda se pesquisou alguns livros, dissertações e teses relativas à história do movimento operário.

Por sua vez, em relação à escolha deste tema e segmento de classe, a mesma se deu em razão de sua importância política, social e econômica para a região Nordeste do estado do Rio Grande do Sul e o papel no movimento sindical brasileiro, assim como pelo fato dos autores já terem desenvolvido pesquisas e atividades profissionais junto à entidade sindical, como, por exemplo, a elaboração da tese de doutoramento denominada *Sindicalismo e Reestruturação produtiva no Brasil: Desafios da Ação Sindical dos metalúrgicos de Caxias do Sul/RS* (WÜNSCH, 2013), bem como o fato de terem atuado profissionalmente em cursos de Formação Sindical e no Programa Integrar/RS de Educação de Metalúrgicos.

Prefácio

Mariana Duarte¹

“O trabalho exige uma certa conduta e disciplina que fortalece a postura de dignidade perante à sociedade.”

(Bruno Segalla, 1993)

100 anos de luta: os metalúrgicos de Caxias do Sul, do cientista social Paulo Roberto Wünsch e do historiador Saulo Rodrigo Bastos Velasco, apresenta, em livro, a síntese de suas pesquisas e das atividades profissionais e sindicais acerca da História da metalurgia de Caxias do Sul, do movimento operário e, sobretudo, dos trabalhadores metalúrgicos desta cidade, aliada a trabalhos acadêmicos como obras literárias, teses e dissertações, publicações institucionais e fontes primárias – como atas dos sindicatos –, sobre o tema e principalmente jornais da cidade editados e publicados a partir de 1897, além de um rico apanhado fotográfico, para compreender o cenário e os bastidores deste centenário de lutas e, mais do que tudo, de conquistas.

Sabe-se que a importância econômica da região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul é tida por conta do processo de industrialização, quase em sua totalidade voltado à indústria metalúrgica, sendo berço de grandes empresas de reconhecimento internacional na área, o que atraiu, e atrai, mão de obra até os tempos contemporâneos das mais diversas localidades nacionais e, recentemente internacionais, devido aos processos imigratórios advindos, por exemplo, do Haiti e da Venezuela, dessa forma miscigenando a cultura e abrindo campo para diversos ideais a serem discutidos em prol do bem melhor para estes trabalhadores, encabeçados por líderes de sindicatos nestes cem anos. Lideranças as quais hoje batizam as ruas e centros culturais de nossa cidade. É ressaltado, por isso, nesta obra, também a impossibilidade de dissociar a formação social da formação econômica de uma região; portanto, aqui se direciona a luz nestes trabalhadores, na sua luta e na herança batalhadora que legaram aos próximos.

As raízes dos 100 anos de luta são identificadas pelos autores ao evidenciar as formas de organização e as movimentações dos operários por volta da segunda década dos anos 1900, a primeira greve dos metalúrgicos em 1920 e a primeira greve de obreiros em 1927, e é corroborada a perseguição e crimina-

lização do movimento operário. Com o passar dos anos, o movimento de 1930 une estes operários residentes na cidade de Caxias do Sul pela mesma causa. É observado também, nesta pesquisa, o surgimento do Sindicato dos Metalúrgicos na região, pautando as lutas, e o surgimento e/ou fortalecimento de algumas personalidades envolvidas, como Bruno Segalla, que ganha as páginas dos jornais ao convidar “o líder do partido vermelho” Luiz Carlos Prestes, em 1959, para uma visita à católica e dita disciplinada Pérola das Colônias.

Bruno Segalla, enquanto líder sindical, ao falar das greves na Metalúrgica Abramo Eberle, costumava dizer: “A greve nas firmas era quase impossível. Havia a maior dificuldade em organizar homens que participassem de uma paralisação para defender seus próprios interesses. Foram anos de lutas em dissídios para propor uma greve. Chegou a sair uma na qual participaram apenas 6 operários. As empresas tinham uma tradição, um costume, uma espécie de Bíblia trabalhista que conseguia eliminar todas as greves e foi apenas em 1963 que conseguimos ruir com esta mentalidade. Aí houve uma greve total, onde participaram 95% dos operários.”²

Se ao final dos anos 1950 e primeira metade dos anos 1960 os rostos e as ações dos trabalhadores metalúrgicos sindicalizados estava estampado nas mídias impressas e agregando mais e mais entusiastas, quatro anos depois as movimentações cairiam na obscuridade do Golpe Militar de 1964. Destituições e prisões são ordenadas pelos militares avessos às lutas que tanto benefício trazem para a classe. Mas é impossível destituir a memória de um povo, e pesquisas e revelações dispostas em obras como a presente análise desta investigação, impedem e irão impedir que vozes de que são entoadas pelo bem-estar social sejam silenciadas outra vez.

O anseio pela redemocratização coexiste com aquele período sombrio, visto que em torno de 364 greves são realizadas pelos metalúrgicos entre 1978 e 1979 no Brasil, sendo que 31 delas em nosso Estado do Rio Grande do Sul, e, em paralelo com a crise financeira que o país atravessava nos anos 1980, estava o fortalecimento das ações pela redemocratização, desde simbólicas greves até uma manifestação na abertura de uma edição da Festa Nacional da Uva, demonstrando que Caxias do Sul nunca se esquivou e sempre esteve em sintonia com os ideais dos sindicatos metalúrgicos em prol do operariado. O fortalecimento das lutas foi apenas mais uma máxima relevante de um país que logo assistiria a abertura política e a chegada de um novo tempo, que hoje abraça e tem suporte de um sindicato dos metalúrgicos de fundamento.

Estamos ambientados em um município que preza pela industrialização e pela economia metalmeccânica, sendo assim um grande polo do referido setor, que teve a sua origem na colonização advinda do Sul da Itália, impulsiona-

da pelo cultivo da terra. Aqui neste espaço estão descendentes de imigrantes “sem-terra” italianos que caminham lado a lado com trabalhadores que cá chegam em busca da oportunidade de emprego em um dos seus inúmeros postos de produção. E celebramos o encontro de economia e da sociedade em eventos que misturam esse passado esforçado na terra com a atual tecnologia nas empresas. Mas nem só de fábricas se faz a cidade de Caxias do Sul, que também foi e é palco de reivindicações, formação de uma forte e determinada sociedade única, de cultura e de luta, que merece ter sua História política escrita com dedicação e zelo, como nesta obra.

¹ Doutora em Letras (UCS), com a tese *A uva e a engrenagem de bronze: uma leitura da arte numismática de Bruno Segalla*, tendo realizado a disciplina de Procesos Culturales na Universidad Nacional de Colombia. Mestra em Letras, Cultura e Regionalidade na linha de Processos Culturais. Licenciada em História (UCS), com período cursado na Benemérita Universidad Autonoma de Puebla/México. É autora dos livros *Enxadas de açúcar: economia e formação social na ficção de José Lins do Rego* (2015) e *Dossiê de Percurso: Instituto Bruno Segalla* (2017). Como educadora, possui experiência nas disciplinas de História do Brasil, Mediação Cultural, Língua Espanhola e Fundamentos do Patrimônio Cultural. Também compõe a diretoria do Instituto Bruno Segalla desde 2013, inicialmente como Diretora de Patrimônio, Presidente (gestão 2017-2019) e atualmente Vice-Presidente, cursando pós-graduação em Conservação e Restauo de Bens Bidimensionais.

² LAZZAROTTO, Valentim. **Pobres construtores de riqueza**. Caxias do Sul: EDUCS, 1981. p. 177.

Raízes da organização e luta operária

Este capítulo aborda as primeiras formas de organização, especialmente dos imigrantes, ou seja, as Associações e Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, algumas das quais com caráter de mobilização operária. Com base em pesquisa em jornais, confere visibilidade às primeiras lutas operárias em Caxias do Sul, assim como a reação do Estado e da classe dominante a esses movimentos operários.

As primeiras formas organizativas

O foco da presente obra é evidenciar as formas de organização e as lutas operárias na região Nordeste do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, dos metalúrgicos de Caxias do Sul. Possivelmente, um dos primeiros conflitos no período inicial da vinda dos imigrantes à região, foi a chamada “rebelião dos colonos” contra o corte dos “subsídios de chegada”, ou seja, o “auxílio dado” aos imigrantes para subsistirem nos primeiros meses, o qual estava previsto no regulamento das colônias do Estado. Esse movimento ocorreu em 1877, sendo que em Caxias do Sul e em Dona Isabel (Bento Gonçalves) a repressão do movimento provocou a morte de cinco imigrantes. Conforme Machado (1999 *apud* Tissot, 2008), “dois batalhões de linha do exército foram enviados para reprimir uma rebelião de imigrantes no Rio Grande do Sul, nas novas colônias imperiais de Caxias, Dona Isabel e Conde d’Eu”.

Quanto às primeiras formas de organização em Caxias do Sul, em 1887 surge a Sociedade de Socorro Mútuo¹, denominada de Societá Operaria Príncipe di Napoli, com o objetivo principal de preservar a cultura italiana. Na região Nordeste gaúcha havia ainda as associações Stella d’Italia (1882) e Conde d’Eu (1883), em Garibaldi, Regina Margheritta (1882) e Umberto I (1908), em Bento Gonçalves.

As associações ou sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo eram formadas com diferentes objetivos, isto é, algumas tinham como foco a preservação da cultura e/ou prover a assistência aos associados, nesse caso com caráter nitidamente mutualista, e/ou lutar por direitos como melhores salários, condições de trabalho e redução da jornada de trabalho. Neste sentido, é oportuno lembrar que até 1888 coexistiam o trabalho escravo com o trabalho assalariado, e que as categorias profissionais que mais se mobilizam em greves no final do século XIX, reivindicando melhores condições de vida e trabalho, eram os tipógrafos, os ferroviários e os caixeiros² (PEDROSO, 1998).

No caso do Rio Grande do Sul, nesse período inicial de organização operária, prevaleceu, nas organizações, o seu caráter “mutualista”. Conforme Marçal (1985), neste período, até o ano de 1892, as organizações operárias tinham o objetivo de promover o socorro mútuo em caso de doença e acidente, ou ajuda pecuniária na velhice e enterro.

A partir de 1892³, aqui no Rio Grande do Sul, as organizações de caráter mutualistas passaram a coexistir com as sociedades operárias com caráter nitidamente de resistência, mas minoritárias numericamente em termos quantitativos em relação ao conjunto de organizações. Cabe ressaltar que, neste período, no Estado, mais precisamente entre os anos de 1890 e 1898, ocorreram sete

greves (PETERSEN; LUCAS, 1992).

As organizações com caráter político de resistência operária têm sua origem com a vinda dos imigrantes com experiência organizativa e consciência de classe. Como evidência disto pode-se citar as organizações operárias com caráter socialista, como, por exemplo, a Associação Operária Socialista (1895), de Porto Alegre; a Liga Operária Internacional (1896) e a Sociedade de Mútua Proteção (1897), de Alegrete; a Sociedade de Beneficência União dos Artistas de Uruguaiana (1897); a Sociedade Auxiliadora Operária (1901), de São Leopoldo; e a Sociedade Beneficente dos Alfaiates (1908), de Bagé. Outro exemplo é a letra do hino “Marselhesa Operária”, escrita em 1897 pelo líder operário gaúcho Francisco Xavier da Costa.

Marselhesa Operária

*Alerta Povo proletário
Ergamos nosso pavilhão:
Contra nós do fero argentário
Já se uniu fatal legião
Olhai! Além, lá no porvir
Surge o espectro do terror;
Miséria e fome hão de surgir
Sob o azorrague opressor!*

*Alerta!, companheiros,
Por vosso bem-estar.
Avante!, avante!
Que bons obreiros
Não deixem se aviltar.*

*O Capital que nos explora
Não seja mais nosso senhor!
- Quem direitos possui não implora
Mas combate o egoísta opressor!
Lembra que enquanto o proletário
Trabalha e sofre todo o mal,
À custa dele argentário
Vive feliz, goza, afinal!*

*Alerta!, companheiros,
Por vosso bem-estar.
Avante!, avante!
Que bons obreiros
Não deixem se aviltar.*

*O operário honestamente
Moureja – e às vezes nem tem pão!
Vamos!, do nosso esforço ingente
Surgirá e feliz redenção!
E que o romper da nova era
Seja-o também da liberdade
Contra o egoísmo que ora impera
Venham justiça e igualdade.*

*Alerta!, companheiros,
Por vosso bem-estar.
Avante!, avante!
Que bons obreiros
Não deixem se aviltar.*

*Se quais escravos padecemos,
Servindo sempre a El Rei Milhão
Mas unidos, nós quebraremos
Os grilhões, dessa atroz servidão
Alerta!, pobres explorados,
Párias da nova sociedade!
Avante, pois unificados:
Eia!, a vitória da igualdade!*

*Alerta!, companheiros,
Por vosso bem-estar.
Avante! união do Trabalho, avante!
Que bons obreiros
Não deixem se aviltar.*

(in PETERSEN; LUCAS, 1992)

Em resumo, a organização de entidades com a finalidade de reivindicar direitos dos trabalhadores deu-se com a vinda dos imigrantes e o respectivo crescimento do trabalho assalariado⁴. No caso da organização operária no Rio Grande do Sul, já em 1896 e 1898 houve iniciativas na busca de articulação de organizações operárias e da definição de bandeira de luta. Com essa finalidade, foi organizado o 1º Congresso Operário Estadual e o 1º Congresso Operário em Porto Alegre (PETERSEN, 2001). Esse congresso foi uma iniciativa dos chamados sindicalistas “sociais-democratas” ou “socialistas”, e contou com a presença dos anarco-sindicalistas. Nesse congresso foi aprovada a criação da Confederação Operária Sul-Riograndense. Mas sua fundação dá-se com o nome de Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), e ocorreu em 1906 durante a greve de diversas categorias, que durou 21 dias e reivindicava a jornada de oito horas. (PETERSEN, 2001). Conforme Bak (2003, *apud* Tissot 2008), “a grande participação de trabalhadores qualificados que sabiam que não poderiam ser substituídos facilmente no limitado mercado local é uma das explicações mais importantes de sua determinação em manter a greve”.

Em termos nacionais, no ano de 1902 ocorreu o Congresso Operário Brasileiro na cidade de São Paulo, que contou com representantes de 37 organizações, cuja ampla maioria era da cidade de São Paulo, e que, em seu manifesto, defendia a necessidade de modificar a estrutura social brasileira e defendia melhores condições de vida e trabalho (REZENDE, 1986).

19

No ano de 1906, aconteceu novo Congresso Operário Brasileiro, desta vez na cidade do Rio de Janeiro, contudo, sem a participação de representante do Rio Grande do Sul. Em 1908 organizou-se a Confederação Operária Brasileira

Foto: www.PCdoB.org.br



Congresso Operário Brasileiro (1906)

(COB), representando 50 associações operárias. Portanto, no início do século XX cresceu a articulação do movimento sindical, mas também aumentou a disputa pela direção política das entidades.

A disputa pelos rumos das entidades dava-se entre os socialistas e anarquistas, e destes com a Igreja, sob influência da encíclica *Rerum novarum*⁵, e com o Governo Federal. Constituiu exemplo disso o Congresso Operário Brasileiro de 1912, convocado pelo presidente da República, Hermes da Fonseca. Neste congresso, funda-se a Confederação Brasileira do Trabalho (CBT) que, por sua vez, organizou um novo Congresso Operário Brasileiro, em 1913, na cidade do Rio de Janeiro (REZENDE, 1986).

Conforme já evidenciado, a concepção sindical predominante nas entidades do Rio Grande do Sul, até o ano de 1892, foi a mutualista. Mas a partir de 1892, até 1910, prevaleceu a concepção “socialista”, também denominada de “social-democrata”, uma vez que os mesmos não tinham clareza ideológica. Após as eleições realizadas em 1911, a direção da FORGS passou a ter uma orientação anarco-sindicalista⁶, sendo que, nessa nova direção, além de 19 entidades da capital, havia algumas de outras localidades, como, por exemplo, o Sindicato dos Tanoeiros de Caxias do Sul, que contava na época com 30 sócios (PETERSEN, 2001).

20

Em relação ao crescimento das lutas, existem aspectos da realidade que contribuem para isso, a exemplo, do aumento numérico de trabalhadores, a relativa falta de trabalhadores qualificados, a ampliação da organização operária e o crescimento do número de indústrias, especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da Revolução Russa (1917). Em relação ao impacto da Guerra, do ponto de vista econômico, é sabido que a mesma gerou um crescimento industrial no Brasil devido à dificuldade de importação. A comprovação disso é que, entre 1915 e 1919, foram criadas 5.936 indústrias no Brasil.

Em Caxias do Sul, esse processo também aconteceu através do surgimento e transformação de diversas ferrarias em oficinas, especialmente as de cunho mecânico e metalúrgico. Essas oficinas passaram a produzir peças de reposição e materiais impulsionando a formação do setor metalmeccânico (GIRON; BERGAMASCHI, 2001).

Entretanto, esse crescimento industrial não resultou em melhorias salariais ou de condições de vida para os trabalhadores. Contudo, “a I Guerra ensejou o nascimento de empresas de maior tamanho – financiadas pela acumulação mercantil – em virtude da interrupção de peças e ferramentas para a produção local” (MAESTRI, 2000, p. 85).

Quanto à Revolução Russa, ela estimulou a organização e luta dos trabalhadores na medida em que o socialismo tornou-se algo possível de ser alcança-

do. É exemplo disso, o surgimento no Rio Grande do Sul das Ligas Comunistas de Santana do Livramento e de Passo Fundo, e a União Maximalista, em Porto Alegre, organizações que participaram da fundação do Partido Comunista do Brasil em 25 de março de 1922. Outro exemplo de influência da Revolução Russa foi a greve de junho de 1917, em São Paulo, no Cotonifício Crespi, que durou 35 dias e que, logo em seu início, a repressão policial matou o operário José Antonio Martinéz.



Foto: Arquivo do Estado de São Paulo

Greve de 1917, em São Paulo

Esta greve se estendeu por toda cidade de São Paulo e diversos municípios vizinhos, além de inspirar greves no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, ou seja, generalizando mobilizações em diversos locais.

21

O começo das lutas operárias em Caxias

No ano de 1917, as linhas férreas ficaram sem tráfego devido à greve, como informa o jornal caxiense *O Brazil*, de 27 de outubro daquele ano. Nele se lê a manchete “A greve na Viação Férrea”, em cujo texto consta: “*Continua completamente paralisado em quase todas as linhas do Estado o trafego ferroviario da Companhia Auxiliaire de Chemins de Ferrau Brésil, em virtude da nova greve do seu pessoal*” (jornal *O Brazil*, 27.10.1917).

Segundo a notícia, as razões desse movimento, que durou 17 dias, foram:

“Desejam que sejam augmentados um pouco os seus salários, deficientíssimos, com a carestia de vida actual, para a sua manutenção. Desejam a retirada do inspetor geral da viação, o Dr. N. Carlwright, a quem atribuem a principal responsabilidade no péssimo estado em que se encontram os serviços da companhia, assim como as perseguições movidas contra os promotores do

penúltimo movimento paredista.” (Jornal O Brazil, 27.10.1917)

Essa pauta de reivindicações, aliada à questão da jornada de trabalho, se repete em quase todas as 109 greves que ocorreram entre os anos de 1906 e 1930, no Rio Grande do Sul. Neste período, mais precisamente em Caxias do Sul, em 1918 foi fundada a associação da classe dos tanoeiros, conforme o jornal *O Brazil*, de 4 de maio de 1918: “*A ‘libertadora’ Associação da classe dos tanoeiros, deste município realizou atrahente festa a data consagrada ‘a festa do trabalho’ na qual falaram durante a sessão os ‘srs. Coronel Penna de Moraes, Francisco Leitão e o nosso companheiro Americo Mendes’, proprietário do jornal, órgão do Partido Republicano.*”

Ressalta-se que a partir dos documentos pesquisados não se tem condições de estabelecer algum tipo de relação, se é que houve, entre o Sindicato dos Tanoeiros, que aparece no relatório da FORGS de 1913, e a Associação dos Tanoeiros (1918). Contudo, é possível afirmar que, a partir de 1911, a FORGS passa a ser dirigida pelos anarquistas, em cujo relatório aparece como uma das entidades vinculadas à Federação, o Sindicato dos Tanoeiros. Além disso, conforme Marçal (1985), nesta época era “visível” o “namoro” dos “social-democratas” com a classe dominante simbolizada no Partido Republicano Riograndense, cujo proprietário do jornal *O Brazil* era vinculado. Para Machado (2001), a Associação dos Tanoeiros, formada principalmente por imigrantes portugueses, foi responsável pela organização dos primeiros movimentos operários de Caxias do Sul, apesar de seu objetivo ser recreativo. Cabe lembrar que, em 1922, o presidente Arthur Bernardes decretou Estado de Sítio, promovendo repressão ao movimento tenentista, a Coluna Prestes, e perseguição contra os anarquistas, e acabou com a de liberdade da Associação, além de atacar a imprensa de oposição. Neste contexto, a Associação dos Tanoeiros deixa de existir e, em seu lugar, foi fundado, em 11 de julho de 1927, o Esporte Clube Lusitano (MACHADO, 1999).

Em relação às lutas operárias, tem-se o registro que, entre os dias 4 e 7 de julho de 1919, em Caxias do Sul, ocorreu a greve dos trabalhadores do Curtume Social Caxiense, tendo como reivindicação a redução da jornada de trabalho para oito horas, assim como, em março de 1920, ocorreu o Congresso Operário Regional do Rio Grande do Sul, do qual participou um representante do Sindicato dos Ofícios Vários de Caxias do Sul (PETERSEN, 2001).

A partir do ano de 1920 houve aumento das mobilizações e greves em Caxias do Sul. De acordo com o jornal *O Brazil*, de 26 de abril de 1920, os operários caxiense organizam-se para não trabalhar no dia 1º de maio.

“O operariado de Caxias, que já é bastante numeroso, pretende comemo-

rar ruidosamente o dia 1º de maio, consagrado á festa do trabalho. Para esse fim já distribuiu convites e está se esforçando para que as fábricas nesse dia fechem as portas.” (Jornal O Brazil, 26.4.1920)

Ainda em relação a isso, conforme a edição de 1º de maio de 1920, a Sociedade de Socorro S. José promove “manifestações comemorativas do dia do trabalho”:

“Consoante a nossa noticia anterior, os operários de Caxias realizarão hoje diversas manifestações comemorativa do dia do trabalho. Quase todos os estabelecimentos industriaes da cidade darão folga aos seus trabalhadores, sendo que em alguns dele haverá festas dedicadas aos operários. Segundo fomos informados á tarde o proletariado levará efeito um grande comício á praça Dante.” (Jornal O Brazil, 1º.5.1920)

Ainda no ano de 1920, mais precisamente no dia 26 de agosto, o jornal *A Tribuna* publica matéria denominada de “Em defesa dos operários: Bastam 8 horas de trabalho”, mas também alerta: “*Não queremos o operariado revolucionário ou anarchista, perdidos no meio de utopias inatingíveis e tumultuarias*”. Portanto, ao mesmo tempo em que faz uma exaltação do “modelo ideal” de trabalhador de acordo com os donos do capital, isto é, “[...] *disciplinados e pacíficos, desejamos ve-lo sem servilismo, consciente de sua força e de seus direitos, colaborando com o capital para o progresso do paiz*”, relata a situação dos trabalhadores. 23

“Caxias é já um vasto centro fabril onde seguramente mais de dois terços de sua população são constituídos de operários. [...], mas ninguém se lembra do operário que trabalha 9, 10 e 11 horas por dia explorado pela ganancia, sem instrução, sem conforto, sem descanso! Ninguem se lembra das creanças e das pobres mocinhas, atiradas no Lôdo das oficinas, a aspirar pó e os ácidos envenenados corroendo os pulmões. Há leis no paiz que protegem essas classes. Há leis que lhes garantem a assistência dos patrões no caso de doenças, de acidentes ou invalidez. Há leis que defendem os menores e as mulheres contra os excessos nas oficinas.” (Jornal A Tribuna, 26.8.1920)

Certamente, essas condições e relações de trabalho descritas estimulam a resistência individual e coletiva, como se verifica na mesma edição desse jornal, na notícia intitulada “Movimento grevista na fábrica de Balanças”.

A greve de metalúrgicos de Caxias do Sul na fábrica de Balanças de Ario

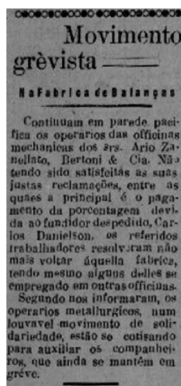
Zanellato & Bertoni ocorreu em agosto de 1920, sendo um marco na luta operária metalúrgica. De acordo com a matéria do jornal *A Tribuna*,

“Os operários de Caxias começam a se agitar na defesa de seus direitos. Laborosos, pacíficos e humildes, parece, entretanto, que eles não estão mais dispostos a suportar injustiças. Para começar, declararam-se ante-hontem em greve os operários das oficinas mecânicas dos Srs. Ario Zanellato & Bertoni, fabricantes de balanças. Segundo o Boletim publicado pelos paredistas, e de acordo com as informações que nos foram fornecidas a greve foi motivada por ter sido despedida o operário fundidor do mesmo estabelecimento, Carlos Danielson, sem que lhe tivessem pago a porcentagem a que o mesmo tinha direito na importância de 110\$000. [...] Os operários em parede acusam ainda os Srs. Ario Zanellato e Bertoni, pela falta de regularidade nos pagamentos, pois so a 23 do corrente lhes foi entregue o saldo do mês passado! [...]. Na terça-feira à noite, na sede do Sindicato dos Carpinteiros e Artes Correlatas, com a presença dos operários em greve houve uma concorrida reunião para tratar do assumpto. A sessão foi presidida pelo operário Valentin Modena, falando os companheiros Manoel Otéro, Secretario do Comite de Greve e Fernando Antunes, os quaes pediram a solidariedade e o auxilio dos presentes em favor dos grevistas.” (Jornal *A Tribuna*, 26.8.1920)

24

Ainda em relação a esse movimento grevista na fábrica de balanças, na edição do jornal *A Tribuna*, de 30 de agosto de 1920, há uma matéria abordando a continuidade do movimento grevista e a formação de uma rede de solidariedade em apoio aos operários grevistas.

“Continua em parede pacífica os operários das oficinas mecânicas dos Srs. Ario Zanellato, Bertoni & Cia. Não tendo sido satisfeitas as suas justas reclamações, entre os quais a principal é o pagamento da porcentagem devida ao fundidor despedido, Carlos Danielson, os referidos trabalhadores resolveram não voltar àquella fabrica, tendo mesmo alguns deles se empregado em outras oficinas. Segundo nos informaram, os operários metalúrgicos, num louvavel movimento de solidariedade, estão se cotizando para auxiliar os companheiros, que ainda estão em greve.” (Jornal *A Tribuna*, 30.8.1920)



Também neste jornal consta a informação da existência das seguintes en-

tidades sindicais em Caxias do Sul: o Sindicato dos Metalúrgicos, o Sindicato dos Carpinteiros e Artes Correlatas, o Sindicato dos Operários em Couro o Sindicato das Operárias Caxienses (jornal *A Tribuna*, 1º.11.1920). Portanto, em 1920, já tem-se uma entidade de operários metalúrgicos, o Sindicato dos Metalúrgicos; entretanto, não se obteve informações sobre sua eventual atuação na deflagração do movimento grevista; contudo, ele tem participação no movimento de solidariedade aos grevistas e participação de atividades de conscientização operária, como se verifica na matéria a seguir.

“No dia 13 do corrente na sede do Sindicato de Offícios Varios, o operário Sr. Manoel Otéro realizou uma conferencia sob o thema A Questão Social. O conferencista discorreu longamente sobre o assunto, recebendo muitos aplausos dos operários dos dois sexos que enchiam o salão” “Columna Operaria” noticia a realização de uma festa na sede do ‘Sindicato de Offícios Varios’.

“[...] há dias, uma soivee dansante, á familia de seus socios. Durante a festa, que correu muito animada, discursara os operários Fernando Antunes e Manoel Otéro, incitando seus companheiros a continuarem unidos no interesse da classe”.

E, finalmente, em outro tópico da ‘Columna’ do Jornal ‘A Tribuna’ há a informação quanto ao funcionamento da sede do ‘Sindicato de Offícios Varios’:

25

‘Segundo comunicação que nos foi dirigida foram designados os seguintes dias para as reuniões sociais do Sindicato dos Offícios Varios. Dos Carpinteiros e artes Correlatas, às terças; dos metalúrgicos, às quarta, das operárias caxienses, às quintas, dos operários em couro, aos sábados, todos ás 8 horas da noite. As aulas do Centro dos Estudos Sociales terão lugar aos domingos, às 3 horas da tarde. Dentro de poucos dias se deverão reunir os Sindicatos, em sessão plenária, para deliberarem sobre o problema das 8 horas de trabalho e a respeito da carestia de vida.’ (Jornal A Tribuna, 1º.11.1920)

Como constatado nessas notícias, os Sindicatos promoviam festas, debates e palestras, e buscavam mobilizar os trabalhadores. Uma contraprova histórica disso pode ser encontrado no jornal *A Tribuna*, de 8 de novembro, no artigo “Gréve: 8 horas de Trabalho”.

“Já não é tão rara uma greve em Caxias como antigamente acontecia. Os trabalhadores começaram a ter a compreensão da sua força e dos seus direitos. Há poucos dias houve a da fabrica de balanças Zanellato, Bertoni & Cia. Agora acaba de explodir outra na Carpintaria da firma De Carli, Cyrillo & Cia. O motivo dessa ultima parede é a casa não querer couceder 9 horas por dia, exigindo

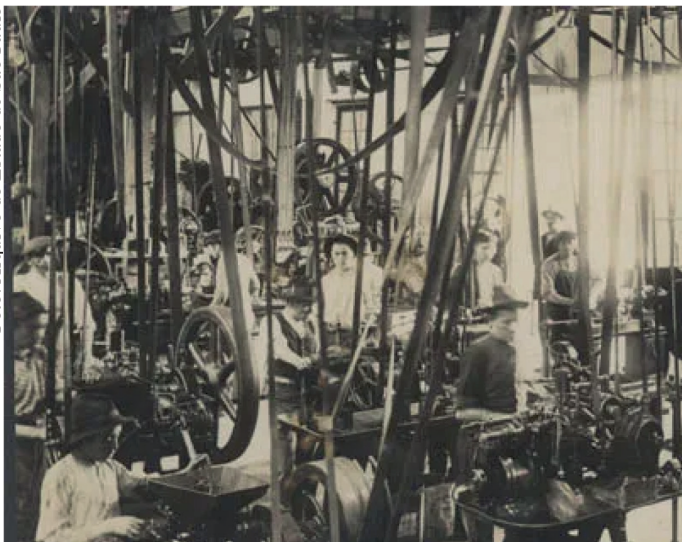
o absurdo de 9 ½ e 10 horas, quando em toda parte do mundo já foi estabelecido o horário de 8! . Os trabalhadores resolveram, portanto, não mais voltar ao serviço, até ser atendido o seu pedido. Em sessão do Sindicato de Offícios Varios, foi discutido o assumpto [...]” (Jornal A Tribuna, 8.11.1920)

Por sua vez, o jornal *O Brazil*, de 13 de novembro de 1920, também destaca a situação dos operários e, em especial, a mobilização em torno da jornada de trabalho.

“Vida proletaria – os operários pertencentes ás varias classes existentes nesta cidade estão actualmente agitados deante do recente aumento das horas de trabalho aos estabelecimentos em que mourejam. Segundo alegam em um boletim que distribuíram na cidade, os trabalhadores não estão sendo pagos como é de justiça de excesso de horas de trabalho que de 8 que eram passaram para 10. O referido boletim é assinado pelas seguintes sociedades obreiras: Sindicato de Offícios Varios; Sindicato dos carpinteiros e artes correlatas; Sindicato dos Metalúrgicos; Sindicato dos operários em couro e Sindicato das operarias caxienses.” (Jornal O Brazil, 13.11.1920)

26

Foto: Arquivo do Estado de São Paulo



Seção de corteção e tornos da Metalúrgica Abramo Eberle (1925)

Portanto, se constata que nesse período havia organização de diversas categorias profissionais, inclusive dos metalúrgicos; sabe-se também da participação de lideranças sindicais caxienses da FORGS em seu 2º Congresso Operário do Rio Grande do Sul (1920). Nele, esteve presente Adão Locatelli, represen-

tando o Sindicato de Ofícios Vários de Caxias do Sul. Este Congresso ocorreu em Porto Alegre, de 21 a 25 de março de 1920, após a ocupação militar da sede da FORGS e da suspensão de suas atividades por determinação do governo do Estado, em setembro de 1919. Neste congresso, prevaleceram os anarquistas, cuja abertura dos trabalhos deu-se sob a presidência de Luiz Derivi, e foi secretariado por Cidália Pinheiro e Manuel José de Andrade. Na ocasião, além de inúmeros oradores, fez o uso da palavra o representante do Sindicato de Ofícios Vários de Caxias do Sul. Os temas de pauta foram: 1º) Organização; 2º) Os delegados que devem representar o nosso operariado no 2º Congresso Operário Brasileiro; 3º) Diário (jornal de classe para o Estado); 4º) Qual deve ser a atitude do operariado em caso de guerra?; 5º) A jornada de oito horas; 6º) A arma do sindicalismo; 7º) Os deportados; 8º) Diversos assuntos (PETERSEN, 1992).

Cabe ressaltar que nos anos 1928 e 1930 destaca-se a greve dos tanoeiros caxienses. Em relação aos tanoeiros⁷, suas condições de trabalho eram precárias, conforme Machado (1999, p. 24).

As oficinas, na maioria das vezes construídas em madeira com poucas janelas, sem vidro, eram locais insalubres e com luminosidade precária. As ferramentas utilizadas pelo artesão permitiam o corte, o aplainamento e o envergamento da madeira (realizado com o calor do fogo), a preparação das aduelas e, finalmente, a montagem dos barris, processo de união de várias partes sob o calor do fogo e com o emprego de muita força. 27

Aliado a isto, havia a extensa jornada de trabalho e salários baixos. Diante disto, no ano de 1928, os tanoeiros paralisaram seu trabalho. Quanto à greve, conforme o jornal *O Regional*, de 6 de fevereiro, se lê:

“No dia 1º pela manhã, declararam-se em greve numerosos tanoeiros das diversas cantinas desta cidade, de modo especial os que trabalham nas firmas Irmãos De Carli & Paganelli e Oliva Gavioli Sassi & Cia. Havendo temores de perturbação da ordem publica a dada a exaltação de alguns elementos grevistas, o Dr. Celeste Gobatto, intendente municipal, requisitou auxilio ao governo do Estado, que enviou para a cidade 30 praças da Brigada militar [...]” (*Jornal O Regional*, 6.2.1928)

De acordo com a notícia, o Estado gaúcho enviou “30 praças da Brigada Militar” para assegurar a ordem, fato que demonstra o papel histórico do Estado no capitalismo, ou seja, de defesa do chamado “direito natural” de propriedade, e o uso do monopólio da força para reprimir as mobilizações que geram alguma

ameaça à “ordem” social. A luta dos tanoeiros reflete a crescente organização daqueles que trabalham e produzem a riqueza que, no entanto, é apropriada pelos capitalistas.

Outras categorias também se organizam neste período. Um exemplo disso são os “*empregados no commercio*”, conforme notícia do jornal *O Popular*, de 6 de dezembro de 1928. “*Os empregados no commercio desta cidade estão cogitando de fundar uma associação para defender os interesses de sua classe*”; “*Entre os assumptos que demandam immediato estudo esta a questão do horario de serviço, que deve ser reduzido [...]*”.

Por sua vez, do ponto de vista político partidário, o Partido Comunista teve, em 1927, um breve período de legalidade, oportunidade em que formou o Bloco Operário, posteriormente transformado em Bloco Operário Camponês, após 1928. Conforme notícia do jornal *Caxias* (13.2.1930), verificou-se a presença do presidente do Bloco Operário Camponês do Rio Grande do Sul, e candidato a deputado, Plínio Mello, para uma “conferência na praça Dante”.

28 *“Esteve nesta cidade, tendo nos dado o prazer de sua visita o sr Plinio Mello, presidente do Bloco Operario Camponez do Rio Grande do Sul o candidato a Deputado Federal pelo 1º circulo nas proximas eleições federaes, que aqui viera em propaganda dessa corporação e de sua candidatura. Domingo ultimo realizou elle uma conferencia na praça Dante . Seriam dez horas da manhã quando o dr. Plinio Mello deu inicio a sua conferencia que versou sobre: A situação nacional e a attitude do proletariado. Com fraca concorrencia desertou elle longamente sobre o thema escolhido, tendo feito uma critica severa a politica seguida pelo governo paulista com referencia a lavoura de café. O conferecista apelou para seus companheiros no sentido de que auxiliassem na fundação de um comitê local do Bloco Operario e Camponez. Tratou tambem dos boatos de intervenção no Estado, sobre a qual fez longas considerações e concitou os presentes a reagirem contra esse acto attentatorio da autonomia do Rio grande. O sr Plinio Mello terminou a sua conferenciaa levantando vivas aos operariso sendo muito applaudido pelos presentes.” (Jornal Caxias, 13.2.1930)*

Salienta-se que, em 1929, as entidades sindicais dirigidas pelos comunistas convocam o Congresso Sindical Nacional e fundam a Confederação Geral dos Trabalhadores no Brasil (CGTB).

No que concerne ao movimento operário caxiense, em 17 de junho de 1930, o jornal *Caxias*, em matéria com o título “Movimento associativo”, informa: “*Está aparecendo à luz da vida a associação de classe dos tanoeiros*”. Já

um artigo do mesmo jornal, de 14 de agosto, afirma: *“Está definitivamente com vida a muito útil associação de classe dos tanoeiros; encontrando sua diretoria empossada, esperando se por parte do Governo do Estado, a aprovação de seus estatutos”* (jornal *Caxias*, 14.8.1930). Em síntese, ocorre uma reorganização de “classe” dos tanoeiros após o Estado de Sítio no país.

Em novembro de 1930, é desencadeada uma nova greve dos tanoeiros. O jornal *Caxias*, na matéria “Os tanoeiros em greve”, noticia: *“Há poucos dias esta classe de trabalhadores se declarou em greve pacífica allegando para isto muitas horas de serviço e ordenado resumido”*.

Em razão da greve, um reforço de “50 praças da Brigada militar”, além do delegado de polícia da capital, chegaram de trem a Caxias do Sul no dia 7. Essa greve terminou com a conquista de diminuição da jornada de trabalho para oito horas e promessa de reajuste salarial para janeiro do ano seguinte.

Em entrevista à historiadora Loraine Slomp Giron, Ernesto Gobato, ao relatar sobre esse período, evidenciou as ideias que norteavam muitos desses trabalhadores.

“Ao lembrar-se daqueles tempos da greve falou da amizade que unia o grupo, todos vivendo o ideal de ‘sem pátria e de patrão’ dos anarquistas. Lembrou-se da ajuda mútua que entre eles existia e da beleza que era viver com tais companheiros sob tais princípios. Sob a face do velho industrial apareceram em seus olhos lágrimas de saudade e de dentro dele surgiu o jovem tanoeiro que fizera a sua primeira greve.” (GIRON, 2013)

29

Em relação aos tanoeiros, destaca-se o fato de uma parcela significativa destes ser de origem portuguesa, muitos dos quais com orientação política anti-capitalista, como se verifica na opção pela escolha de uma bandeira de seda vermelha, idealizada por influência da Revolução Russa, para ser símbolo da entidade. A transformação social estava no horizonte destas lideranças operárias, conforme se constata na declaração realizada pelo vice-presidente da União dos Tanoeiros, Vigílio Frizzo, na reunião do dia 5 de julho. Nela, afirmou:

“[...] todos à União, pois sem ela nada fazemos, aconselhando entretanto a agirmos com calma e perseverança, e no dia, quando formos conscientes da força que dispomos, será o dia de nossas mais belas aspirações e aí podemos impor a burguesia a nossa vontade.” (GIRON, 2013)

Diante da combatividade desses operários, a classe dominante recorreu à intervenção da Brigada Militar para reprimir a mobilização destes operários e,

principalmente, fez uma ofensiva ideológica através da desmoralização dos líderes classistas dos tanoeiros.

Mais precisamente em relação à greve dos tanoeiros, pode-se afirmar que ela reflete as condições de trabalho, a longa jornada de trabalho, os baixos salários frente à carestia de vida diante da crise de 1929. Quanto à crise, verifica-se que ela provocou diminuição das exportações de café, base da economia brasileira, com isso atingindo toda a economia e, por consequência, a produção industrial brasileira que “sofreu dura depressão, uma queda de menos de dez por cento, e já em 1933 recupera o nível de 1929” (FURTADO, 2007, p. 278).

Essa realidade manifesta-se em Caxias do Sul como se pode constatar: “Muitos foram os comerciantes e industriais que ficaram sem capital de giro e sem possibilidades de saldar seus débitos, muitos fecharam as portas” (GIRON, 2001, p. 104).

Em decorrência disso tem-se o desemprego, o que gerou a formação de uma comissão de 85 desempregados reivindicando providências públicas contra a situação. Um documento foi entregue ao prefeito de Caxias do Sul, Miguel Muratore, em 1931, e encaminhado ao governador Flores da Cunha. Nele, os desempregados reivindicaram trabalho ou que o estado doasse ou vendesse terras (KONRAD, 2004).

30 É neste contexto que ocorre o Movimento de 1930, o qual tem grande apoio local. Uma prova disso é a reunião na sede da Associação dos Comerciantes para organizar uma comissão a fim de angariar fundos: “Pró Mil Reis Ouro à Pátria”, “para auxiliar a nova Pátria”. Essa reunião ocorreu três dias após a vitória do movimento, conforme o jornal *Caxias*, de 6 de novembro, sob o título: “Viva a ditadura! E o Dr. Getúlio é o Dictador”.

A reação ao movimento operário

A reação à crescente mobilização operária no país deu-se por meio de deportações e prisões de líderes operários, asseguradas pela Lei Infame, editada em 1921. Essa lei previa penalidades a quem lutasse contra o capitalismo ou mesmo se destacasse na luta por direitos. Outra evidência disto é a edição do Decreto 5.222, que dificultava a atividade grevista e autorizava suspender a atividade dos sindicatos.

Além disso, neste período, foi tornado ilegal o Partido Comunista, que havia sido fundado por Abílio Nequete, barbeiro; Astrojildo Pereira, jornalista; Cristiano Cordeiro, funcionário público; Hermógenes Silva, eletricitista; João da Costa Pimenta, gráfico; Joaquim Barbosa, alfaiate; José Elias da Silva, pedreiro; Luís Peres, operário vassoureiro; e Manuel Cedon, alfaiate.



Fundadores do PCdoB (1922)

Ao mesmo tempo em que se deportava, fechava entidades e colocava o Partido Comunista na ilegalidade, se fazia uma ofensiva ideológica pelos meios de comunicação e de setores conservadores da igreja. É exemplo disso, em Caxias do Sul, o que consta em matéria do jornal local *O Brasil*, de 26 de março de 1921, denominada de “O proletariado tomando rumo”, na qual exalta a exclusão dos sindicalistas revolucionários da Confederação Geral do Trabalho Francesa e italiana.

31

“A imprensa nacional e estrangeira se tem ocupado com a mais viva sympathia, da recente resolução da Confederação Geral do Trabalho, franceza, de excluir do seu seio os Syndicalistas revolucionários, medida que também tomou a C.G.T italiana.” (Jornal O Brasil, 26.3.1921)

É nesse contexto de repressão e ofensiva ideológica que acontece o 1º de Maio de 1921, de acordo com o jornal *O Brasil* do dia 7, em que é exaltada a “ordem” como se desenvolveu a reunião. Notícia essa em que fica evidente um juízo de valor atribuído ao movimento operário.

“O que houve digno de registro foi apenas uma reunião de trabalhadores, à noite, em sua sede social, à rua Sinimbu n. 12, onde compareceram numerosos operários. Houve uma sessão de assembleia geral, durante a qual falaram diversos obreiros sobre a data da sua confraternização, sendo todos aplaudidos. Os trabalhos correram com toda a ordem não se registrando incidentes desagradável algum, o que atesta o espirito ordeiro do operariado de

Caxias.” (*Jornal O Brazil*, 1º.5.1921)

Essa ofensiva de classificar o movimento operário caxiense como “ordeiro” faz parte da luta ideológica com vista a criminalizar a ação combativa classista de setores do movimento operário. Ao mesmo tempo, como parte dessa luta, os setores conservadores da sociedade, como os fascistas, se articulam no município de Caxias do Sul. De acordo com o jornal *O Democrata*, de 11 de abril de 1923, em matéria com o título “Faccismo em Caxias”, “*Por altivos e destemeros moços, desta cidade está se criando aqui um grupo de ‘faccistas’ [...]. Sabemos da existencia de 52 inscriptos o que dada a resente fundação do grupo atesta o entusiasmo despertado pela iniciativa.*” (*Jornal O Democrata*, 11.4.1923)

Foto: AHM/SA



Ato de apoio ao fascismo em Caxias do Sul

Posteriormente, mais precisamente em 12 de abril de 1930, é fundado o Centro Fascista “Giovanni Berta” e, mais tarde, a partir de 1935, é publicado o jornal integralista *O Bandeirante*. Em suma, verifica-se a combinação de repressão com ofensiva ideológica e organização da direita caxiense através do Centro Fascista.

O Estado e o Sindicato no pós-1930

O foco deste capítulo é a ofensiva do Estado, principalmente via legislação, a fim de obter o controle dos sindicatos ao determinar sua formalização junto ao Estado e determinar seu papel como órgão consultivo e técnico do Governo Federal. Na continuidade do capítulo, apresenta-se as diversas formas organizativas unitárias dos operários caxienses, como a Sociedade União Operária de Caxias, a União Sindicalista e os Sindicatos Reunidos.

A intervenção do Estado nos sindicatos

O movimento de 1930 ocorreu quando parte da burguesia, até então excluída do poder no país, depôs o presidente Washington Luís e impediu Júlio Prestes, recentemente eleito, de assumir. Esse movimento reflete continuidades e rupturas na política, na economia e nas relações de trabalho sem, entretanto, significar uma ruptura de classe, isso é, a substituição de uma classe social por outra.

O que se verifica, a partir de então, é um conjunto de reformulações na organização e na atuação do Estado, que passou a ter um papel de protagonista na industrialização e, com isso, impulsionou a transição de uma economia agrário-exportadora para um modelo de desenvolvimento baseado no binômio urbano-industrial. Para isso, o Estado investiu em infraestrutura, com a construção de estradas e hidrelétricas, a criação de estatais siderúrgica e petrolífera, além de rebaixar o custo de capital na forma de subsídio cambial para as importações de equipamento para incentivar a industrialização.

Além disso, o Estado passou a definir leis em relação à organização sindical, às relações de trabalho e o preço da força de trabalho. São exemplos disso, a Lei de Sindicalização, o estabelecimento da jornada de trabalho e do salário mínimo. Essa iniciativa, no que se refere à legislação trabalhista, atendia às reivindicações dos trabalhadores, assim como respondia a pressão da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que desejava criar certa igualdade de condições na concorrência comercial entre os países.

Nesse sentido, verifica-se que, para garantir a aplicação desse projeto de desenvolvimento nacional, o Estado passou a combinar, de um lado, atendimento de reivindicações operárias e, de outro, propaganda, na qual apresenta os direitos como um presente do governo e não uma conquista das lutas, sem deixar de reprimir as mobilizações operárias. Essa propaganda, por exemplo, era realizada, inclusive, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), que passou a fazer o discurso da “harmonia social” entre capital e trabalho, condenando qualquer movimento grevista. Ao mesmo tempo em que empregava a repressão aos líderes mais combativos, eliminava a autonomia sindical, além de estimular um sindicalismo colaboracionista.

É nesse contexto que, em Caxias, os setores conservadores da sociedade desenvolvem uma campanha anticomunista, principalmente depois das greves dos tanoeiros de 1928 e 1930, como consta no jornal *Caxias*, de 19 e 26 de junho de 1930. Nesse jornal, lê-se matérias com os títulos “A Vaccina Anti-comunista” e a “Hydra Comunista”. Outro artigo, com o mesmo teor, foi publicado em 5 de fevereiro de 1931, com o título “O Comunismo em Caxias”, no qual afir-

ma-se: “*Estamos seguramente informados que Caxias agasalha uma trempe de sectários das ideias subversivas de Moscou.*” Ou, ainda, no jornal de 7 de maio de 1931, com o título “O Contagio Comunista”.

Cabe lembrar que os comunistas e os anarcossindicalistas são as únicas forças políticas no país que esboçaram alguma resistência à adoção da estrutura sindical imposta pelo Decreto-Lei nº 19.770/31, que estabelece regras de funcionamento e define o papel do sindicato. Conforme o referido decreto-lei, denominado de “Lei de Sindicalização”, as entidades devem registrar-se no MTIC, com base em um estatuto padrão, que determina o papel do sindicato como órgão consultivo e técnico do Governo Federal.

Para enfrentar a resistência dos sindicatos “oficiais”, o governo editou um decreto-lei determinando que somente as entidades reconhecidas pelo governo pudessem reivindicar o cumprimento da legislação trabalhista. Portanto, apenas os sindicatos oficiais poderiam demandar o cumprimento da legislação, a exemplo do Decreto-Lei nº 21.186/31, que estabelece as oito horas de trabalho diário para os comerciários, direito este estendido aos operários nas indústrias pelo Decreto-Lei nº 21.364/32.

Outra iniciativa com o objetivo de fortalecer o sindicalismo “oficial” foi a determinação de que somente essas entidades poderiam indicar candidatos para a disputa da representação classista para o Legislativo, ou seja, apresentar um representante seu para concorrer a um quinto das vagas para deputado federal. Mesmo diante deste esforço do governo em obter o controle do movimento operário, os sindicatos desenvolveram lutas com o objetivo de reivindicar o cumprimento das leis ou obter melhorias salariais diante das contradições próprias do capitalismo. Esse aspecto permite compreender as 37 greves que ocorreram entre 1931 e 1937 no Rio Grande do Sul. Entretanto, a resistência inicial às formas organizativas determinadas pelo Estado sucumbiram, fazendo que as organizações buscassem o seu reconhecimento oficial pelo Estado.

Operários caxienses unidos

Os operários caxienses, em 1930, tentaram formar a Sociedade União Operária de Caxias, mas somente em 1931 é que ela acabou por ser organizada. Em relação ao processo de formação da União Operária, um dos líderes desse movimento, Agenor da Silva, em entrevista, relata que antes de sua fundação foram realizadas diversas reuniões sigilosas na casa de Adão Locatelli e de Abramo Pontalti, pois “a gente tinha receio de ser perseguido ou mal compreendido pela classe patronal”.

Segundo Agenor da Silva, o objetivo da formação da União Operária “[...]”

era de nós congregar todo trabalhador de Caxias e pleitear melhores condições de vida, especialmente, que era muito debatido, o horário de oito horas” (HENRICH, 1984). Ainda conforme ele,

“[...] fizemos um movimento grande na cidade, com boletim convidando todo trabalhador de Caxias para uma grande Assembleia lá no parque [...] E compareceu uma grande massa de operários: de 200 a 300 operários. [...] Quando nós estávamos nos preparando para abrir a assembleia, abrir os trabalhos, a polícia chegou: ‘Está tudo preso’ [...] foi aquele estouro [...] e a polícia nos prendeu. Contudo, após uma carraspada, o alerta para que na convocação da próxima reunião haja um comunicado a polícia.” (HENRICH, 1984)

Os líderes que buscavam formar a União Operária, quando houve a greve dos tanoeiros de 1930, acompanharam o desdobramento desse movimento com expectativa, conforme Agenor: “Nós, da União Operária, estávamos com o olho arregalado, aguardando aquele desfecho, aquela luta daqueles profissionais.”

Diante do papel do subchefe de polícia, Odone Cavalcanti, nessa greve, em que ele “resolveu o caso dos tanoeiros: oito horas”, uma comissão daqueles que estavam buscando organizar a União Operária foi procurar o subchefe de polícia no hotel Menegotto para falar sobre o assunto. Assim, uma nova reunião foi convocada, com o comparecimento do subchefe de polícia e de aproximadamente 800 operários de diversas categorias. Cabe lembrar que o Decreto-Lei nº 19.770, que estabelece regras de funcionamento e define o papel do sindicato, é de 1931.

Nessa assembleia, a saudação aos presentes foi realizada pelo operário Evangelista Costa Pires. Na sequência, falou o subchefe de polícia Odone Cavalcanti, assegurando o direito de organização, mas destacando a necessidade de respeito às leis.

Assim, em 1931, surge a Sociedade União Operária de Caxias, que se mantém até 1933, quando é fundada a União Sindicalista, que se dissolve em 1940 em razão do Decreto-Lei 2.381, que determina o enquadramento sindical (GIRON, 2013).

Durante o ano de 1932 houve uma tentativa de greve, conforme o jornal *Caxias*, de 28 de janeiro: “Entre o borborinho da produção e a paz dos que trabalham: o desfecho conciliatório dos operários da grande fábrica de tecidos de lã de Galópolis”. Nele, consta a notícia de um princípio de mobilização na companhia Lanifício São Pedro, de Galópolis, onde houve uma reunião com participação de representante do jornal *Caxias* na negociação, conforme consta na matéria publicada naquele dia:

“Assim daremos por terminada a nossa missão que nos sentimos justamente envaidecidos por termos levado a bom termo”, além disso: ‘aconselhamos [...] que estejam sempre de prevenção contra os inimigos da classe que vivem phantasiados de operários e que não passam de adeptos do comunismo’.” (Jornal Caxias 28.1.1932)

Outros fatos relacionados ao movimento operário, registrados na imprensa local no ano de 1932 foram: a realização de um ato de 1º de Maio, na Sociedade União Operária dos Tanoeiros, e a fundação da Associação dos Empregados no Comércio, em 11 de maio.

Quanto à Festa do Trabalho noticiada no jornal *Caxias*, de 5 de maio, consta que a mesma teve um grande número de operários e foi presidida pelo prefeito, coronel Miguel Muratore. Nela, houve a manifestação do advogado da sociedade, Paulo Rache, que, após discorrer sobre a data, fez um combate veemente ao comunismo. Na sequência, fizeram uso da palavra os tanoeiros José Vinhas, Manoel Rocha Moreira e Evangelista Costa Pires, representando a União Operária.

38 É oportuno destacar que essa atividade deu-se apenas dois anos após a greve dos tanoeiros de 1930, movimento que desencadeou uma grande pressão da classe dominante sobre os líderes operários, além da tentativa de desqualificação social dos líderes operários de atuação classista.

Uma evidência disso foi o esforço efetuado para alterar a imagem da categoria, construída socialmente, como indica a fala do líder operário Manoel da Rocha Moreira, então presidente da Sociedade União dos Tanoeiros. Naquele ato de 1º de Maio, afirmou: “[...] dentro desta sociedade nunca se pregou nem se pregará ideias que arrastem a desgraça aos nossos lares, como estava sendo afixado nos ouvidos das autoridades”. Contudo, mesmo diante da pressão da classe dominante, em setembro de 1932 os tanoeiros tentaram fazer uma nova paralisação; entretanto houve interferência da Intendência (Prefeitura) a fim de impedir a greve (GIRON, 2013).

Em 1933, outras categorias procuram se organizar em Caxias do Sul. É exemplo disso a Associação dos Funcionários Públicos, como uma seção municipal da Associação dos Funcionários Públicos do Estado. Enquanto isso, “O sindicato padeiral realizou hontem, uma Concorrida reunião, a que compareceram os trabalhadores em moinhos, confeitarias, massas [...].” (Jornal *O Momento*. 30.10.1933).

Em razão da regulação dos sindicatos pelo Estado, a União Operária de Caxias, de acordo com o jornal *O Momento*, de 22 de fevereiro de 1933, promoveu uma Conferência Proletária. Segundo o jornal, ocorreu uma assembleia geral

a fim de ouvir o representante da União dos Trabalhadores da Construção Civil de Porto Alegre para esclarecer dúvidas a respeito do Decreto-Lei nº 19.770/31.

“No salão principal do clube lusitano realizou-se às 21 horas de ontem concorrida reunião de Assembléia Geral da União Operaria de Caxias afim de ouvir Reynesio Barbosa, que discorreu longamente sobre deveres e os direitos do operario em face dalegislação atual.” (Jornal O Momento, 22.2.1933)

Em razão dessa legislação, que proíbe uma entidade de congregar operários de diferentes categorias, em lugar da Sociedade União Operária de Caxias surge a União Sindicalista.

A União Sindicalista foi criada em 1933 e manteve-se até 1940, embora não tivesse o reconhecimento oficial do Estado. Contudo, a mesma viabilizou que os sindicatos compartilhassem o prédio localizado na Rua Pinheiro Machado, 1756. Como afirma Agenor da Silva,

“Então veio a lei, esse Decreto, parece, se não me falha a memória, é 19.770 que dava o direito a todo trabalhador do país organizar-se em associação e requerer a carta de oficialização junto ao Ministério, a carta do Sindicato. [...] em março de 1933, fundamos quatro sindicatos: Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato de Bebidas, Sindicato do Mobiliário que é o meu. Sindicato dos Trabalhadores em pele, que é o curtume [...].” (HENRICHS, 1984. Disponível em www.arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br Acesso em janeiro 2022)

39

Nessa mesma entrevista, Agenor da Silva afirmou que, em uma semana, foram criadas quatro entidades e encaminhada a solicitação de “carta de oficialização de cada categoria”.

Por sua vez, em sua entrevista, Thomaz Ferreira de Almeida disse: “[...] eles fizeram uma reunião, convidaram os sindicatos e transformaram logo em União Sindicalista”. Ele ainda acrescentou que,

“[...] nesta reunião participou Agenor da Silva, pelo Sindicato de Madeira. Alfredo Hohendorf, que assumiu a secretaria da União Sindicalista e, posteriormente, a presidência: Evangelista da Costa Pires, do Sindicato dos Vinhos; Manoel Portilho de Mendonza, pelo Sindicato dos Metalúrgicos; Victor Nolla, pelo Sindicato dos Curtumes; Pedro Lacava da União Sindicalista; André Santos Bones, secretário-geral da União Sindicalista; Orestes Guidalli e César Cassini, todos como auxiliares” (HENRICHS, PRETTO, 1984.. Disponível em www.arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br Acesso em janeiro 2022).

Conforme esse depoimento, “*A União Sindicalista tinha por finalidade unir os trabalhadores em geral a fim de terem forças para reivindicar os seus direitos [...], direitos da legislação social, que eram promessas do senhor Getúlio Vargas em 1930 [...]*” (PRETTO, 1984).

Para dar conta dessa finalidade, a União Sindicalista inicialmente funcionou em um prédio modesto de tábua, alugado, e posteriormente em sua sede própria, construída com investimento dos sindicatos, sendo esta o embrião dos Sindicatos Reunidos.

Os sindicatos, além de compartilharem do local e dos funcionários das entidades, ofereciam assistência jurídica, médica e odontológica conjunta. Outra atividade proporcionada pela União Sindicalista foi uma escola noturna para cerca de 40 operários, inaugurada em abril de 1934.

No plano político nacional, em 1935 surge a Aliança Nacional Libertadora (ANL), enquanto uma frente política para lutar contra o fascismo, o imperialismo e o latifúndio. A ANL tinha um programa progressista, popular e nacionalista, com grande apoio social. O seu crescimento gerou, como reação na classe dominante, a busca de um controle maior do movimento operário, aprovando uma Lei de Segurança Nacional e proibindo o funcionamento da Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB). Houve uma onda de repressão, ao mesmo tempo em que se intensificou a propaganda anticomunista. Esses fatos contribuíram para que o Partido Comunista, na ilegalidade, liderasse uma insurreição armada em Natal, Recife e no Rio de Janeiro, em 1935.

40

Dois anos depois, em 1937, o histórico autoritarismo da classe dominante manifestou-se a fim de evitar as eleições presidenciais. Sob a justificativa do perigo do comunismo, o governo divulgou um documento forjado pelo Exército, que fazia referência a um suposto plano dos comunistas de tomarem o poder no Brasil. Esse plano, denominado “Cohen”, foi usado para justificar o cancelamento das eleições de 1938 e manter Vargas no governo, legitimando o golpe de Estado e dando início ao chamado de Estado Novo, que durou entre 1937 e 1945.

Esse golpe contou com apoio, em Caxias do Sul, do Exército, da Igreja e dos integralistas (fascistas), muitos dos quais simpatizavam com as ideias de Benito Mussolini e eram apoiadores do Estado Novo. Esses mesmos setores da sociedade, mesmo apoiando o Estado Novo, paradoxalmente manifestaram sua insatisfação contra os impostos em vigor, fato que provocou, em 1936, uma “greve contra o fisco”, pois se sentiam lesados pela ação dos agentes tributários estaduais e federais (GIRON; BERGAMASCHI, 2001).

Contudo, este descontentamento é superado com o impulso na industrialização por meio do setor metalúrgico de Caxias do Sul, a partir da Segunda

Guerra (1939-1945). Este crescimento industrial se deu via substituição de importações, com diversas indústrias produzindo, para reposição, peças de máquinas e veículos, acelerando a tendência regional de crescimento do setor.

Para isso contribuiu a adoção de política econômica e social caracterizada pelos incentivos através de um sistema de crédito, pelo protecionismo cambial, pelo controle de preços, pelos incentivos fiscais e tributários e contenção de salários, pela criação da Fábrica Nacional de Motores (1940), pela construção, em 1941, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e, em 1942, da Companhia Vale do Rio Doce, e mesmo pelo surgimento da Consolidação das Leis Trabalhistas (1943). Ou seja, o governo efetua uma opção pela política de incentivo à industrialização a fim de realizar a substituição das importações em meio a um Estado ditatorial. É nesse contexto que é formado os Sindicatos Reunidos.

Os Sindicatos Reunidos surge em 1940, sendo integrado pelas seguintes entidades: sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico; da Construção e Mobiliário; da Fiação e Tecelagem; das Bebidas e Cervejas em Geral; da Panificação e Confeitaria; da Confecção e do Vestuário.

Essas entidades estabeleceram normas comuns internas como, por exemplo: a proibição de vendas de produtos na sede; da admissão e demissão de funcionários; da assinatura de ponto para o pessoal técnico; da compra de material permanente; da compra de veículos; do planejamento e da construção da nova sede (GIRON, 2013).

Os Sindicatos Reunidos, em 12 de maio de 1945, promoveram uma assembleia que aprovou a formação da Caixa de Mútuo Socorro dos Trabalhadores Sindicalizados. O objetivo foi assegurar assistência aos trabalhadores sindicalizados e seus dependentes, pagamento de um pecúlio em caso de morte, além do auxílio maternidade.

“[...] tinha se tornado necessário e urgente dar personalidade jurídica à Caixa, como organização autônoma e que de acordo com as leis vigentes em matéria de organização sindical a Caixa de Mútuo Socorro não podia estar ligada aos sindicatos.” (Livro de Atas de Assembleia da Caixa de Mútuo Socorro)

De acordo com a ata número 7, do dia 4 de junho de 1949, Ernesto Bernardi apresentou para a assembleia geral a necessidade da estruturação legal da Caixa de Mútuo Socorro dos Trabalhadores Sindicalizados de Caxias do Sul.

A história do Sindicato dos Metalúrgicos

Apresenta-se neste capítulo a história da criação do Sindicato dos Operários Metalúrgicos e Classes anexas de Caxias e sua adequação ao ordenamento jurídico. Nele se enfatiza as dificuldades iniciais de seus líderes para realizar as atividades da entidade, as perseguições e eventuais lutas desenvolvidas e finalmente a primeira intervenção estatal no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Caxias do Sul, no ano de 1948.

A organização do Sindicato

Chamado Sindicato dos Operários Metalúrgicos e Classes Anexas de Caxias é formado em 6 de março de 1933. Contudo, deve-se considerar que antes já havia o Sindicato dos Metalúrgicos, nos anos 1920. Entretanto, diante das poucas informações disponíveis, não se tem condições de saber sobre sua trajetória e mesmo sua relação ou não com o surgimento da Sociedade dos Metalúrgicos nos anos de 1930, a qual possuía 82 associados e integrava a Sociedade União Operária de Caxias.

Foto: STIMME



Adelino Lucatelli

Em relação ao Sindicato dos Operários Metalúrgicos e Classes Anexas de Caxias, sabe-se que o primeiro presidente foi **Adelino Lucatelli**, operário da Metalúrgica Abramo Eberle & Cia., cujo mandato iniciou-se em 1933 e terminou em 1937.

Todavia, antes de assumir a direção da entidade, em razão do temor de uma eventual represália, efetuou consulta ao proprietário da fábrica sobre a pertinência de assumir o cargo (CARVALHO, 2003).

Possivelmente, isto se deve ao fato de que atuar na direção de um sindicato

era expor-se à perseguição patronal, principalmente em caso de atuação classista combativa. Além disso, integrar a diretoria do sindicato implicava em sujeitar-se ao desgaste físico e mental em razão da dupla jornada de trabalho, pois a atuação na entidade dava-se depois do trabalho na fábrica. Ainda havia a dificuldade em obter conquistas salariais e de direitos, pois as negociações, em regra, eram por empresa, sendo difícil a organização e mobilização dos trabalhadores nos locais de trabalho devido ao pequeno número de operários e a presença vigilante dos prepostos do capital e/ou dos patrões.

Outro aspecto que merece destaque é a disputa ideológica pela influência junto aos trabalhadores, como se verifica com a fundação do *Círculo Operário de Caxias do Sul* (1934). A criação do *Círculo* se deu por iniciativa do padre Orestes Valeta, com o apoio do padre jesuíta Leopoldo Brentano, pioneiro na organização desse tipo de entidade no Rio Grande do Sul. O objetivo do *Círculo* era prestar assistência social e ser um interlocutor das reivindicações operárias, a fim de afastar os operários do movimento operário classista e colocá-los sob

controle e liderança da Igreja.

A entrevista de Thomaz Ferreira de Almeida (HENRICHS, 1984) aponta que o *Círculo Operário* “*Foi constituído principalmente para combater o sindicalismo*”. Por meio dele, se articula, inclusive, para interferir nas eleições das entidades sindicais. A finalidade dessa organização, enquanto uma associação civil de caráter filantrópico ligada à Igreja Católica, visava retirar dos sindicatos uma possível influência dos comunistas.

Uma das formas usadas pelos sindicalistas para enfrentar essa ofensiva e tentativa de isolamento político foi a formação da União Sindicalista. Em termos mais gerais, em 24 de março de 1934, constata-se que a entidade esteve em contato com a Federação Operária do Estado do Rio Grande do Sul, assim como recebeu convite da União dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio de Janeiro para participar da formação de uma Frente Única, em 1934 (GIRON, 2013).

Para unificar a luta no Rio Grande do Sul, em 1935 foi criada a Frente Única Sindical (FUS), que participou da convocação do Congresso Sindical Nacional, no qual teve origem a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB).

Entretanto, com o Estado Novo, ressurgiu o autoritarismo estatal, com a imposição de uma Carta Constitucional baseada na constituição autoritária da Polônia e no fascismo italiano. Nela, verifica-se a tentativa de acabar com as greves, de acordo com seu artigo 139, que considera greve um “recurso antissocial”.

É em meio a essa realidade que se inicia o mandato do segundo presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, **José Piován** (1937).

Os registros desse período indicam que as reuniões de diretoria limitavam-se à aprovação de acordo de revisão salarial e de novos sócios. No entanto, isso não permite concluir que não houvesse outras discussões, pois há de se lembrar que a legislação limitava a atuação do Sindicato e havia um controle do Estado sobre as entidades – assim as atas refletem a realidade.

Por sua vez, em 1938, foi eleita para dirigir o Sindicato uma comissão, para a qual foi escolhido, como presidente, **Francisco Abel**; entretanto, em dezembro do mesmo ano, houve alterações no cargo. A entidade passou a ser presidida por Arlindo Zuanazzi, enquanto Abel passou a ocupar o cargo de segundo tesoureiro.



Foto: STIMME

Francisco Abel

As dificuldades de atuação dos dirigentes e a perseguição patronal ficam evidenciadas com o que ocorreu com o então presidente Francisco Abel, que solicitou afastamento do cargo. De acordo com o depoimento de sua filha, ele trabalhou durante 13 anos na Abramo Eberle & Cia.: *“Meu pai era um bom trabalhador, cumpria com suas obrigações. Até que foi para a fundição, um local escuro e cheio de poeira. Lá, ficou doente e não deram outra oportunidade. Então, saiu da empresa.”* (CARVALHO, 2003)

Com a saída de Francisco Abel da presidência sindical, no final de 1938, assumiu o cargo **Arlindo Zuanazzi**, que acabou demitido da Abramo Eberle & Cia. em abril de 1939. A sua demissão foi considerada improcedente pela 2ª Junta de Conciliação e Julgamento, mas não teve efeito prático. Diante dessa situação e da falta de perspectiva de trabalho em razão da perseguição patronal, Zuanazzi se mudou para a cidade de Porto Alegre e teve o mandato concluído pelo secretário da entidade, Clodomiro Marques Baptista.

Em 1939, é eleito para presidência do Sindicato **Agnelo Dias da Silva**, mas o mesmo solicita demissão do cargo em 1940, assumindo, em seu lugar, **Nestor Ferreira Porto**, que inicialmente pertencia ao Conselho Fiscal, e, no entanto, havia assumido o cargo de secretário, com o afastamento de Clodomiro Marques Baptista (CARVALHO, 2003).

As diversas solicitações de demissões dos presidentes e diretores do Sindicato devem-se, principalmente, à pressão e perseguição efetuada aos dirigentes sindicais, como por exemplo, na Metalúrgica Abramo Eberle & Cia., que concentra a grande maioria dos operários caxienses nessa época. Além disso, há a dificuldade do Sindicato em negociar um acordo com a empresa e conseguir seu cumprimento. Um exemplo:



Arlindo Zuanazzi



Agnelo Dias da Silva

“Contatos foram estabelecidos com a Metalúrgica Abramo Eberle & Cia. em 22 de agosto de 1939 para o cumprimento da convenção de 1º de agosto, que previa melhores salários para os trabalhadores. A reunião não teve o êxito esperado, não resultando dela um acordo, nem a obediência da empresa à convenção.” (GIRON, 2013)



Foto: AHMISA

Seção de polimento da Metalúrgica Abramo Eberle (1945)

Ao mesmo tempo em que havia estas dificuldades para se conseguir o cumprimento dos acordos, em 1939 surge o Decreto-Lei nº 1.402, que dispõe sobre a organização sindical, assim como, no ano seguinte, em 1940, outros dois novos Decretos-Lei, o nº 2.377, que cria o imposto Sindical, e o nº 2.381, que organiza o enquadramento sindical, atribuindo ao Ministério do Trabalho o papel de aprovar ou não a criação de sindicatos. Mais tarde, esses decretos-lei foram incorporados pela Consolidação das Leis do Trabalho (1943).

Como decorrência da nova legislação sindical, em 3 de outubro de 1940 foi convocada uma assembleia geral para a reformulação dos estatutos e da denominação do Sindicato dos Operários Metalúrgicos e Classes Anexas de Caxias para Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, em razão da exigência da Lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939. Com base no novo estatuto é eleito, em assem-

bleia geral, para presidir o Sindicato, **Clodomiro Marques Baptista**.

Esta gestão ocorre no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), período em acontece um crescimento das indústrias metalúrgicas de Caxias do Sul devido à substituição de importações com a fabricação de peças de reposição de máquinas e veículos, aliada à política econômica para desenvolvimento industrial.

Além desse papel indutor do Estado em termos de economia, houve, durante a guerra, a intervenção na Metalúrgica Abramo Eberle & Cia. e na Indústria Metalúrgica Gazola Ltda.. A justificativa dessa intervenção, foi de produzir mercadorias destinadas às tropas em guerra e por questão de segurança nacional.



Clodomiro Marques Baptista

“Pelo decreto-lei de 10 de dezembro de 1942, assinado por Getúlio Vargas, a indústria Gazola Travi & Cia é declarada “de interesse militar”. Passa a fornecer peças e elementos de munição para artilharia e infantaria, espoletas, detonadores, petardos e bujões para bombas de aviação, além de atuar na recuperação de carregadores para projéteis e outros objetos de guerra e precisão.” (MEMORIAL GAZOLA, 2022)

49

Nessas fábricas, a administração passou a ser realizada por um intervenor militar, que optou em acabar com os feriados municipais a fim de aumentar a produção. Como decorrência disso, na metalúrgica Abramo Eberle & Cia., trabalhadores fizeram um movimento de resistência a esse ato, mesmo sem apoio do Sindicato. Devido a isso, houve a prisão de alguns trabalhadores da metalúrgica.

A perseguição patronal aos operários com atuação classista também era algo recorrente, como denuncia a edição de 1946 do jornal *A Voz do Povo*. Nela, há o relato de que os operários Garibaldi Vieira Azevedo, Angelo Lucas Aguiar e Belisario Monteiro, em razão de sua atuação enquanto militantes comunistas, foram demitidos da Abramo Eberle & Cia..

A explosão na Gazola

A manhã de 22 de julho de 1943, entrou para a história com um estrondo ouvido no outro lado da cidade; uma explosão violenta fez ir aos ares o principal pavilhão da nova fábrica, levando à morte seis operárias e deixando 15 feridos. Entre eles, os jovens irmãos Henrique Gazola e Remy Gazola, de apenas 16 anos, que trabalhavam na mesma mesa das outras vítimas fatais. Os irmãos foram socorridos por Ivo Antonio Gazola, o irmão mais velho.

“O desastre, ouvido até no centro de Caxias e arredores do bairro São Pelegrino, causa enorme comoção na cidade. Um velório coletivo é realizado na Catedral Diocesana, sob as bênçãos do bispo Dom José Barea.” (MEMORIAL GAZOLA, 2022)

A comoção social gerada pelo trágico episódio, levou à construção de um memorial para homenagear as vítimas da explosão. No dia 25 de agosto de 1943, foi inaugurado o Marco em Memória às Moças Operárias, no pátio em frente ao pavilhão de munições da empresa. O pavimento era o local onde as jovens operárias enchiam os cartuchos de pólvora quando ocorreu a tragédia.

50

O monumento traz uma placa de bronze com os seguintes dizeres:

“Às denodadas e infelizes companheiras de trabalho Odila Gubert, Graciema Formolo, Júlia Gomes, Olívia Gomes, Irma Zago, Maria Bohn e Tereza Morais, aqui vitimadas quando cumpriam seu dever pelo esforço de guerra do Brasil, na manhã lutuosa de 22 de julho último. Homenagem em continência da Firma Gazola Travi & Cia. Caxias do Sul, 25 de agosto de 1943.” (MEMORIAL GAZOLA, 2022)

Graciema Formolo, Irma Zago, Tereza Morais, Olívia Gomes, Julia Gomes e Maria Bohn, as jovens operárias, têm seus nomes eternizados denominando logradouros no bairro Sagrada Família, a poucos metros da fábrica onde suas vidas foram ceifadas.

Conforme informações do Memorial Gazola, Odila Gubert, sobrevivente da explosão, teve a perna direita amputada. A jovem permaneceu dois meses e meio internada devido aos ferimentos. Nascida em 9 de agosto de 1922, ela completou os 21 anos na cama do Hospital Pompéia. Odila Gubert faleceu aos 80 anos em 2003, 60 anos após a tragédia.

Contradições da Guerra

Ao mesmo tempo, a Guerra Mundial gerou uma contradição entre as relações autoritárias do Estado e dos patrões, de um lado, e a defesa da chamada aliança democrática contra o nazismo, de outro lado. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, cresceu a pressão social pela redemocratização do país, o que contribuiu para a deposição de Getúlio Vargas e a elaboração de uma nova Constituição.

Em termos de movimento sindical, em 1945, criou-se o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), e, em 1946, no Rio de Janeiro, foi realizado o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, com a presença de 2.400 delegados. Um dos resultados do Congresso foi a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), colocada na ilegalidade pelo presidente, general Eurico Gaspar Dutra.

De Caxias do Sul, foram eleitos os seguintes delegados para o Congresso da CGTB: os metalúrgicos Alfredo Bressan e Pedro Hofmann; os comerciários Caetano Mancuso e Lidio Zeni; os bancários Serafim Viegas e Vitorino Rossi; os madeireiros Evangelista Pires e Cezar Cassini; os trabalhadores nas indústrias de bebidas em geral Severino Adami e Ernesto Bernardi; os trabalhadores de confecções de roupas José Bueno dos Santos e Angelo Baretta; da fiação e tecelagem, Silvio Cassini e Pio Matos; dos curtumes, Mauro Vargas e Plauto Buselato; e dos panificios, Danilo Kehl e Mário Fabris.

51

Nesta época, conforme o jornal *A Voz do Povo*, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos, sob a presidência de Clodomiro Marques Baptista, era criticada pelos comunistas, mas ao mesmo tempo defendia que os operários se unissem em torno do Sindicato.

“Como a burguesia reacionária sabe que os Sindicatos são os únicos organismos que lutam na defesa dos interesses do trabalhador, então se prevalecem de seus laçaios, de seus puxa-sacos, para lançar o desprestígio nos Sindicatos. [...] os operários conscientes, verdadeiros trabalhadores, devem se unir, fortalecendo cada vez mais os sindicatos para se fortalecerem mais a si próprios. E enquanto não se convencerem de que este é o único caminho, muito terão de sofrer ainda!” (A Voz do Povo, 28.4.1946, AHMJS, p. 1).

Mesmo diante dos limites da ação desenvolvida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, houve intervenção no mesmo. O presidente Eurico Gaspar Dutra avalizou a destituição das direções de diversos sindicatos no país, a fim de manter o controle sobre essas entidades.

A intervenção no Sindicato

Em 9 de outubro de 1948, a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, tendo como presidente Clodomiro Marques Baptista, foi destituída por meio de uma portaria ministerial. Ao mesmo tempo, foi nomeada uma junta, liderada por Nestor Ferreira Porto, Miguel Cormutti para secretário, e Euclides Oliveira Reis para tesoureiro. A posse dos interventores foi acompanhada pelo padre Ângelo Tronca, assistente eclesiástico do Círculo Operário Caxiense.

Essa intervenção, entretanto, não impediu que, em novembro de 1949, os operários metalúrgicos do setor de tornos automáticos da Metalúrgica Abramo Eberle S.A. paralisassem o trabalho, às 10 horas, reivindicando aumento de salário.

“[...] Na secção de tornos automáticos os operários paralisaram o serviço às 10 horas da manhã, indo todos pedir aumento e discutir com o chefe de secção e dai foram até a direção da Maesa, a qual prometeu que em breve sai um aumento.” (Jornal A Voz do Povo, 13.11.1949)

52

Em novembro de 1950, após término da intervenção, duas chapas disputaram as eleições do Sindicato, sendo vencedora a chapa que indicou para presidir a entidade Etelvino Zorzi, uma vez que a escolha de quem seria presidente acontecia pelos integrantes da chapa eleita.

Esse processo se deu em meio a um novo mandato presidencial de Getúlio Vargas, que assume ao poder e prossegue com a política econômica denominada como nacional-desenvolvimentista. Nesta política, o Estado desempenha um papel fundamental de indutor do crescimento da economia industrial, por exemplo, com planejamento, investimento público e empréstimo a juros baixos para investimento no setor produtivo, com a regulação na relação capital e trabalho.

A contraprova histórica disso é o fato de, em 1920, no Brasil, haver 13.336 indústrias e 272.512 trabalhadores, enquanto que em 1940 o país contava com 49.418 unidades produtivas e 781.185 trabalhadores, e, finalmente, em 1950, esses números passaram para 89.096 estabelecimentos e 1.256.807 trabalhadores.

É em meio a esse crescimento industrial e de aumento numérico de operários que, em 1952, houve novas eleições sindicais, para a qual se apresentaram duas chapas. Uma curiosidade em relação a essa eleição é que os nomes do presidente Etelvino Zorzi e do seu concorrente nas eleições anteriores, Athaide Silva, constavam na nominata das duas chapas.

Mas, desta vez, o nome escolhido pela chapa vencedora para presidir a entidade foi **Pedro Olavo Hoffmann**, cuja liderança e prestígio na categoria pode ser constatado através de sua eleição como vereador por diversas legislaturas, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O PTB foi concebido como um partido que tinha como base o operariado urbano “beneficiado” pela legislação trabalhista, sendo seu presidente de honra Getúlio Vargas.

Nessa gestão, a entidade, conjuntamente com os outros sindicatos de Caxias do Sul, manifestou apoio ao IV Congresso Geral Ordinário da Confederação dos Trabalhadores da América Latina, demonstrando sua articulação com outras entidades. Em relação a isso, a manchete do jornal *A Voz do Povo*, de 6 de março de 1953, foi: “Os presidentes dos Sindicatos de Caxias do Sul e diversos líderes sindicais apoiam o IV Congresso Geral ordinário da C.T.A.L.”.

Nesse período, mais precisamente em 1953, houve a criação do Pacto de Unidade Intersindical (PUI) e, na sequência, do Pacto de Unidade de Ação (PUA). Esses pactos, em geral, tinham um cunho reivindicatório econômico, mas também houve aqueles com objetivos políticos, como a defesa da liberdade sindical, contra a Guerra da Coreia, a campanha pela criação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) e a defesa das riquezas nacionais.

Ao mesmo tempo em que houve ampliação desses movimentos, a oposição ao governo acusava-o de pretender instalar uma república sindicalista. Diante das pressões de setores da burguesia à política do Governo Vargas e do atentado ao líder oposicionista da UDN, Carlos Lacerda, incriminando o presidente, a oposição, principalmente dentro das Forças Armadas, articularam-se, exigindo a renúncia do presidente. A crescente pressão política e o risco de um golpe de Estado são fatores que contribuem para o suicídio de Getúlio Vargas.

53

Com a morte de Vargas, em 1954, houve uma transição. Inicialmente, a presidência foi assumida pelo vice, Café Filho, que, em novembro de 1955, deixou o cargo em razão de um ataque cardíaco, sendo substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, que acabou afastado do poder pelos militares, e, assim, Nereu Ramos, presidente do Senado Federal, permaneceu no poder até final de janeiro de 1956.

É nessa conjuntura que **Etelvino Zorzi** é novamente eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, em 1955.

No final da década de 1950, os metalúrgicos caxienses, por meio do ajuizamento do dissídio, obtiveram uma conquista de aumento real dos salários. Além disso, fizeram uma mobilização para a construção do Hospital dos Trabalhadores, a partir da doação de dois dias de seu salário. Conforme o tesoureiro do Sindicato, Adão Nunes da Silva, “*Nós saíamos com listas para buscar con-*

tribuição. Como a simpatia pelos sindicatos era grande, conseguimos a adesão dos trabalhadores e da sociedade” (CARVALHO, 2003, p. 26).

A retomada das lutas

Em 1957, assume a presidência do Sindicato **Bruno Segalla**, sendo que o mesmo obtém diversas reeleições. Contudo, seu último mandato foi interrompido pelo golpe de 1964, que destituiu a diretoria da qual faziam parte Adão Nunes da Silva, Armim Damian, Alcides Zatera e Hermenio Andrade Boeira.

Por sua vez, no ano de 1959, Luiz Carlos Prestes esteve em Caxias do Sul, oportunidade em que o jornal *Caxias Magazine* estampou a manchete “Com os sinos dobrando a finados Prestes esteve em Caxias”, cuja matéria relata a determinação do Bispo de Caxias D. Benedito Zorzi a todas as paróquias.



Foto: STIMME

Bruno Segalla

54

“Visitou Caxias do Sul o chefe vermelho do Brasil senhor Luiz Carlos Prestes. O mesmo foi recebido pelos dirigentes Comunistas de nossa cidade que organizaram um churrasco em sua homenagem no estádio Alfredo Jaconi. Um fato interessante e inédito da visita de Prestes foi o fato de, por ordem de S. Exa. O Bispo de Caxias do Sul, D. Benedito Zorzi, todas as paróquias da cidade fizeram dobrar os sinos em sinal de protesto. Enquanto os comunistas largavam foguetes, os católicos, dobrando finados nos sinos manifestavam o seu protesto pela vinda do líder vermelho.” (Jornal Caxias Magazine, de 3/5/1959)

A vinda de Prestes evidencia a representatividade dos comunistas em Caxias do Sul, que se fazia notar, na Câmara de Vereadores, com mandato do Partido Social Progressista. Já nas eleições de 1951, os comunistas conquistaram um mandato com Geraldo Daniel Stedile, reeleito em 1955, juntamente com a eleição de Bruno Segalla. Nas eleições de 1960, foram eleitos os comunistas Bruno Segalla e Percy Vargas de Abreu e Lima, que se reelegeu em 1964 representando a Aliança Republicana Socialista (ARS), sendo posteriormente cassado.

O contexto era de efervescência do movimento operário, em meio ao

crescimento econômico estimulado pela política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961) viabilizada pelas iniciativas anteriores do Governo Vargas. Mas, diferentemente de Vargas, a política econômica de Juscelino buscava a aceleração da industrialização do país pela associação do capital nacional com o estrangeiro, da concessão de incentivos fiscais e de financiamento, particularmente à indústria de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos. Em razão disso, entre 1955 e 1961, a produção industrial do país cresceu 80%.

Essa conjuntura de crescimento industrial reflete-se em Caxias do Sul possibilitando os metalúrgicos obter importante conquista no dissídio de 1960, e, com isso, fortalecendo o Sindicato. Nele, foi obtido um aumento salarial de 32% a partir de 1º de maio, conforme título da matéria do jornal *Panorama*. A conquista obtida fortaleceu o Sindicato, que, na noite de 3 de abril, promoveu uma grande passeata que marcou o “coroamento do dissídio coletivo”.

Foto: AHMISA



Fundição da Metalúrgica Abramo Eberle S.A. (1957)

“À ultima hora da noite de ontem a cidade foi despertada pela grande passeata que os trabalhadores nas industrias metalúrgicas locais realizaram em praça pública. A manifestação foi de júbilo e marcou o coroamento parcial do dissidio coletivo.” (Jornal Panorama, 4.6.1960)

Além disso, durante esse mandato, o Sindicato anexou à sua base territorial os municípios de Carlos Barbosa e Garibaldi, e promoveu massivamente atividades de formação sindical com 1.530 operários, abordando temas como o direito à

greve, salário mínimo, estabilidade no emprego e sindicalização rural.

Também nesse período, mais especificamente em 1960, ocorreu a primeira greve dos estudantes universitários de Caxias do Sul. Ela fazia parte do movimento convocado pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Portanto, é um período de efervescência das mobilizações e debates políticos. Como expressão disso, em 1961, mais precisamente em 20 de janeiro, o governador Leonel de Moura Brizola, a convite dos Sindicatos de Trabalhadores, realiza uma palestra em Caxias do Sul. Lembrar que, em agosto, Brizola lideraria o movimento pela Legalidade, a fim de garantir a posse do vice-presidente João Goulart diante da renúncia de Jânio Quadros, que a poucos meses antes da renúncia havia participado da abertura da Exposição Feira da Festa da Uva.

Outro fato marcante em Caxias do Sul nesse período, foi o movimento para impedir a conferência do líder comunista Luiz Carlos Prestes, em 15 de maio de 1961. Ela teve que ser cancelada por conta do confronto da polícia com estudantes das escolas católicas do Carmo, São Carlos, Madre Imilda e São José, dispensados da aula e estimulados por sacerdotes e políticos vinculados à classe dominante, via alto-falante da Catedral, para invadir o Cine Central, onde seria realizada a palestra.

56 No jornal *Última Hora*, de Porto Alegre, a manchete – “Caxias: Polícia contra Igreja” – e a página central – “Batalha campal: Conferência de Prestes gerou pancadaria” – ilustravam o temor da Igreja e da classe dominante diante de um crescimento do movimento operário em um contexto mais geral da chamada Guerra Fria. Um exemplo da ofensiva desses setores é a matéria do jornal *Pioneiro*, de 20 de maio de 1961: “*Por causa de um indivíduo que, atualmente não tem profissão definida, a não ser o de propagandista de escravidão russa, populares caxienses foram espancados pela polícia.*”

Isso ocorre em meio ao processo de diminuição do controle do Estado sobre a organização dos trabalhadores, que, em 1962, realizam o IV Congresso Sindical Nacional, e fundam o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Neste mesmo ano, em 7 de junho, ocorreu uma greve dos acadêmicos do Direito de Caxias do Sul, em consonância com a mobilização convocada pela União Nacional dos Estudantes.

Por sua vez, os operários metalúrgicos caxienses efetuaram uma greve em 1963, sob a direção de Bruno Segalla. Essa greve foi de dois dias e mobilizou 8 mil operários, cerca de 95% da categoria, que tomaram a Rua Sinimbu para reivindicar melhores condições de trabalho e melhores salários.

Ainda em Caxias, em 28 de setembro de 1963, foi decretada a greve dos bancários. Esses movimentos refletem o contexto geral de crescimento das mobilizações no país e no Rio Grande do Sul, quando ocorreram 37 greves neste ano.

Além disto, os sindicatos caxienses faziam mobilizações a fim de protestar contra a carestia de vida, como informa a notícia: “Os sindicatos em conjunto realizaram 5ª feira última à noite, uma Assembléia Geral de todos os trabalhadores de Caxias do Sul, para protestar contra a terrível carestia de vida que se abate sobre todo o país.” (Jornal Brasilino, 8.2.1964)

Fotos: Carvalho



Assembleia da Greve 1963



Passeata

Nesse período, em termos mais gerais, houve um acirramento de pressões sobre o reformismo nacionalista e social do Governo João Goulart. Essa pressão, de um lado, era realizada pelos trabalhadores para que as reformas fossem aprofundadas, e de outro, pela classe dominante, que desenvolvia ações políticas para destituir o governo, pois eram contrários às reformas, sendo que os setores golpistas da burguesia contavam com apoio e recursos financeiros e diplomáticos estadunidenses, respaldados pelo Alto Comando Militar brasileiro e apoiados pelos grandes meios de comunicação.

57

Com o Golpe de 1964, é inaugurada uma nova fase repressiva no país. A resistência a esse golpe limitou-se basicamente às greves nos portos do Rio de Janeiro e de Santos e de algumas paralisações, como a da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), em Santos, e a da Estrada de Ferro Leopoldina, no Rio de Janeiro. Evidentemente, há de se considerar a repressão, a censura e a intervenção nas entidades como fatores inibidores para o desenvolvimento de mobilizações mais amplas.

O controle sindical pós-Golpe de 1964

O foco deste capítulo é a intervenção efetuada pela ditadura civil-militar no Sindicato dos Metalúrgicos. Na continuidade desta, a resistência operária ao Estado, as relações de trabalho autoritárias e a crise econômica com seus respectivos impactos nas condições de vida dos operários.

Destituição e prisão de sindicalistas

O golpe civil-militar de 1964 reprimiu mobilizações, destituiu diretorias de sindicatos e prendeu lideranças, entre as quais as operárias. Esse fato também aconteceu no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, com base territorial nos municípios de Carlos Barbosa, Garibaldi e Veranópolis.

Na ata de intervenção (ver Anexos) que extingue o mandato da diretoria consta: “Às dezesseis (16) horas do dia nove (9) de abril de 1964, na sede do sindicato, sita à rua Pinheiro Machado, nº 1653, o Ministério da Guerra empossa o general Itacyr Rosa Cruz para interventor da entidade.”

Ata do ato da intervenção no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul.

Às dezesseis (16) horas do dia nove (9) de abril de um mil, novecentos e sessenta e quatro (1964), na sede do Sindicato, sita à rua Pinheiro Machado nº 1653, na presença das seguintes pessoas: Capitão General de Paulo Moura, Alcides Zattera, Haroldo Tostan, Ulysses Gomes, Roberto Chelini, Luiz Ruggieri, Maria Sartes, João Triches, Sismael Campê de Castilhos, o Sr. ITACYR ROSA CRUZ, General R3, foram lidas as ordens de Intervenção, assinadas em que se lê em o seguinte: Órdenes de Intervenção. Ulysses Gomes. CMT. It. de Sr. Passos. Tota a trabalhadora. 1º 36-3 de 7 de abril de 1964

Foi intervenido o Sindicato dos Metalúrgicos Caxias do Sul, sendo lida a ordem do General R3 Itacyr Rosa Cruz para interventor Federal, a qual se lê: Sr. Major Lygia Cout. 3º 6. Com. de. — O ato comunicado diz-se a que segue: Órdenes de Intervenção. Ministério da Guerra. Diretoria de Comunicações. Colômbio de Almeida. 1º 462. R. 93. It. de Sr. 026. Caxias do Sul. 2º 120. P. 041-461. Capitão General. 3º 65. 468. C. 16. 648 de 8. 1º de Abril para interventor. — O Sindicato dos Metalúrgicos Caxias do Sul, sob a direção do General R3 Itacyr Rosa Cruz, em função da intervenção e mudança de direção, sem o consentimento dos membros da diretoria, e por não ter sido possível determinar a quem se atribua a responsabilidade, decidiu convocar os membros da diretoria para se reunirem e deliberarem sobre a situação. Nota: A intervenção foi realizada em Caxias do Sul, em 9 de abril de 1964, às 16h.

Os membros da diretoria e os delegados e representantes, junto a quem se encontravam, ali firmaram o seguinte: Intervenção

Às dezesseis (16) horas do dia nove (9) de abril de um mil, novecentos e sessenta e quatro (1964), na sede do Sindicato, sita à rua Pinheiro Machado nº 1653, na presença das seguintes pessoas: Capitão General de Paulo Moura, Alcides Zattera, Haroldo Tostan, Ulysses Gomes, Roberto Chelini, Luiz Ruggieri, Maria Sartes, João Triches, Sismael Campê de Castilhos, o Sr. ITACYR ROSA CRUZ, General R3, foram lidas as ordens de Intervenção, assinadas em que se lê em o seguinte: Órdenes de Intervenção. Ulysses Gomes. CMT. It. de Sr. Passos. Tota a trabalhadora. 1º 36-3 de 7 de abril de 1964

Foi intervenido o Sindicato dos Metalúrgicos Caxias do Sul, sendo lida a ordem do General R3 Itacyr Rosa Cruz para interventor Federal, a qual se lê: Sr. Major Lygia Cout. 3º 6. Com. de. — O ato comunicado diz-se a que segue: Órdenes de Intervenção. Ministério da Guerra. Diretoria de Comunicações. Colômbio de Almeida. 1º 462. R. 93. It. de Sr. 026. Caxias do Sul. 2º 120. P. 041-461. Capitão General. 3º 65. 468. C. 16. 648 de 8. 1º de Abril para interventor. — O Sindicato dos Metalúrgicos Caxias do Sul, sob a direção do General R3 Itacyr Rosa Cruz, em função da intervenção e mudança de direção, sem o consentimento dos membros da diretoria, e por não ter sido possível determinar a quem se atribua a responsabilidade, decidiu convocar os membros da diretoria para se reunirem e deliberarem sobre a situação. Nota: A intervenção foi realizada em Caxias do Sul, em 9 de abril de 1964, às 16h.

Os membros da diretoria e os delegados e representantes, junto a quem se encontravam, ali firmaram o seguinte: Intervenção

Itacyr Rosa Cruz
Major Lygia Cout. 3º 6. Com. de.

Ata da convocação e posse da Diretoria Provisória do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul.

Se acordou com o propósito de quem atribuiu, pelo ato de intervenção, pelo presente ato, nomeio para constituir a diretoria provisória da seguinte maneira: da classe: Presidente: Olysses Gomes; Secretário: Paulo de Souza Silva; Tesoureiro: Dionísio Guido Bazzana; que por mim foram suspostos no mesmo oportuno.

Caxias do Sul, 15 de abril de 1964
Itacyr Rosa Cruz, 1º de Abril de 1964
Olysses Gomes
Paulo de Souza Silva
Dionísio Guido Bazzana

De acordo com o jornal *Pioneiro*, de 11 de abril de 1964, “Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias sob intervenção militar, Forças Armadas iniciaram desmonte de traição comunista”. Ainda na mesma edição, o subtítulo dizia: “Os presos recolhidos à disposição do departamento de ordem pública”.

Entre os presos no dia 9 de abril de 1964, estavam o presidente Bruno Segalla, juntamente com Armin Damian, secretário, e Alcides Zattera, tesoureiro, além do advogado do Sindicato, Percy Vargas de Abreu e Lima, o médico Henrique Ordovás e o ex-sindicalista Júlio Pedro Furlan.

Além deles, outras lideranças locais foram presas, entre elas Antonio Carlos Rosa, Antonio Lisboa da Silva, Darwin Corsetti, Darwin Gazzana, Dalcy

Fontanive, Ernesto Bernardi, Enio Fávaro, Gercy Antonio Aguzzoli, Heran Paulo Damin, João Rodrigues Barcellos Filho, Júlio Furlan, Leovegildo Neri de Campos, Luiz Pizzetti, Regis Arnaldo Ferreti, Remi João Rigo, Romulo Segalla, Rui Gonçalves Moura, Walter Casara e Walter Tonini.

Quanto à intervenção no Sindicato, ainda em 1964, o general interventor efetuou a nomeação de Olice Alcides Guerra para presidir provisoriamente o Sindicato; com o tesoureiro Heitor da Gama Filho, também integrava a junta interventora Dionizio Guido Giazzon.

Posteriormente, essa diretoria foi autorizada a convocar eleições. E elas foram convocadas em agosto de 1965. Nelas inscreveram-se três chapas, sendo vencedora a chapa formada por **Antonio Olivo Frigeri**, Inacio da Silva, Romeu Peruccini, João Alipio Schwartzaupt, Olmiro Alfredo Pedron, Dalvino Bonella, Alvacyr Zeni, Ernesto Clas, João Flores, Jandir Paesi, Wilson Rodrigues Pereira, Wilson Cescon, Enio João da Silva, Theodolino Domingos Boeira (Ata nº 22 do Livro de Atas para Registro da Interventoria).

Entretanto, Antonio Olivo Frigeri sofria restrições políticas dos militares para assumir, conforme declaração de Olice Alcides Guerra. Para assegurar a posse de Frigeri, Guerra teve que superar a tentativa de intervenção na entidade.

“Mas eu precisava ter autorização do Ministério do Trabalho para dar posse. Levei o resultado da eleição para Porto Alegre. O Frigeri estava fichado como subversivo. Então precisei me responsabilizar para poder empossá-lo. Ao chegar em Caxias, o exército local queria impugnar a eleição. Mas não deixei.”
(CARVALHO, 2003)

Possivelmente este fato relaciona-se também com a participação de Antonio Olivo Frigeri na direção da Caixa de Mútuo Socorro dos Trabalhadores Sindicalizados de Caxias do Sul, composta por vários dirigentes comunistas e progressistas, como Armim Damian, que era o presidente, e tinha como secretário, Francisco Busnelo, como tesoureiro, Abilio Osvaldo Weber, além dos suplentes Bruno Segalla e Primo Adami. Para o Conselho Fiscal, Agenor da Silva, Ernesto



Antonio Olivo Frigeri

Foto: STIMME

Claus, Atalipio De C6, Ernesto Bernardi, Darcy Gonçalves e João Remilio Progol. Dentre esses dirigentes, foram presos pelo golpe de 1964, Armim Damian, Bruno Segala e Ernesto Bernardi.

Um dos marcos da atuação sindical nesse período de repressão, de controle, e da censura foi uma assembleia geral convocada no ano de 1967 para discutir e deliberar sobre o movimento grevista, de acordo com o jornal *Pioneiro*: “Metalúrgicos decidem 3ª conciliação ou greve”. Esta assembleia foi presidida pelo promotor público Antonio Carlos Bonet Nunes, que havia sido designado para acompanhá-la pelo Procurador Regional do Trabalho da Quarta Região.

Conforme a Ata, participaram da assembleia 1.308 associados.

Foto: Livro de Atas de Intervenção Federal no Sindicato

Ata n.º 53

Aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e sete, às vinte e duas horas, no sede do Sindicato dos Metalúrgicos das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Plásticos, sob a presidência do Sr. Antonio Carlos Bonet Nunes, promotor público, compareceu ao ato o Sr. Antonio Carlos Bonet Nunes, promotor público, acompanhado de seu advogado Sr. José Aldo Siqueira, Heitor Machado, Claudio Biasio e Vilarinho dos Santos, os quais se manifestaram pela deflagração da greve. O Sr. presidente da assembleia geral extraordinária, solicitou aos presentes que se manifestassem contrariamente à greve, porem nenhum associado desejou fazer usa da palavra. [...] A seguir foi efetivada a votação na sua forma legal, isto é, prevista na Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964. [...] Feita a apuração, constatou-se que a unanimidade dos associados presentes, isto é, mil trezentos e oito, manifestaram-se pela deflagração da greve, e nenhum associado, como é óbvio, opinou contrariamente.” (Ata n.º 53, do Livro de Atas para Registro da Interventoria)

Ata n.º 53

Aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e sete, às vinte e duas horas, no sede do Sindicato dos Metalúrgicos das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Plásticos, sob a presidência do Sr. Antonio Carlos Bonet Nunes, promotor público, compareceu ao ato o Sr. Antonio Carlos Bonet Nunes, promotor público, acompanhado de seu advogado Sr. José Aldo Siqueira, Heitor Machado, Claudio Biasio e Vilarinho dos Santos, os quais se manifestaram pela deflagração da greve. O Sr. presidente da assembleia geral extraordinária, solicitou aos presentes que se manifestassem contrariamente à greve, porem nenhum associado desejou fazer usa da palavra. [...] A seguir foi efetivada a votação na sua forma legal, isto é, prevista na Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964. [...] Feita a apuração, constatou-se que a unanimidade dos associados presentes, isto é, mil trezentos e oito, manifestaram-se pela deflagração da greve, e nenhum associado, como é óbvio, opinou contrariamente.” (Ata n.º 53, do Livro de Atas para Registro da Interventoria)

Ata da Assembleia Geral de 1967

“Inscreveram-se e usaram da palavra os associados, José Aldo Siqueira, Heitor Machado, Claudio Biasio e Vilarinho dos Santos os quais se manifestaram pela deflagração da greve. O Sr. Presidente da Assembléia Geral Extraordinária, solicitou aos presentes que se manifestassem contrariamente à greve, porem nenhum associado presente desejou fazer usa da palavra. [...] A seguir foi efetivada a votação na sua forma legal, isto é, prevista na Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964. [...] Feita a apuração, constatou-se que a unanimidade dos associados presentes, isto é, mil trezentos e oito, manifestaram-se pela deflagração da greve, e nenhum associado, como é óbvio, opinou contrariamente.” (Ata n.º 53, do Livro de Atas para Registro da Interventoria)

Contudo, antes de encerrar a assembleia, o presidente do Sindicato, Antonio Olivo Frigeri, fez uso da palavra para explicar que, de acordo com a Lei nº 4.330, e como decorrência da deliberação, seriam realizadas as notificações e conferido um prazo para a busca de um acordo, conforme estabelecia a referida lei.

O jornal *Pioneiro*, de 17 de junho, estampou em sua capa: “Se não houver outra solução: greve dos metalúrgicos dia 22”. No corpo da matéria consta:

Essa se realizou com a presença de 1.308 associados daquele Sindicato e do Promotor Público Dr. Antônio Carlos Bonett Junior. Foi decidido aguardar outra proposta dos empregados até o dia 21 do corrente em caso de não ser encontrada uma solução conciliadora será deflagrada a greve dos trabalhadores daquela categoria a zero hora do dia 22. Ontem pela manhã em companhia do Promotor Antônio Carlos Bonett Junior, seguiu para Porto Alegre o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos Sr. Antônio Olivo Frigeri a fim de apresentar a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho os documentos relativos à Assembléia de decisão dos trabalhadores.” (Jornal Pioneiro, 17.6.1967)

64

Por sua vez a edição do jornal *Pioneiro* de 24 de junho, estampa em sua capa a seguinte manchete: “Metalúrgicos não foram a greve, houve conciliação – 28%”. Abaixo a matéria dizia: “*Quarta feira última em Porto Alegre na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho foi adotada uma solução o empasse surgido entre empregados e empregadores da categoria dos metalúrgicos quanto ao aumento salarial.*” (Jornal *Pioneiro*, 24.6.1967).

Este fato merece destaque, pois os trabalhadores metalúrgicos de Caxias do Sul, em plena ditadura, isto é, em meio à falta de liberdade, em meio à censura e a uma legislação restritiva em relação à organização e à própria greve, fizeram uma assembleia representativa e aprovaram uma greve em caso de não haver acordo entre as entidades operária e patronal.

Diante da atuação da direção do Sindicato, ainda em 1967, **Antônio Olivo Frigeri** é reeleito presidente da entidade. A nova diretoria assume em 12 de outubro. No ato de posse estiveram presentes: Pedro Máximo Falcão, representando o prefeito; João Luiz Cipolla, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e do Centro da Indústria Fabril; Edir Inácio da Silva, delegado da CNTI e presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário; Galdino Vargas Câmara, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio Grande do Sul; Angelo Eberle, represen-

tando o jornal *O Pioneiro*, presidentes dos sindicatos de trabalhadores sediados em Caxias do Sul e associados (Ata nº 61, do Livro de Atas da Interventoria).

Esta nova diretoria tinha em sua composição Antônio Olívio Frigeri na presidência, Inácio Silva como secretário, e Irineu Pieruccini como tesoureiro. Como suplentes da diretoria: João Schwartzhaupt, Florindo Paese e Anacleto Viero. Para o Conselho Fiscal, como titulares e suplentes: Arno José Vist, Adelar Padilha, Nelson dos Passos Sobrosa, Domingos Pozzi, Wilson Damaceno e Santo Pistor. Por fim, como representantes titulares e suplentes no Conselho da Federação: Antonio Olívio Frigeri, João Flores, Enio Marques da Silva, Olmiro Pedron, Francisco Pavan Filho e Nicanor Moreira de Castilhos.

Durante o mandato da nova diretoria, em 23 de fevereiro de 1968, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, conjuntamente com outras entidades promoveram uma assembleia de protesto.

“Foi programada para a noite de ontem na séde dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria de Caxias do Sul, uma Assembléia Geral Extraordinária, cujo sentido foi protestar contra a alta do custo de vida, o baixo poder aquisitivo dos trabalhadores e o arrôcho salarial.” (Jornal Pioneiro, 24.2.1968)

65

Ainda no ano de 1968, mais precisamente no mês de abril, no período que antecede o Dia do Trabalho, os sindicatos caxienses realizaram a Semana Sindical. Como parte dessas atividades, de forma conciliadora, realizam na Praça Ruy Barbosa, um ato com a presença de autoridades, a exemplo do prefeito Hermes João Webber, do bispo auxiliar da Diocese, Frei Candido Maria Bampi, dos deputados Pedro Simon e Victor Faccioni, no qual o presidente do Sindicato, Antônio Olivo Frigeri, fez um pronunciamento em nome dos sindicatos locais:

“[...] Este é um primeiro de maio mais pobre, porque nunca em anos anteriores os operários brasileiros que sempre participaram da vida nacional sofreram tanto e foram tão grandemente humilhados. [...] . O mundo inteiro comemora nesta data o dia do trabalho. É uma incoerência porém que sejamos alvos de homenagem em que países onde o trabalho não constitui a força principal do desenvolvimento. Aqui como em tantas outras pátrias o trabalhador é apenas um acidente do progresso, porque a usura e o egoísmo humano chegaram primeiro. [...] Nós operários não temos dinheiro, não temos lucro, nem vivemos em meio `a abundância.” (Jornal Pioneiro, 4.5.1968)

Esse pronunciamento, bem como a assembleia massiva aprovando a greve, somente evitada pela negociação no ano de 1967, e a própria assembleia dos sindicatos para protestar contra a carestia em 1968, indicam a atuação da entidade em uma conjuntura adversa. É oportuno destacar que houve 1.128 intervenções em sindicatos no país, inclusive no Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, em 45 federações e quatro em confederações, apenas entre 1964 e 1968. Além disso, neste período, foi imposto ao país o Ato Institucional nº 4, que transformou o Congresso Nacional em Assembleia Constituinte, em meio à falta de direitos políticos, originando a Constituição Brasileira de 1967, que proibiu a greve em serviço público e serviços essenciais. A partir de 1968, acentua-se a repressão no país, especialmente com a edição do Ato Institucional nº 5. Esse ato ampliou o autoritarismo, cassou o mandato de parlamentares, estendeu a censura à imprensa, suspendeu as garantias do *habeas corpus* e conferiu poder ao presidente de intervir nos estados e nos municípios etc.

É claro que algumas entidades tiveram ações mais combativas como atestam as 25 greves em 1964 e as 15 do ano de 1965. Mas o marco em termos de resistência grevista durante o período ditatorial, pelo seu caráter político, foram as greves de 1968 dos metalúrgicos de Contagem, em Minas Gerais, e Osasco, em São Paulo, duramente reprimidas.

66

Diante de uma conjuntura política de crescente repressão, aumentou o número de vítimas fatais pela tortura. Com isso, restou às organizações de esquerda a opção pela luta armada, como a Guerrilha do Araguaia, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Também outras organizações políticas, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) e a Vanguarda Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) realizaram ações de resistência à ditadura.

Mais especificamente em relação ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, com base territorial nos municípios de Carlos Barbosa, Garibaldi, Veranópolis e Nova Prata, nesse período foram garantidas o pagamento da insalubridade aos trabalhadores por meio de ação na Justiça, já que as empresas não cumpriam com a legislação.

No mês de julho houve nova eleição, e a posse da diretoria eleita ocorreu em 12 de outubro. A mesma era composta por Antônio Olívo Frigeri como presidente, Florindo Olivo Paese como secretário, Romeu Pieruccini como tesoureiro; para suplentes: João Alípio Schwartzhaupt, Enio João da Silva Marques e Anacleto Viero. Para o Conselho Fiscal: Arno José Virst, João Adair de Almeida Lima, Abilio Antonio Fiedles, Luiz Carlos Berti, Ary Antonio Zahu e

Olindo Boff. Para o Conselho da Federação foram eleitos Antonio Olívo Frigeri, João Flores, Wilson Almeida Damasceno, Nicanor Moreira de Castilhos, José Euclides Rodrigues de Brito e Domingos Dionisio Pozzi.

Durante esta gestão merece destaque o fato de que os sindicatos dos trabalhadores (Sindicatos Reunidos), precisamente em maio de 1972, enviaram suas reivindicações às respectivas federações e à CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria). Nela, fazem referência ao aumento do custo de vida e seu descompasso com os aumentos salariais.

Alguns anos depois, é inaugurada a nova sede do Sindicato, local onde a entidade encontra-se atualmente.

Em sua inauguração fizeram-se presentes o prefeito Mario Vanin e o Delegado Regional do Trabalho, Celito de Grandi. Neste dia, 11 de outubro de 1975, foi empossada a nova diretoria, tendo como presidente Antônio Olívo Frigeri, como secretário Enio João Marques e Florindo Paese como tesoureiro.

Ressurgem as mobilizações

No final da década de 1970, cresceu a insatisfação com a política do Governo Federal principalmente devido à falta de democracia no país e a crise econômica. Nas fábricas, predominavam os baixos salários e as relações autoritárias de trabalho que, a partir de 1978, passaram a ser questionadas pelas greves deflagradas em todo o país.

67

Essas greves indicavam a resistência à crise econômica caracterizada pela inflação alta, pela estagnação da economia e pelo crescente desemprego, ou seja, chegava ao fim o ciclo econômico denominado de “milagre econômico brasileiro”. A recessão econômica, juntamente com a falta de liberdades políticas, contribuiu para aumentar a indignação.

Certamente, a resistência a essa situação econômica e política ajudou a aumentar a votação dos candidatos oposicionistas ao governo, especialmente nos grandes centros urbanos. É neste contexto de disputa política, que na década de 1980, surgem o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), enquanto o PCdoB é mantido na ilegalidade.

Naquela época, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metal Mecânicas de Caxias do Sul, no ano de 1978, ampliou o prédio da sede com a construção do auditório da entidade. Sua inauguração foi realizada juntamente com o ato de entrega de um diploma de 25 anos de sindicalização para alguns trabalhadores. Ainda naquele mesmo ano, mas na cidade de Carlos Barbosa, foi inaugurada a subsede do Sindicato, bem como foi eleito para presidir a entidade Ivo Antônio Sartor (1978-1981).

Em 1980, os sindicatos de Caxias do Sul realizaram um curso de formação sindical para seus líderes, com o sociólogo paulista Maurício Tragtenberg. Nele foram abordados temas como sindicalismo brasileiro, sindicalismo estadunidense, sindicalismo europeu, russo e do Leste europeu; partidos políticos e partidos operários no Brasil e no mundo.

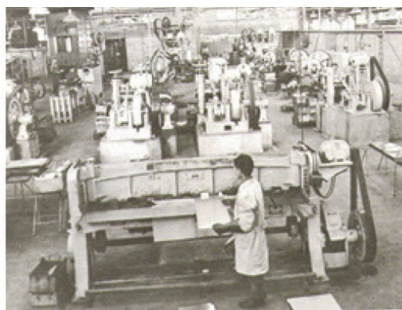
Naquele ano, o Sindicato dos Metalúrgicos aprovou a extensão de base para Flores da Cunha, pois, segundo o seu presidente, Ivo Antonio Sartor,

“Naquela cidade encontra-se em torno de 80 a 100 trabalhadores metalúrgicos, que poderão vir a ser beneficiados com o atendimento do Sindicato de Caxias do Sul. Outra importante meta dos Metalúrgicos, para 1980, além da extensão de base para Flores da Cunha, a única cidade da região Nordeste que ainda não tem base territorial do Sindicato de Caxias [...].” (Jornal Pioneiro, 26.4.1980).

A ampliação da base territorial colocava novos desafios em meio a um contexto de dificuldade de negociação do dissídio, fato verificado durante as negociações, por exemplo, dos anos de 1979 e 1980, quando foi difícil chegar a um acordo. Foi necessária, nesses dissídios, a realização de diversas assembleias, utilizar outras formas de luta e, mesmo, preparar uma possível greve.

68

Foto: AHMISA



Metalúrgica Gazola (1975)

De acordo com reportagem do jornal *Pioneiro*, de 5 de julho de 1980, na terceira Assembleia Geral dos Metalúrgicos, com a presença de 4 mil operários, foi aprovada uma “operação tartaruga” nas fábricas. Segundo a referida matéria “[...] começa a ser preparada através de piquetes junto às fábricas, fazendo com que os operários não façam mais do que as normais 8 horas de serviço, sem nenhuma extra [...]”.

Em uma nova assembleia, houve a aprovação da contraproposta patronal; entretanto, nesta assembleia, existiram posicionamentos contrários ao da direção

da entidade. De acordo com reportagem do jornal *Pioneiro*, na assembleia foram efetuadas acusações de que “*A atual diretoria não merece estar ocupando o cargo que ocupa*” (*Pioneiro*, 16.7.1980).

Salienta-se que nesta época crescia a mobilização operária no País. Somente nos anos de 1978 e 1979 ocorreram 364 greves no Brasil, enquanto que no Rio Grande do Sul foram 31. Nesse sentido, cabe lembrar que, nessa retomada da mobilização sindical, surge a liderança do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi sob sua liderança que, em 13 de março de 1979, cerca de 80 mil metalúrgicos em greve ocupavam o gramado e as arquibancadas do estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo. Em 1980, novamente aconteceu uma greve de 41 dias. Nela, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema reivindicavam garantia de emprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, controle das chefias pelos trabalhadores e direito de os dirigentes sindicais ingressarem nas fábricas. Com isso, em 17 de abril de 1980, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, decretou nova intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

No dia 16 de fevereiro de 1981, realizou-se em Caxias do Sul, no auditório do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, um ato público de solidariedade a fim de repudiar o enquadramento dos líderes sindicais brasileiros na Lei de Segurança Nacional, além de denunciar e repudiar o processo ao qual estavam sendo submetidos diversos estudantes de Florianópolis (SC), acusados de terem desrespeitado o presidente da República, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo. Ainda no mesmo ano, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos participou, em Brasília, de audiência com o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, a fim de entregar um documento posicionando-se contrário ao pluralismo sindical.

Também no ano de 1981 houve um agravamento na situação da economia do país, evidenciado pelo aumento da inflação, pelas perdas salariais e pelo crescimento das demissões. Conforme o secretário do Sindicato, Ênio da Silva Marques, em algumas empresas mais de 300 operários foram demitidos, em especial no setor de máquinas agrícolas (jornal *Pioneiro*, 21.3.1981).

Para enfrentar esta realidade de crise econômica e falta de democracia, e retomar sua articulação, o movimento sindical organizou a Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), na cidade de Praia Grande (SP). Dessa conferência participaram milhares de trabalhadores de todo país, inclusive vários metalúrgicos de Caxias do Sul.

Compareceram um total de 1.091 entidades sindicais e 5.036 delegados. “Em larga medida, a importância dessa CONCLAT advém do fato de ter sido a pri-

meira [...] grande conferência em que participaram praticamente todas as facções militantes do movimento operário” (RODRIGUES, 1991, p. 31). Esse fato reflete a retomada da organização entre as entidades sindicais e a mobilização operária.

Naquele ano, 1981, assumiu a presidência do Sindicato Romeu Pieruccini, que venceu a disputa com outras duas chapas. Integravam ainda a diretoria eleita: Antonio Vargas de Oliveira, Enio João da Silva Marques, Joaquim Boeira de Lemos, Daniel Soriano, Roberto Dutra e Elodi Castilhos de Araújo. Como suplentes da diretoria: José Altamiro Oliveira Paim, Getúlio Luiz Nora, João Fiorindo Rech, Abrelino Dal Bosco, Juarez de Melo Castro, Valceu Paim e Antonio Ariovaldo de Oliveira Vargas. Para o Conselho Fiscal, como efetivos e suplentes, respectivamente: Abilio Antonio Findler, Ari Antonio Zahn, José Rodrigues de Britto, João Maria R. Monteiro, Ivan Primo Barp e Enor Mauri. Como delegados efetivos e suplentes, Anacleto Viero, Ivo Antonio Sartor, Hélio A. Colombo e Renato Alves de Oliveira.

No ano de 1982, um dos desafios dos operários metalúrgicos foi a rotatividade, conforme afirma o presidente da entidade:

70 *“O que sabemos, de momento, é que na Randon começaram a ser despedidos os funcionários que atingem a faixa salarial acima de 40 mil cruzeiros mensais [...], |csse o presidente do sindicato, Romeu Pieruccini. ‘Difícilmente passa um dia sem que tenhamos de registrar um considerável número de demissões no setor’, garantiu Pieruccini. Acrescenta que ‘diariamente, na base de 5 a 15 rescisões são registradas na secretaria. Mas o total diário de demissões, de parte das empresas, é na média de 30. Volto a afirmar que o nosso problema continua sendo a rotatividade (...)’.” (Jornal Pioneiro, 4.2.1982)*

Ao mesmo tempo em que o Sindicato fazia denúncia da rotatividade, realizava a mobilização nos bairros para esclarecer dúvidas e organizar a luta contra o Pacote da Previdência, bem como se preparar para o Encontro Estadual Extraordinário de Trabalhadores.

“As reuniões estão sendo feitas por bairros e segundo o sr. Roberto Dutra, membro da diretoria do sindicato, é uma nova maneira de conscientizar a categoria. Já foram realizadas reuniões nos bairros Coltro, Cruzeiro e Fátima Baixa e os resultados estão sendo bastante positivos, pois os operários estão ‘sequiosos em obter maiores informações sobre o sindicato a qual pertencem’, afirmou Roberto Dutra. O aumento da categoria é somente em junho, apesar de já estar praticamente acertado o Índice de 39,8% para os que têm dissídio coletivo.” (Jornal Pioneiro, 10.2.1982)

Durante a gestão desta direção sindical, em 1983 ocorreu em São Bernardo do Campo a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com a presença de cerca de 5 mil delegados de todo país.

No ano seguinte, em 24 de janeiro de 1984, o jornal *Pioneiro* noticiava, sob a manchete “Trabalhadores fazem manifestação na Madal”.

“Sindicato metalúrgico e funcionários da Madal fazem manifestação contra demissões Liderados pela direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, pelo menos a metade dos 500 funcionários da empresa Madal S.A. realizaram ontem ao meio-dia uma manifestação em frente aos portões da fábrica, na RS-122. [...] A direção do Sindicato dos Metalúrgicos tentou conversar com a direção da Madal em busca de uma solução, visto estarem sendo anunciadas novas demissões no mês de janeiro (o que realmente ocorreu), mas ai ‘a direção resolveu retirar gastos que considerava supérfluos, isto é, subsídios à alimentação, e anunciou que passará a cobrar a totalidade dos gastos com transporte’. A observação frisada foi feita por Roberto Dutra, membro da diretoria dos metalúrgicos e que se mostrou muito preocupado com esses acontecimentos na Madal, que possui hoje cerca de 500 funcionários, dos quais 200 encontravam-se ontem protestando em frente à empresa. [...] o presidente do Sindicato, Romeu Pieruccini, conclamava os trabalhadores para a união em torno da entidade sindical, ao mesmo tempo que tecia severas críticas ao Governo. (Jornal Pioneiro, 24.1.1984)

71

O material de divulgação do Sindicato, em 1984, além de convocar para a assembleia do dissídio, também continha crítica à situação econômica e convocava para a mobilização política do ato das Diretas Já, às 18 horas do dia 24 de abril, tendo por local a Praça Rui Barbosa. Na matéria do dissídio de 1984, consta a chamada: “Basta de fome! Basta de arrocho! Basta de desemprego! Fé no trabalhador e pau no patrão”.

Com a finalidade de reivindicar a redemocratização do país, em 13 de abril, em Porto Alegre, reuniram-se 150 mil pessoas no comício pelas Diretas Já. Participaram desse ato muitas entidades sindicais, entre os quais o Sindicato dos Metalúrgicos, que organizou uma caravana.

Isso evidencia a ampliação da mobilização sindical em Caxias do Sul, a qual combinou a luta econômica com a luta política pela democratização do país. Outro fato que indica isso, foi o protesto contra a situação política e econômica do país também ocorreu na abertura da XVI Festa da Uva com a presença do presidente da República, João Batista Figueiredo, em fevereiro, quando houve novas manifestações pelas Diretas Já.

Em 11 de abril de 1984, houve a greve da metalúrgica Madal S.A. em razão do atraso do pagamento dos salários. O resultado desse movimento foi o compromisso da empresa de regularizar a situação. De acordo com reportagem do jornal *Pioneiro*, de 12 de abril de 1984,

72 *“Uma nova paralisação voltou a atingir a empresa Madal S.A. no dia de ontem. Houve o início de uma greve geral dos funcionários da produção (cerca de 280), que ingressaram normalmente na empresa, bateram o cartão-ponto às 7h30min, dirigiram-se aos seus setores, só que não ligaram as máquinas, permanecendo inativos até que houvesse manifestação da direção da empresa. Pouco depois das 9h, iniciaram as negociações entre direção e trabalhadores, que teve um desfecho favorável antes do meio-dia. A greve foi articulada pela direção do sindicato dos metalúrgicos, que inclusive possui um membro de sua diretoria – Ivan Barp – trabalhando na Madal. E desde as 6h30min, cinco membros da direção da entidade sindical, liderados por Romeu Pieruccini, encontravam-se nos portões da empresa conclamando os trabalhadores à paralisação. Os motivos da greve, de acordo com Roberto Dutra, tesoureiro do sindicato, foram devido ao fato de não terem sido atendidas as reivindicações dos trabalhadores, que fizeram uma manifestação em meados de fevereiro, ocasião em que elaboraram uma lista de solicitações, entregaram à direção da empresa e ficaram no aguardo de uma resposta.” (Jornal Pioneiro, 12.4.1984)*

Segundo material impresso do Sindicato, “a unidade foi o ponto forte da greve e fez o patrão estremecer diante da união dos companheiros”. Este não foi o único movimento grevista em Caxias do Sul neste ano, pois, no mês de junho, os funcionários da Previdência Social fizeram uma greve, assim como o funcionalismo público municipal.

Ainda em agosto, ocorreu o boicote à alimentação servida na Randon S.A., ou seja, a mobilização não ficou restrita ao aspecto econômico e político como demonstraram os operários da Randon S.A.

“Boicote à alimentação e muita propaganda das chapas metalúrgicas no protesto da Randon S.A.. Cerca de 300 trabalhadores na Randon S.A. aderiram ao boicote, promovido pelo sindicato da categoria à alimentação naquela empresa. Durante a manifestação, não faltou a propaganda das chapas que concorrem à presidência da entidade, em eleição que será realizada na semana que vem. A direção da Randon divulgou nota, à tarde, colocando sua posição em relação às reivindicações feitas pelos funcionários e sindicato.” (Jornal Pioneiro, 16.8.1984).

Estes acontecimentos refletem uma conjuntura de crescente mobilização operária em Caxias do Sul, em sintonia com o que estava acontecendo no Brasil. Quanto à mobilização, pode-se destacar que há um aumento de greves em todo o país: apenas nos anos de 1984 e 1985 houve, respectivamente, 618 e 927 greves.

Neste período de crescimento de mobilização sindical, mais especificamente em relação ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, no ano de 1984, no mês de agosto, elege-se presidente do Sindicato **Ênio João da Silva Marques**, tendo como vice-presidente Paulo A. da Costa, além de Luiz Carlos Castilho, Pedro Arlindo Pozenato, José Altamiro de Oliveira Paim, Adroaldo de Almeida e Luiz Fernando Maciel de Souza. Para a suplência da diretoria foram eleitos Wilson Almeida Damasceno, Luiz Henrique Auler, Antônio Ariovaldo Oliveira Vargas, Anísio De Biasi, Abrelino Dal Bosco, Werner Diel e Nosmar Rodrigues Castilhos. Como membros do Conselho Fiscal e suplentes, os eleitos foram Ari Antonio Dalegrave, Renato Alves de Oliveira, Valerim Alexandre Caetano, Enor Mauri, Carlos Machado e Tadeu Daneluz. Para representantes efetivos e suplentes junto à Federação, os integrantes da chapa eleita eram: João Saul de Castilho, Laurentino Marcon Pacheco, Domingos Pascoal Gnoatto e Alcides João Barrili.

Essa diretoria atua em meio ao contexto de aumento das greves, de crescimento das mobilizações sociais pela proposta de democratização do país, a exemplo da Campanha das Diretas Já. Entretanto, a derrota no Congresso Nacional tornou necessária a articulação das oposições e a busca de atração de setores da base governista ligados ao regime ditatorial, para a disputa no Colégio Eleitoral da Presidência do Brasil, o que foi auxiliado pela ampla mobilização social.

A articulação das oposições com um setor dissidente da base governista permitiu que, mesmo no Colégio Eleitoral, fosse eleito Tancredo Neves em 1985. Entretanto, com sua morte antes da posse, assumiu a presidência seu vice, José Sarney, recentemente convertido à oposição. O Governo de José Sarney (1985-1990) promoveu a redemocratização institucional, mas não alterou a estrutura econômica e social do país, mantendo-a com muita desigualdade e exclusão social.

A partir de 1985, cresce o número de greves em Caxias do Sul. Cabe ressaltar que, nesse ano, foi suspenso o controle direto das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) sobre as eleições sindicais e acabou-se com a prática de intervir nos sindicatos em razão de sua oposição ao governo, assim como se aboliu o estatuto padrão dos sindicatos.

A redução do controle sobre o Sindicato, a redemocratização do país em uma realidade de instabilidade da economia nacional, como indicam os diversos “choques econômicos”, contribuiu para a retomada da mobilização grevista dos

trabalhadores. Ao mesmo tempo, os proprietários do capital começaram a promover mudanças tecnológicas e de organização da produção e de gestão da força de trabalho, isto é, iniciaram o processo de reestruturação produtiva, começando uma nova fase para a indústria metalomecânica de Caxias do Sul.

Entretanto, estas mudanças no processo produtivo não se limitavam apenas a aspectos da gestão e da organização do trabalho, pois a partir de então se inicia em algumas fábricas, a importação de novas tecnologias da Terceira Onda de Inovação. Conforme o a pesquisa *Processo de Trabalho e Implicações Tecnológicas: um estudo sobre a indústria de transformação do município de Caxias do Sul* (HEREDIA; PERUZZO, 1999), a introdução de equipamentos microeletrônicos fez-se de maneira adaptativa, com a tecnologia convencional, a partir dos anos 1980, sendo incrementada, ao longo da década de 90, nas indústrias maiores do setor metalomecânico de Caxias do Sul.

É nesse contexto que na empresa Engemac é deflagrada uma greve. Essa fábrica foi uma das pioneiras, em Caxias do Sul, na introdução das novas formas de gestão do processo de trabalho, cujo processo de implantação se encontrava a cargo de empresa terceirizada de São Paulo. Os trabalhadores dessa indústria logo perceberam que os “consultores” efetuavam coletas de informações na busca de aumento do controle sobre o trabalho e o seu respectivo ritmo, enquanto seu desejo era de melhoria salarial e das condições de trabalho, o que os fez optar pela greve, conforme Werner Diehl, diretor do Sindicato. Isso denota a resistência feita, naquele momento, pelos operários em relação às mudanças de organização do trabalho. Em 1985, os operários metalúrgicos fizeram paralisações em diversas fábricas.

Nesse ano, também houve as greves dos professores estaduais, dos trabalhadores da Previdência e dos Correios e Telégrafos, dos gráficos, dos bancários, dos vigilantes, do funcionalismo municipal, da CESA e do Expresso Caxiense. Mais especificamente, em relação aos metalúrgicos, nesse ano ocorreram diversas greves. Entre elas, está a da Metalúrgica Dambroz. Após dois dias de greve, “[...] os funcionários da Dambroz, que estavam em greve desde quarta-feira, decidiram retornar ao trabalho na próxima segunda-feira, depois de verem atendidas as principais reivindicações que faziam” (jornal *Pioneiro*, 5 e 6.4.1985). Nas faixas, em frente ao Sindicato, podia-se ler: “Melhores salários. Contra a Carestia”, “Queremos a estabilidade”, “Queremos mais comida na mesa do povo”, “Solidário com a campanha contra a panela vazia”.

Já, em junho de 1985 a manchete do jornal estampava: “Trabalhadores da Tramontina param para reivindicar, e, na matéria, consta:

“Os funcionários da empresa Tramontina, em Farroupilha, decidiram on-

tem à noite manter o movimento de greve que teve seu início pela manhã. A decisão foi tomada diante da posição da diretoria da empresa em não atender as suas reivindicações. [...] O movimento de greve foi motivado fundamentalmente pela mudança na política salarial adotada pela empresa. [...] associada aos pedidos de equiparação salarial de funcionários na mesma função e melhor tratamento por parte das chefias, determinou a deflagração da greve. O movimento, que foi decidido depois da falta de respostas positivas da empresa às reivindicações dos trabalhadores, teve a adesão total dos aproximadamente 450 funcionários da empresa em Farroupilha. Coordenados pela diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Caxias do Sul [...]. O único incidente do primeiro dia de paralisação deu-se logo no começo do movimento. Ocorre que policiais militares dirigiram-se até a empresa, visando garantir a segurança. Porém, a forma de tratamento dispensada aos trabalhadores, com o uso ameaçador de fuzis e cassetetes, deixou os grevistas irritados.” (Jornal Pioneiro, 21.6.1985)

Esta greve ocasionou um fato inusitado na cidade: a passeata dos grevistas até a Prefeitura para pedir apoio ao prefeito, que, na oportunidade, ofereceu-se para intermediar as negociações. Segundo reportagem do jornal,

75

“Pedro Pozenato, membro da diretoria efetiva do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, disse que ‘o povo já está cansado da repressão dos 21 anos de ditadura que reinou em nosso País e que o movimento que os funcionários fazem hoje mostra muito bem que estamos em nosso país e que o movimento que os funcionários fazem hoje mostra muito bem que estamos em uma Nova República’. Disse ainda: ‘Hoje é uma novidade em Farroupilha uma metalúrgica parar para reivindicar melhores salários, para termos condições de vida mais justa’.” (Jornal Pioneiro, 22.6.1985).

Em outubro, foi a vez dos 150 metalúrgicos da Cabrini Construções Metálicas S.A., iniciarem sua greve. A expressiva adesão ao movimento assegurava força à reivindicação de 30% de reajuste salarial, não descontável do reajuste semestral, previsto para dezembro próximo. (Jornal Pioneiro, 5.10.1985)

Alguns dias depois teve a paralisação dos operários da Marcopolo, a fim de reivindicar 20% de reposição salarial, sem compensação no reajuste automático de setembro. Além disso, pleiteava o pagamento de 100% sobre as horas extras, melhoria no atendimento médico prestado pela empresa, estabilidade no emprego, elevação de 10% para 20% de insalubridade, pagamento das horas ou dias parados, equiparação salarial entre os funcionários e jornada de trabalho de 40 horas.

“A greve foi decidida no dia sete de outubro e referendada por cerca de 1200 funcionários, que participaram da assembleia terça-feira à noite, no sindicato da categoria Wilson Almeida Damasceno, da diretoria do sindicato, disse que chegou a haver a formação de piquetes nas unidades da Ana Rech, Planalto e na Elizário. mas sem a necessidade de força. “A paralisação recebeu logo a adesão espontânea”, segundo ele. Os funcionários que foram chegando às fábricas se concentravam em frente e depois, em passeata, se dirigiram até o Ginásio Pedro Carneiro Pereira.” (Jornal Pioneiro, 17.10.1985)

Na oportunidade, a diretoria do Sindicato e a comissão de greve relataram a situação de expectativa em relação à negociação. Diante disso o presidente do Sindicato, Ênio Marques, apelou para a união de todos e disse que *“não estamos exigindo toda a riqueza da Marcopolo, mas um pouco mais para os trabalhadores”*, e relatava as recentes conquistas obtidas pelos operários da Tramontina, de Farroupilha, Cabrini e Engemaq de Caxias. (Jornal Pioneiro, 17.10.1985)

Na sequência, isto é dia 23 de outubro, foi deflagrada greve na Lavrale, conforme a manchete do jornal: *“Lavrale, a mais nova paralisação”*.

76

“Os cerca de 300 funcionários da Lavrale, do grupo Stédile, paralisaram ontem suas atividades na empresa, apresentando praticamente as mesmas reivindicações dos últimos movimentos realizados na cidade. [...] O presidente do sindicato, Ênio João da Silva Marques, não descartava a possibilidade de que os funcionários das outras empresas do grupo - Agrale com 1.600 e Fras-Le com 1.500, decidam acompanhar o movimento. ‘Nada impede que isso aconteça’.” (Jornal Pioneiro, 24.10.1985)

Este movimento tinha como reivindicações: reposição salarial de 30%, sem compensação no reajuste semestral de dezembro, estabilidade por um ano no emprego, 100% sobre horas extras e o pagamento das horas paralisadas. Além das questões econômicas, os operários pediam fornecimento gratuito de material de segurança, melhoria na alimentação fornecida e redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais. Exigiam, ainda, o fim da obrigatoriedade das horas extras, fornecimento de leite para o pessoal do setor de pintura, colocação de ônibus circular entre os bairros a partir da empresa, melhoria no ambiente de trabalho na seção de pintura (ventilação), antecipação de dez minutos na saída do expediente, para higiene do pessoal, mais consideração das chefias, distribuição de refrigerantes, em vez de suco, ao pessoal que faz horas extras, fim do rigorismo da segurança e fim do remanejamento de funcionários entre os setores da Lavrale.

A greve iniciada na Lavrale alastrou-se pelas demais empresas do grupo Stédile, atingindo também a Fras-le e depois a Agrale, totalizando cerca de 4.000 operários paralisados. *“Os diretores do sindicato que davam cobertura ao movimento informavam que os setores de montagem de tratores, caminhões, motores e motos, além do administrativo, estavam totalmente parados, embora cerca de 10 por cento dos trabalhadores não tivessem aderido ao movimento.”* (Jornal Pioneiro, 25.10.1985)

No dia seguinte, o referido jornal estampava a seguinte manchete: “Movimento grevista está se ampliando na cidade”. A mesma refere-se ao fato de que os operários da Triches aprovaram em assembleia paralisarem os trabalhos a partir de quinta-feira, e que haviam outras assembleias marcadas para a próxima semana das fábricas Pigozzi Cipolla, Inequil, Microinox, Gazzola e Eberle. Todas com indicativo de paralização.

Na Microinox, a paralisação do setor de acabamento teve duração breve, com o atendimento de reivindicações. Entretanto, houve greves mais prolongadas em diversas fábricas. De acordo com o jornal,

“Mais um dia de espera por uma solução favorável. E de adesões o quadro de empresas paralisadas aumentou consideravelmente. Somente no setor metalúrgico, conforme decisão das assembleias ontem, estão paralisadas: grupo Stédile (Fras-le, Agrale e Lavrale, 3.500 operários), Eberle (8 unidades e varejo, 4.500 operários), Pigozzi Cipolla (400), Triches (1.500), Gazzola (350), Auto Galvânica (150), Waster (150), Pinox (50) e outras assembleias já estão preparadas para os próximos dias. Como o caso da Randon, que estuda proposta interna: a Guerra S.A., que já definiu encontro para o próximo sábado, às 9h. [...] Durante o dia de ontem, apenas um incidente mais grave teve origem a partir da formação de um piquete na Auto Galvânica Santos Dumont. Do atrito entre os piqueteiros e a BPM resultaram três funcionários feridos.” (Jornal Pioneiro, 1º.11.1985)

77

No dia 2 novembro noticiava-se que, enquanto algumas empresas efetuaram acordo com o Sindicato, outras entravam em greve, como foi o caso da Remaco e De Antoni. A Randon negociou um acordo para evitar a greve. Portanto, era um contexto de muitas paralisações, envolvendo metalúrgicos, bem como outras categorias profissionais.

No ano seguinte, de 1986, as greves voltaram a acontecer nas fábricas do setor metalúrgico e em outras categorias, a exemplo: professores e acadêmicos da UCS, previdenciários, bancários, Correios, polícia civil, vinícolas e na Cervejaria Antarctica.

Entre os metalúrgicos aconteceu uma paralisação na Marcopolo e na Madal durante duas horas, conforme a imprensa do dia 2 de abril de 1986. A mesma queria o cumprimento do acordo realizado ainda no ano anterior e obter um aumento, entre outras reivindicações. Além disso, destaca-se o pleito de reconhecimento da comissão de fábrica com estabilidade, no caso da Madal, enquanto que na Marcopolo, além da comissão de fábrica, o pedido era o livre trânsito dos dirigentes sindicais entre as sessões.

“Ontem pela manhã, na frente da empresa, no Distrito Industrial. RS 122, cerca de 150 funcionários estavam concentrados. José Altamiro Paim, segundo secretário do Sindicato dos Metalúrgicos informou que a paralisação atingia 100 por cento da produção, cerca de 500 empregados. [...] Com a eclosão da paralisação, novas cláusulas passaram a fazer parte das reivindicações dos trabalhadores. Pagamento dos dias parados, estabilidade para a comissão de negociação, não punição a nenhum paredista e anulação da punição imposta ao funcionário Tadeu Daneluz, dirigente do sindicato, suspenso por três dias. [...] Da reunião de negociação, por parte dos empregados, participaram os diretores sindicais Enio Marques, Pedro Pozenatto e os funcionários e dirigentes do sindicato, Tadeu Daneluz e Luís Fernando Souza [...]” (Jornal Pioneiro, 2.4.1986)

78

Alguns meses depois, no dia 17 junho, mais de dois mil metalúrgicos, reunidos em assembleia em frente ao Ginásio de Esportes Pedro CarneiroPereira, decidiram deflagrar greve geral depois de rejeitarem a nova proposta patronal para o dissídio da categoria. Após a assembleia, os metalúrgicos dirigiram-se em passeata pelo centro da cidade até a sede do sindicato, onde começaram a organizar o movimento e definiram a formação de piquetes em todas as indústrias metalúrgicas, inclusive nas cidades de Garibaldi, Farroupilha, São Marcos, Flores da Cunha e Antônio Prado.

No dia seguinte, houve um confronto entre a Brigada Militar e os operários em frente à Randon, com pelos menos 30 feridos.

“A greve dos metalúrgicos começou com um grave incidente em frente à empresa Randon [...]. Dos mais de 30 feridos, dois trabalhadores continuam hospitalizados. O movimento, que atingiu 11 indústrias de Caxias e mais três unidades da Tramontina, continua por tempo indeterminado, de acordo com decisão tomada ontem durante assembleia.” (Jornal Pioneiro, 19.6.1986)

Ainda em relação ao confronto ocorrido na Randon, que resultou em diversos feridos:

“Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores, Paulo Costa, ‘a Brigada exerceu um poder que não existe mais. Não estamos mais no período da ditadura, quando o trabalhador apanhava por qualquer motivo’. Segundo o vice-presidente dos Metalúrgicos, ‘é inadmissível que um oficial da Brigada comece a dar tiros para o ar: como aconteceu hoje (ontem). Depois disso, começaram a bater nos trabalhadores, como se fossem animais’. O líder sindical confirmou que 10 metalúrgicos foram parar no hospital, sendo que dois ficaram sob observação, um com suspeita de fratura no crânio e outro com o braço quebrado em dois lugares. ‘Um terceiro trabalhador, Tadeu Zulianelo, apanhou tanto dos brigadianos, que está com suspeita de ruptura dos rins’, disse Paulo.”(Jornal Pioneiro, 19.6.1986)

Este fato mostra o papel do aparato policial do Estado em muitas ocasiões: dar prioridade à defesa dos interesses dos proprietários do capital. Entretanto, nas demais fábricas, não houve maiores incidentes, e a paralisação, segundo a avaliação do Sindicato publicada na imprensa, atingiu 95% da Marcopolo S.A.; 66% da Eberle; 95% da Dambroz; 100% da Cabrini; 100% da Hidrover; 90% da Engemaq; 75% da Gazola; 100% da Metalúrgica Betton; 60% da Agrale S.A.; 100% da Irmãos Amalcabúrio; e 95% da Randon S.A.. Além disso, a greve parou 85% dos operários da Tramontina de Farroupilha e 100% da Tramontina de Garibaldi, além de 40% da Robertshaw, em Caxias do Sul. A greve também ocorreu nas indústrias Metal David, Fio Forte e na Servibrás. No dia 20 de junho, o movimento grevista expandiu-se ainda mais, com a adesão dos operários da Intral, da Cipola e da Eberle/Maesa.

79

Foram muitas as greves durante 1985 e 1986, que refletiam uma realidade de retomada vigorosa da mobilização social pelo avanço e consolidação do processo democrático em meio à crise, com a busca de direitos sociais e conquistas econômicas. Assim, o Sindicato, ativo participante desse processo de mobilização e percebendo a necessidade de articular as reivindicações dos metalúrgicos de Caxias do Sul e região com a luta política mais geral, optou em filiar-se à Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Como ativo participante da Central, mobilizou os trabalhadores para a Greve Geral Nacional de 12 de dezembro de 1986.

Cabe lembrar que, posteriormente, vinculou-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e atualmente integra a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), inclusive com participação na direção executiva.

É em meio a esta realidade que, em 1987, foi eleita a Chapa 2, de Oposição, denominada de “Firmeza e Ação” integrada pelos seguintes operários: Altamiro de Oliveira Paim (Zecão), como candidato à presidente, Adroaldo de Almeida, como vice-presidente, Valdoir Pereira da Rosa, como secretário geral,

Jorge A. Rodrigues, como 1º secretário, Paulo Volnei Ribeiro Martins, como 1º tesoureiro, Adenir Jardim da Silva, como 2º secretário, e Werner Diehl, como 2º tesoureiro. Ficaram como suplentes da diretoria: Pedro Arlindo Pozenato, Vilmar Boschetti, Severino Rodrigues Barbosa, Assi Flávio de Melo, Valderaz Fernando de Oliveira Leite, Valmor Batista Ribas, Claraci Severo, Rosimeri T. Vencato, João D. de Castilhos, Antônio E. de Oliveira, Antonio Santos da Silva, Luiz Meneghel, André de F. Rodrigues, João C. da Rosa, Manoel Magnus Correa e Alice Magnabosco.

Um dos fatos que merece ser destacado é que, pela primeira vez desde 1933, quando o Sindicato passou a ser oficialmente reconhecido pelo Estado, que uma mulher passou a integrar a direção da entidade. Mesmo na condição de suplente da direção, a presença de Claraci Severo é um marco para as mulheres metalúrgicas. Outro fato que merece destaque é o fato de que nessa direção ingressaram operários que tiveram participação ativa nas greves de 1985 e 1986.

O material da referida chapa compromete-se com as lutas específicas da categoria, com a melhoria da assistência e a defesa da formação da comissão de fábrica, bem como a convocação de uma Constituinte democrática e progressista que garanta estabilidade, 40 horas, direito de greve e férias em dobro. Conforme depoimento de José Altamiro Paim,

80

“Naquela época, o sindicalismo estava ressurgindo. Os trabalhadores tinham esperança de mudar. [...] As Assembleias aconteciam na rua, porque o auditório do sindicato não comportava o número de trabalhadores. Outras Assembleias foram realizadas no estádio Alfredo Jaconi e no antigo Ginásio de Esportes Pedro Carneiro Pereira, no Parque dos Macaquinhos. Naquela época havia participação dos trabalhadores. Além de lutar pelos metalúrgicos, o Sindicato sempre colaborou com outras categorias. A melhor luta que tem é a dos trabalhadores.” (CARVALHO, 2003, p. 44)

Como se constata a partir desse depoimento, o Sindicato tem uma atuação combinada entre a mobilização da categoria com o apoio a outras categorias. Em relação a categoria teve que enfrentar o desafio de mobilizar os trabalhadores, diante das perdas dos salários devido ao Plano Bresser. Um exemplo disso foi a greve dos metalúrgicos de Carlos Barbosa e São Marcos.

As conquistas e a ofensiva neoliberal

No ano de 1988, diversas categorias profissionais fizeram greve, entre as quais destacam-se a dos servidores municipais, a dos funcionários da Caixa

Econômica Estadual, a dos professores estaduais, dos funcionários do Banco do Brasil e dos professores da UCS.

Contudo, esse ano foi marcado também pela mobilização do movimento sindical e acompanhamento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, a fim de garantir a conquista de direitos. A experiência e a clareza política indicavam aos dirigentes sindicais classistas que somente a pressão sobre os deputados constituintes poderia garantir conquistas.

Conforme notícia do jornal do dia 17 de outubro de 1988, os sindicatos realizaram uma plenária para fazer um balanço das conquistas. Dessa reunião, participaram representantes de 20 entidades, oportunidade em que foram efetuados alguns esclarecimentos em relação à Constituição, bem como ressaltado a necessidade da continuidade da mobilização unificada em razão da elaboração das Leis Complementares.

Por sua vez, em 1989, mais precisamente nos dias 14 e 15 de março, os trabalhadores metalúrgicos de Caxias do Sul participaram ativamente da Greve Geral Nacional de dois dias. Alguns meses depois, começaram a se mobilizar em torno do dissídio. A assembleia do dissídio daquele ano teve que ser realizada na rua, mesmo debaixo de chuva, devido à grande participação de trabalhadores. Nela, foi rejeitada a contraproposta patronal e aprovada a “operação tartaruga” nas fábricas, como forma de pressão.

Naquele mesmo ano foi aprovada a ampliação do número de dirigentes sindicais: dos então 24 integrantes, o Sindicato passou a ter 169, a fim de melhorar sua representatividade nas fábricas. Essa mudança foi realizada com a possibilidade criada com a Constituição Federal de 1988. Esta ampliação do número de diretores foi a forma encontrada para superar a dificuldade de se conquistar as comissões de fábrica com estabilidade.

Deve-se destacar que a situação econômica do país, nas décadas de 1980 e 1990, caracterizava-se pelo baixo dinamismo, elevado desemprego e perdas salariais, gerando a frustração dos trabalhadores. Em resumo, o desempenho da economia contrastava com a expectativa gerada pela ampla e intensa mobilização coletiva em todo país, que assegurou a redemocratização política da qual surgiu a Constituição Cidadã.

Entretanto, esses movimentos e descontentamento com a situação econômica não se transformaram em uma vitória eleitoral, nas eleições de 1989, da candidatura presidencial do líder sindical metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva. Nesta disputa, foi vencedor o candidato da classe dominante Fernando Collor de Mello, com seu discurso neoliberal.

A vitória de Fernando Collor de Melo⁸ não foi apenas de uma política eleitoral, mas de uma concepção teórica, com efeito prático, que responsabilizava o

Estado pela crise e defendia a economia de mercado, em sintonia com a proposta dos organismos financeiros internacionais. Portanto, daqueles que defendiam que a crise econômica é do Estado e não estrutural, isto é do capitalismo.

A partir do predomínio dessas ideias, iniciaram-se as reformas liberalizantes através das privatizações dos setores econômicos estatais, como a siderurgia, a energia elétrica, as telecomunicações, os bancos e as fábricas de fertilizantes. Com isso, setores estratégicos da economia passaram do controle estatal ao monopólio privado, em meio à crescente internacionalização da economia brasileira. Junto com isso, reduziu-se também o papel do Estado na efetivação de políticas sociais e se ampliou a presença do terceiro setor (POCHMANN, 2010).

A política social sofreu um duro revés, deixando de ser tratada em uma perspectiva de universalização do direito, como aponta de alguma maneira a Constituição de 1988, para tornar-se focada e com base nos mínimos sociais com base na ação voluntária.

Em razão da situação econômica e do sucateamento dos serviços públicos, foi convocada pelas centrais sindicais uma greve geral para 22 e 23 de maio de 1991, tendo como reivindicações: a reposição das perdas salariais, a garantia de emprego, a defesa dos serviços públicos, a reforma agrária, o fim do aumento abusivo nos preços dos aluguéis e prestações da casa própria e a defesa da democracia. Esta paralisação também ocorreu em Caxias do Sul.

82

Com base nesta realidade, o Sindicato dos Metalúrgicos, conjuntamente com outras entidades, desenvolveu uma série de mobilizações, conforme o boletim da CUT Serra, de agosto de 1991, da qual o Sindicato fazia parte.

“Por isso é que reafirmamos que, a saída dos trabalhadores passa pela derrota do projeto neoliberal e entreguista do governo Collor; pela implementação de uma política que toque nos problemas estruturais da crise brasileira, como o não pagamento da dívida externa, reforma agrária, redistribuição de renda, entre outras, questões que somente serão resolvidas com a implantação de um Governo Democrático e Popular; sob o comando dos trabalhadores. Sem estas mudanças é impossível acabar com o arrocho, o desemprego e a recessão. (Boletim nº 1, de agosto de 1991, CUT – Regional Serra)

Ainda no ano de 1991, o Sindicato dos Metalúrgicos participou da 3ª Romaria do Trabalhador, realizada em Caxias do Sul. Já no ano de 1992, no dia 3 de setembro, o Sindicato dos Metalúrgicos convocou uma passeata “Contra o fechamento da Hércules e contra o desemprego”. Esse protesto decorre da seguinte situação:

“[...] o projeto preve para setembro próximo [...] importar da Alemanha máquinas para polimento de talheres eliminando cerca de 200 funcionários [...] ‘O polimento, hoje inteiramente manual, passará a ser feito de forma automatizada’, explica Celtlin. O item automação conforme ele, é hoje uma das principais preocupações do grupo.” (Jornal Gazeta Mercantil, 27.8.1992)

Cerca de 350 operários participaram da passeata, dirigindo-se até o Centro Administrativo carregando faixas. Na oportunidade, os dirigentes do Sindicato foram recebidos pelo prefeito Mansueto Serafini, ao qual manifestaram preocupação com as demissões e a possibilidade da transferência da unidade para Porto Alegre.

Em 1993, em razão de uma ação judicial, houve o afastamento da direção do Sindicato. Com isso, assumiu provisoriamente uma junta governativa dirigida por Ivo Antônio Sartor. Contudo, por meio de uma liminar assinada pelo juiz da 5ª Vara, Dr. Manoel José Bizzaro Junior, foram reintegrados aos cargos Adenir Jardim da Silva, Mari dos Santos Nery, Wilmar Bosquetti, Werner Dichl, Jorge Antonio Rodrigues e Pedro Arlindo Pozzenato.

Alguns meses depois, em outubro, ocorreram eleições sindicais. O pleito foi vencido pela Chapa 2 denominada “Ética e Luta”. Esta chapa tinha na diretoria executiva Jorge Antônio Rodrigues, Ernesto Erlo, José Ribeiro, Pedro Pozzenato, Bernardete Baltazar, Joaquim Boeira de Lemos, Heron Chaves, Assis Flávio da Silva Melo, Claraci Severo, Denir Jardim da Silva, João Carlos da Rosa, Leomar da Silva, Júlio Cezar da Silva Chaves, Mari dos Santos Nery e Conceição Sarmento. Além destes nomes, havia mais de uma centena de outros integrantes.

A partir desta direção, consolidou-se e ampliou-se a participação das mulheres na direção do Sindicato, bem como marca o retorno de um comunista à presidência do Sindicato, após 30 anos.

A hegemonia classista

O presente capítulo aborda os desafios da atuação sindical em contexto de transformações no plano da organização sociotécnica da produção, e uma conjuntura política de ofensiva econômica e ideológica das ideias de recorte neoliberal. Além disso, trata das mobilizações da categoria para a conquista de direitos e salário, a partir da eleição do líder sindical metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência do país.

Fortalecer as lutas

O ano de 1993 é marcado pela conquista do Sindicato de uma direção classista. Em sua avaliação em relação à atuação do Sindicato a partir de quando assumiu a presidência, Jorge Antônio Rodrigues declarou, na revista *70 anos de história: resgatando o passado para fortalecer as lutas presentes*, que

“A direção do Sindicato sempre teve a capacidade de fazer a leitura de evoluir na relação com a categoria e outras categorias. A unidade de ação sempre foi importante. O enfrentamento conjunto foi significativo e representou vitórias para os trabalhadores. Direções sempre bem preparadas, com boa compreensão política teórica marxista da política sindical, tem contribuído para manter o que se tem hoje.” (CARVALHO, 2003, p. 48)

Estes fatores apontados pelo dirigente merecem destaque em razão das dificuldades impostas pela situação econômica do país. Por exemplo, o dissídio de 1994 deu-se em meio à implantação do Plano Real, que trouxe perdas salariais e dificultou as negociações do dissídio. A fim de pressionar uma evolução nas negociações, foi interrompido o trânsito da RS 122 impedindo o acesso ao Distrito Industrial e, com isso, paralisando as fábricas. Era necessário mobilizar a categoria para poder forçar algum avanço na negociação.

Nas décadas de 1980 e 1990, o país vivia uma crise econômica. Um dos aspectos mais evidentes dela são os diversos planos econômicos: o Plano Cruzado (1986), o Plano Bresser (1987), o Plano Verão (1989), o Plano Collor (1990), o Arrocho Monetário (1992) e o Plano Real (1994).

Os principais fundamentos explicativos dessa crise assentam-se na turbulência externa, em razão de fatores tais como a elevação do preço do petróleo (1973 e 1979), base da matriz energética; o crescimento das taxas de juros internacionais; a retração dos créditos; a crise de mercados exportadores da América Latina; o baixo preço real dos produtos primários (exceto o petróleo, que aumentou o preço); a falta de *superávit* na conta corrente entre exportações e importações; e a inexistência de investimentos externos no país.

No final de 1994 elegeu-se à presidência da República Fernando Henrique Cardoso, que aprofundou o processo de redefinição do papel do Estado, no qual as privatizações de empresas públicas são um elemento. Com relação a esse processo de vendas das estatais, Aloysio Biondi (2002) demonstra, na publicação *O Brasil Privatizado*, que o desmonte do Estado foi financiado pelo governo através do BNDES. São vários os exemplos que fundamentam essa afirmativa, a exemplo da comercialização da Companhia Siderúrgica Nacional

(CSN); a mesma foi vendida por R\$ 1,05 bilhão, dos quais, R\$ 1,01 bilhão em “moedas podres” adquiridas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Ressalta-se, que as privatizações não constituíram medidas isoladas, mas que as mesmas foram acompanhadas da abertura comercial e da estabilização monetária através do regime de câmbio sobrevalorizado e ancorado no dólar, do financiamento do investimento baseado em altas taxas de juros. Portanto trata-se de medidas para superar a crise pela lógica do capital a fim de restabelecer um padrão maior de taxa de lucro em meio à mundialização do capital, com base em uma política econômica de recorte neoliberal.

Estas proposições de recorte neoliberal encontram-se no chamado Consenso de Washington, cuja obrigatoriedade de aplicação foi imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aos países que haviam feito empréstimos, como foi o caso do Brasil. O Consenso de Washington estabelece como “recomendação”: limitar os gastos do Estado à arrecadação, eliminar o déficit público; reduzir os gastos públicos; realizar uma reforma tributária que ampliasse o peso dos impostos indiretos e diminuísse progressivamente os impostos diretos; liberalizar, isto é, desregulamentar a ação do capital financeiro, retirando o Estado do setor; implementar taxa competitiva de câmbio; liberalizar o comércio exterior para impulsionar a globalização da economia; eliminar as restrições à ação do capital externo; privatizar, com a venda de empresas estatais; desregulamentar o processo econômico e as relações trabalhistas, isto é a precarização dos direitos trabalhistas; defender a propriedade intelectual através da chamada “lei de patentes”.

88

A aplicação destas diretrizes favorecem principalmente o capital financeiro, gerando o deslocamento do capital produtivo para o setor financeiro, modificando a taxa de lucro e a dinâmica capitalista. Além disso, amplia-se a precarização das condições de trabalho com o aumento do emprego informal, ao ponto de que, na década de 1990, dois em cada cinco brasileiros ativos dos grandes centros urbanos atuavam na informalidade (MATOSSO, 2010).

É nesse contexto que o capital produtivo (industrial), em grande medida misturado com o capital financeiro na busca da retomada das taxas de lucro, introduz transformações no plano da organização sociotécnica da produção, investe na racionalização de custos de força de trabalho, matérias-primas e energia, eleva o uso de capital fixo (máquinas e ferramentas) e intensifica os processos de trabalho para elevar a taxa de mais-valia relativa e absoluta, o que aumenta a velocidade de circulação do capital, centraliza e concentra o capital em grupos transnacionais, em um contexto de abertura da economia.

A fim de aumentar a taxa de mais-valia, faz uso crescente da descentra-

lização produtiva via subcontratação e terceirização da força de trabalho e a transferência de plantas e unidades produtivas para regiões onde há uma maior precarização das relações e condições de trabalho, e um menor salário. Indústrias passam a produzir fora do país ou comprar no exterior mercadoria com suas marcas para vender aqui, mas gerando emprego lá fora.

Outro aspecto das mudanças organizacionais dá-se com o uso de métodos de gestão denominado de “participativo”, com a finalidade de “envolvimento” dos operários com a lógica do capital para aumentar a produtividade. Também ampliou-se o uso de novas tecnologias, informatizando a produção, e verificou-se o crescimento do processo de difusão da microeletrônica com uso de robôs e sistemas CAD/CAM para elaboração de projetos, elevando a exploração.

A justificativa para as transformações no processo produtivo e para a adoção de políticas de recorte neoliberal em relação ao papel do Estado, advém da análise dos intelectuais orgânicos do capital de que a raiz da crise econômica se encontra no excessivo poder dos sindicatos, pois os mesmos, com suas conquistas de direitos, reduziram as bases da acumulação capitalista (ANDERSON, 1995). Assim, fez-se necessário diminuir a capacidade de organização e luta dos operários, para poder aumentar a exploração da força de trabalho.

Nesse sentido, os governos passam a contribuir com a ofensiva contra o movimento sindical, fragilizando sua atuação a partir da criminalização dos movimentos sociais, bem como ao efetuar a desregulamentação da economia para assegurar o movimento do capital, reduzir ou eliminar a participação do Estado na atividade produtiva e reduzir a proteção social aos mínimos sociais.

Diante desta conjuntura, em 21 de junho de 1996 as centrais sindicais convocaram uma greve geral em protesto contra o desemprego. Ressalta-se que, nesse período, já haviam se reorganizado no Brasil diversas centrais sindicais sem, contudo, serem reconhecidas pelo Estado. Este movimento foi também convocado pela nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, eleita nos dias 28 a 30 de maio.

Nesse período, foi eleita a Chapa 1, liderada por Jorge Rodrigues, tendo como membros na diretoria executiva Assis Flávio da Silva Melo como vice-presidente; Antônio Carlos Silveira dos Santos como secretário-geral; Honório Rodrigues como 1º secretário; Adenir Jardim da Silva como tesoureiro geral; Luiz Carlos Vargas como 1º tesoureiro; Werner Diehl como diretor de imprensa; Renato José Ferreira de Oliveira para o Departamento de Patrimônio; Antônio Evaldo de Jesus Velho como Diretor de Automação; Jorge Gilseu da Costa Silva como Diretor Jurídico; Leomar da Silva como Diretor de Esportes; Mari dos Santos Nery para o Departamento Feminino; Raimundo Bertuleza como

Diretor Intersindical; Eremi de Fatima Melo Fragoroso para o Departamento de Formação; e José Antônio de Oliveira Leite para o Departamento de Saúde.

Uma das ações efetuadas por essa diretoria foi melhorar a sede campestre, com a construção de piscinas e churrasqueiras, a fim de assegurar o lazer para os associados e seus familiares. A atitude reflete a compreensão da necessidade de maior integração da categoria e de proporcionar oportunidade de lazer, enquanto perspectiva de qualidade de vida e saúde.

A preocupação com a saúde manifesta-se com a realização do I Seminário sobre Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais com foco nas Lesões por Esforços Repetitivos (LER), devido à crescente incidência de doenças profissionais e acidentes de trabalho.

Em 1997, diante da dificuldade de negociar o dissídio, o Sindicato, conjuntamente com o Sindicato dos Comerciários, decidiu interromper a reunião-almoço da Câmara de Indústria e Comércio (CIC) portando cartazes com os seguintes dizeres: “Para a melhor mão de obra é pago o pior salário” e “Empresários querem lucro máximo e pagam salário de fome”. Também promoveu o bloqueio na circulação dos ônibus com trabalhadores no Bairro Fátima e do fluxo de transporte rodoviário na BR 116 durante mais de uma hora. Além disso, promoveu uma assembleia no próprio local. No dissídio daquele ano, o Sindicato inovou fazendo proposta por setor no que diz respeito ao índice de aumento reivindicado, ou seja, obedecendo à situação de cada setor. As assembleias começaram a ser realizadas nas portas das fábricas maiores, paralisando momentaneamente o trabalho, para debater e mobilizar a categoria. Essa opção visava maior participação dos trabalhadores, tornando mais democrático o debate e a decisão, ampliando a mobilização especialmente nas fábricas com maior concentração operária.

Infelizmente, perseguições a dirigentes sindicais também fazem parte da realidade do movimento sindical. No dia 13 de maio, os ministros da Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho deram ganho de causa, por unanimidade, ao dirigente sindical Honório Rodrigues, diante do histórico de perseguições realizadas pela Randon contra o trabalhador, por mais de dez anos. Honório foi demitido sem justa causa no ano de 1998 e, já sendo dirigente sindical, a empresa foi obrigada a reintegrá-lo em 1999. No ano de 2000, a empresa cassou a liminar que o mantinha no emprego. Em 2001, foi novamente obrigada a reintegrar Honório. Em Brasília, a prática antissindical da Randon de não reconhecer a estabilidade de dirigentes sindicais, garantida na Constituição Federal, foi derrubada em última instância. Por fim, em 2005, após nova demissão por justa causa, decisão que foi anulada pela Justiça do Trabalho de Caxias do Sul, Honório obteve indenização por ofensas morais.

Em 1999 ocorrem novas eleições para direção da entidade. Nela, concorrem duas chapas ,sendo reeleito para a presidência **Jorge Rodrigues**. No ano seguinte, no mês de outubro, o Sindicato, por meio de sua assessoria jurídica, conquistou importante vitória em processo movido desde 1996, quando obteve o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal (STF), das perdas ocorridas em relação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em razão dos planos Verão e Collor. Essa decisão acabou servindo de referência para todos os trabalhadores brasileiros.

Por sua vez, em janeiro de 2001, Jorge Antonio Rodrigues licenciou-se da presidência do Sindicato para assumir a Secretaria Municipal dos Serviços Públicos Urbanos no Governo da Frente Popular, tendo como prefeito Pepe Vargas (PT). Com isso, **Assis Flávio da Silva Melo** assumiu a presidência do Sindicato.

Ainda no princípio desse mesmo ano, ocorreu o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Nesse evento, reuniram-se milhares de pessoas de diversos países para propagar que “Um outro mundo é possível”. Era o contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, na qual se encontravam os chefes de Estados, de organismos internacionais, intelectuais orgânicos e membros da classe dominante, para definir ações e recomendações de política econômica aos países. Na sequência, no mês de abril, considerando a demanda da temática e preocupação com o regime geral da previdência, o Sindicato promoveu um Seminário sobre o Direito Previdenciário com participação de amplos setores da sociedade.

91

É oportuno destacar a experiência dos metalúrgicos com o Programa Integrar. Nesse sentido, é válido lembrar que, a partir da última década do século XX, o fenômeno do desemprego tornou-se um dos principais problemas sociais, juntamente com a fome e a pobreza, que se multiplicaram a cada dia. Paradoxalmente a isso, ocorre o avanço tecnológico, acompanhado pela política do Estado mínimo, tendo como fundamento as ideias de recorte neoliberal. O uso das novas tecnologias tem um sentido de valorização do capital a partir dos ganhos de produtividade, em detrimento do emprego, aumentando, assim, a pobreza, a violência e a marginalidade, entre outras tantas mazelas sociais.

Neste período, evidenciam-se os impactos sociais da chamada “terceira revolução industrial” em razão da busca do aumento da taxa de lucro, que contribuiu para o agravamento da miserabilidade. É certo que o desemprego é um problema sistêmico do capitalismo, porém, na última década do século XX, se agravou devido às políticas neoliberais adotadas pelo governo, para quem as políticas sociais não devem ser universais, mas focalizadas e baseadas sobretudo no voluntariado.

Nesse contexto, o movimento sindical, além das lutas e mobilizações – sempre necessárias e atuais – passou a atuar na área da educação dos trabalhadores, a fim de qualificar, sobretudo, os trabalhadores com mais acesso à cultura, descortinando novos horizontes com o uso das ferramentas da educação popular.

O Programa Integrar CNM/CUT, em parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, teve seu núcleo coordenado pela então diretora de Formação Eremi Melo, de 1997 a 2004. No início do século XX, inúmeras experiências de formação profissional ganharam força junto aos operários. Cabe lembrar que, já no 2º Congresso Operário do Estado de São Paulo, em 1908, foi sugerido e aprovado o apoio “ao Desenvolvimento Intelectual do Operariado”.

Na perspectiva de romper com a herança autoritária da ditadura civil-militar, e com a situação ameaçadora excludente da política globalizante neoliberal, foi necessário desencadear um processo a fim de qualificar a ação a partir da luta sindical. Diante disto, foi necessário a inclusão nas agendas de negociações coletivas a educação e a formação social e profissional. A proposta político-pedagógica do Programa Integrar significou romper com a separação histórica entre educação e formação profissional, vistas como antagônicas ou mecanicamente complementares. Conforme Docimar Querubin, em *Educação de Adultos*, a experiência dos Metalúrgicos do Programa Integrar/RS, para ser coerente com a concepção de educação e da política que a sustenta, tem como ponto de partida o conhecimento objetivo construído pelos participantes em suas histórias de vida. Ressalta-se que passaram pelo Programa Integrar – Núcleo de Caxias do Sul, mais de 400 educandos; muitos destes seguiram seus estudos nos Ensinos Médio e Superior.

92

Um novo tempo

O ano de 2003 pode ser caracterizado, em termos políticos mais gerais, como um marco, pois pela primeira vez a presidência do país é ocupada por um operário metalúrgico, o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, os primeiros anos de seu governo não romperam com a política do Governo de Fernando Henrique Cardoso. O Governo Lula recebeu a herança “[...] não apenas de dura situação econômica, mas também de consensos nacionais forjados por anos de neoliberalismo. Sua incorporação, com a ‘Carta aos Brasileiros’, foi herança desse consenso” (SADER, 2010, p. 27).

A Carta aos Brasileiros, divulgada no final da sua campanha eleitoral, buscava apontar, principalmente para o grande capital nacional e internacional, que, em caso de eleição, não haveria rupturas profundas a fim de obter a chamada governabilidade. Assim, as primeiras medidas adotadas pelo governo em termos

econômicos, refletem essa postura do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

As ações realizadas foram de conter a inflação que, no ano de 2002, foi de 12,5% ao ano, para parar com a crescente dívida líquida do setor público, que havia subido para 51,3% do PIB, e para melhorar as reservas internacionais do Brasil, que eram de apenas US\$ 20,8 bilhões. A medida adotada para reduzir a inflação foi aumentar a taxa básica de juros, a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), repercutindo no investimento no setor produtivo. Para diminuir a dívida pública, cortaram-se os gastos primários da União, sinalizando aos agentes financeiros o comprometimento com o equilíbrio fiscal, em prejuízo dos investimentos do Estado. Além disso, elevou-se a receita da União e foi feita uma reforma da previdência dos servidores públicos (SADER, 2010).

Em meio a essa conjuntura, no ano de 2003, o Sindicato dos Metalúrgicos completou 70 anos de reconhecimento oficial pelo Estado brasileiro. Como parte do reconhecimento e preservação da memória da entidade, foi inaugurada uma galeria na entidade com as fotos dos presidentes. Entre as pessoas presentes, encontrava-se o sócio-fundador Júlio Pedro Furlan, entre outros ex-dirigentes. Ainda em reconhecimento à trajetória de atuação, o Sindicato foi homenageado na Câmara de Vereadores pela sua trajetória. Essa proposição de sessão solene foi efetuada pelo vereador Déo Gomes (PCdoB), e aprovada por unanimidade por todos os edis. Foram muitas as atividades desenvolvidas. No ano seguinte, o Sindicato promoveu o Dia Internacional da Mulher e homenageou as associadas com mais de 25 anos de sindicalização. Foi realizada a Jornada de Saúde do Trabalhador, tendo como alvo contribuir com a qualificação da ação dos cipeiros, realizou-se um debate sobre a Reforma da Previdência, e, com o apoio da Academia Caxiense de Letras (ACL), realizado o segundo Concurso Literário Bruno Segalla, com o tema “O Trabalho”, dividido nas categorias Prosa e Verso.

93

Em março de 2004, como parte das atividades do Dia Internacional da Mulher, o Sindicato desenvolveu uma gincana de integração entre as mulheres metalúrgicas ou esposas de associados. No mês seguinte, uma das atividades desenvolvidas foi um novo encontro de formação para os cipeiros. Essa atividade com os operários decorre do grande número de acidentes de trabalho no setor. Com esse trabalho de formação, busca-se estimular a ação preventiva dos integrantes da CIPA, a fim de promover a saúde dos trabalhadores.

Essa diversificação de atividades desenvolvidas pelo Sindicato demonstram o compromisso da entidade com os mais variados temas e demandas da classe. Assim, nos dias 28, 29 e 30 de maio, foi realizado o 3º Congresso dos Metalúrgicos de Caxias e Região, que contou com a presença de cerca de 200 delegados. Nela, predominou o debate em torno da necessidade de uma política econômica que promova o crescimento econômico do Brasil com emprego e

valorização do trabalho. Outros temas debatidos no Congresso foram: saúde do trabalhador; reforma sindical, organização sindical e organização nos locais de trabalho; plano de lutas; questão de gênero – mulher trabalhadora; desenvolvimento com valorização do trabalho. Na ocasião, também foi aprovado o plano de lutas do Sindicato.

Na abertura deste Congresso, as presenças de Walter Sorrentino, secretário de Organização do Comitê Central do PCdoB; João Felício, secretário nacional da CUT; Milton Viário, presidente da Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul; Quintino Severo, presidente da CUT/RS; Guiomar Vidor, presidente da Federação dos Comerciantes do Rio Grande do Sul; Marino Vani, representante da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT; Marcelino Pies, da direção estadual do PT; Eremi Fragoso, diretora de Formação do STIMMME; e Assis Melo, presidente do Sindicato.

Em novembro, os sindicalistas de Caxias do Sul reuniram-se com o superintendente estadual do INSS para reivindicar melhorias no atendimento. As principais demandas dos trabalhadores referem-se aos encaminhamentos periciais e restrições à aceitação das Comunicações de Acidente de Trabalho (CATs) emitidas pelos sindicatos, assim como as aposentadorias especiais. Dessa reunião participaram representantes de diversas categorias, como os químicos, comerciais, da saúde, da alimentação, rodoviários, da construção e do mobiliário.

94

Nesse ano, uma das principais vitórias dos metalúrgicos foram as conquistas obtidas no dissídio. Em entrevista ao informativo do Sindicato, *O Metalúrgico*, de 2 de dezembro de 2004, Assis Melo destacou o fato da categoria ter obtido um dos maiores dissídios do Estado, tendo conquistado aumento real do salário. Mas, destacou os limites da política de valorização do salário do Governo Lula. Somente a partir do período de 2004-2005, o Governo Federal adotou medidas para a recuperação do salário mínimo, aumentando as suas transferências para as famílias pobres, com a criação da Bolsa Família e a expansão da concessão de crédito, “linhas mestras de política econômica” dos anos seguintes do governo (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Com a economia retornando a crescer, amplia-se o emprego, mas continuam a acontecer acidentes de trabalho e perseguições a membros de Comissões Internas Prevenção de Acidente (CIPAs). Assim, o Sindicato, além de continuar a qualificar a intervenção dos cipeiros, mantém à disposição dos operários o Departamento Jurídico para promover ações indenizatórias,

“Pois é dever da empresa prevenir acidentes e garantir um ambiente de trabalho seguro já que, o lapso de atenção do trabalhador é previsível quando executa atos repetitivos nas operações das máquinas, sendo fruto da falha

humana o que não pode ser cogitado como acidente. Portanto, as máquinas devem ser dotadas de dispositivos de segurança eficazes, bem como o trabalhador deve ter o devido treinamento para operar as máquinas.” (O Metalúrgico, 8.3.2005)

Ao mesmo tempo em que algumas indústrias não utilizam máquinas com dispositivos de segurança mais adequados, em alguns casos realiza perseguição a membros da CIPA devido ao desempenho de sua atividade, de acordo com o que estabelece a lei a respeito das responsabilidades dos cipeiros. Um exemplo disso foi o que ocorreu com um integrante da CIPA da Invensys, que foi demitido. Porém, diante da mobilização e ação jurídica, houve sua reintegração na fábrica, e, na sequência, foi reeleito membro titular da CIPA para a gestão 2005/2006 – lembrando que a reintegração teve como base a legislação, que proíbe a dispensa do trabalhador eleito para o cargo de direção da CIPA, a partir do registro de sua candidatura até um ano depois do fim do mandato. Ainda nesse ano, mais um integrante de uma CIPA foi demitido, desta vez na Agritec/Lavrale, mas também houve a reintegração à empresa.

Nas eleições sindicais de 2005 foi eleita a nova diretoria, tendo Assis Melo como candidato à presidência. Essa chapa foi eleita com 93,72% de aprovação dos votos válidos. Na oportunidade, o presidente eleito destacou “que a votação fortalece a unidade dos trabalhadores para a próxima batalha da categoria que é a campanha salarial” (*O Metalúrgico*, 15.4.2005).

95

Essa votação reflete em boa medida o reconhecimento da categoria à atuação da direção, que realiza ações de mobilização em defesa de direitos, de qualificação da intervenção das CIPAS, de conscientização política, atividades culturais e de esporte e lazer, ao mesmo tempo em que valoriza aqueles que ajudaram a construir a trajetória vitoriosa do sindicato.

O exemplo disso foi a entrega dos diplomas aos sindicalizados com 25 e 50 anos na condição de sócios. Na solenidade, foram homenageados metalúrgicos que se associaram na década de 1930; entre eles, Reinaldo Rauber, associado no dia 3 de abril de 1933, Júlio Pedro Furlan, em 6 de maio de 1933, Wilibaldo Schwantes, em 12 de abril de 1934, e Casemiro João Pedron, associado em 7 de junho de 1935.

O ano de 2006, logo em seu início, é marcado pela inauguração da subsede do Sindicato em Garibaldi. A nova estrutura visa qualificar o atendimento aos metalúrgicos e seus familiares na cidade, bem como fortalecer a organização da categoria, já que a base tem um expressivo número de trabalhadores neste município. Com esse objetivo, assume essa responsabilidade um membro da direção da entidade, a fim de organizar esse novo espaço, que conta com atendimento

odontológico, médico e jurídico.

Em abril, os metalúrgicos iniciam a discussão da pauta de reivindicações do dissídio. O presidente Assis Melo destaca que, para se ter êxito no dissídio, é fundamental a mobilização dos metalúrgicos, conforme descreve: *“Queremos um aumento que valorize melhor o trabalhador e que possa contribuir para melhorar sua qualidade de vida, com mais educação, mais saúde, mais estrutura e lazer. A economia da região também ganha com isso, afinal, são mais de 30 mil trabalhadores que compõem a base do sindicato”* (O Metalúrgico, 4.2006).

No dia 26, a Comissão de Negociações entregou a pauta de reivindicações ao sindicato patronal, que ofereceu apenas 2,8% de reajuste, o que gerou a convocação dos operários metalúrgicos para mobilização em assembleia. Após algumas mobilizações, foi aprovada em assembleia a proposta de índice de 5,7%, encerrando assim uma das mais intensas campanhas de dissídio realizadas nos últimos anos, com amplo apoio da categoria e forte trabalho de mobilização do Sindicato. Foram realizadas mais de 20 assembleias em portas de fábrica, com paralisações e discussões acerca de pautas específicas.

Conforme Assis,

96 *“ [...] foi uma grande batalha do Sindicato e dos trabalhadores. Não foi o acordo que queríamos, mas foi o possível. E só conseguimos este índice porque a categoria se mobilizou. A decisão política dos patrões era de não ceder mais nada e levar o acordo para a Justiça. Caso isso ocorresse, provavelmente, nos dariam apenas a inflação, que foi de 2,7%.”* (O Metalúrgico, 1º.8.2006).

Portanto, reflete a concepção classista da entidade, que entende ser papel do Sindicato mobilizar os operários para garantir direitos e contribuir para a transformação social por meio da luta econômica, política e de ideias. Em uma perspectiva classista, o sindicato é uma “escola do socialismo”, assim ele tem o papel de ajudar a superação da concorrência entre os trabalhadores potencializando seu reconhecimento enquanto classe social, o que cria a possibilidade de sua transformação em classe consciente de seus interesses de acordo com um projeto estratégico de construção de uma sociedade socialista, onde será abolida a exploração. Nesta concepção classista, o trabalho assistencial do sindicato, enquanto atendimento das necessidades dos trabalhadores, é necessária para atender necessidades e serve para aproximar os operários da entidade, permitindo um trabalho político com os mesmos.

Ainda: a solidariedade de classe é um aspecto importante, pois é através da união consciente que se pode efetuar a luta de classes. Assim, defender dirigentes e ativistas do movimento operário de punições e perseguições constitui

requisito fundamental. Nesse sentido, em junho, a entidade sindical obteve a reintegração do dirigente sindical Absalão de Oliveira, demitido irregularmente pela empresa Susin Francescutti, assim como ocorreu com Elisabete Aparecida da Silva, da Max Metalúrgica.

Em novembro, durante os dias 27 e 30, pela primeira vez houve uma paralisação na Susin. Essa greve deu-se após diversas tentativas de negociação. Entre as reivindicações, destacavam-se a implantação do PPR, a retirada de câmeras de vídeo e a concessão de lanche para o terceiro turno.

No ano seguinte, em 2007, os operários da Mundial, antiga Eberle, mobilizaram-se para buscar melhorias relacionadas ao plano de saúde, transporte, PPR, creche e condições de trabalho. Após negociações, com uma comissão formada pelos operários Eremi Melo, Enedir Torres e Renato Oliveira, foi conquistado, para os operários do terceiro turno da empresa, 15 minutos diários para o lanche.

Em fevereiro, um grave acidente na Metalcorte gerou mobilização do Sindicato, em ação conjunta com o Ministério do Trabalho e o Ministério Público. Em solidariedade ao colega e com o objetivo de reivindicar mais segurança no local de trabalho, os operários paralisaram as atividades. Em assembleia, foram estabelecidos procedimentos que a empresa deve adotar para assegurar a saúde do trabalhador.

No mês de abril, o Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul liderou a maior manifestação no país, com o objetivo de pressionar os deputados a manter o veto do presidente Lula à Emenda 3. As mobilizações foram realizadas em diferentes pontos, com bloqueio de acessos, a exemplo da BR 116, próximo ao Monumento ao Imigrante, e na RS 122, em frente à Fras-le, de onde cerca de 2 mil trabalhadores seguiram pela rodovia até o centro da cidade. A greve tinha como objetivo impedir que o Congresso derrubasse o veto presidencial à Emenda 3, facilitando a precarização das relações de trabalho. Visava pressionar o Congresso a fim de manter o poder dos fiscais do Ministério do Trabalho multar



Foto: Acervo Pessoal

Passeata contra a Emenda 3

em caso de constatação de alguma empresa tentar burlar a situação de vínculos trabalhistas na contratação de prestação de serviço.

Neste ano, após meses de mobilização e muita negociação, foi conquistado um reajuste de 6,5% para a categoria. Esse foi o melhor índice obtido no Rio Grande do Sul para o setor. Entre outros fatores, contribuiu para isso a grande participação operária na campanha salarial.

Em novembro, o Sindicato lançou a nova logomarca, identificando a força e a união enquanto norte da entidade. A engrenagem, presente no antigo símbolo, foi mantida, e o espírito de solidariedade de classe e motivação em busca de melhores condições foram elementos igualmente considerados na estruturação do novo símbolo.

No dia 1º de dezembro, em uma representativa assembleia, os metalúrgicos debateram o papel das centrais sindicais. Como resultado da assembleia, houve a desfiliação do Sindicato da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e sua filiação à CTB (Central dos Trabalhadores e Traba-

lhadoras do Brasil). Também foi aprovada a instituição do Fundo de Mobilização da Categoria, para assegurar recursos para os momentos de mobilização.

No ano seguinte, em 2008, mais precisamente no mês de janeiro, a Metalbus, empresa fabricante de carrocerias de ônibus, em crise financeira, havia suspenso o pagamento dos salários, das férias e da parcela do décimo terceiro, o que levou o Sindicato a exigir os direitos dos trabalhadores. A mobilização, que culminou com um acampamento em frente à fábrica, obteve a liberação da Carteira de Trabalho daqueles que desejassem buscar novos empregos, além de a empresa ter assinado o Termo de Ajustamento de Conduta, expedido pelo Ministério Público do Trabalho, com o qual se comprometeu a efetuar o pagamento dos funcionários.

Em 2008, o Sindicato completou 75 anos de reconhecimento oficial. As responsabilidades e desafios frente à valorização do trabalho continuam norteando as atividades da entidade. O ano foi de eleições para a direção da entidade, o que aumentou a importância do período para a reafirmação do compromisso de classe da direção e o fortalecimento da entidade na categoria.

Nos dias 2, 3 e 4 de abril, aconteceu a votação para a eleição da nova



direção. A chapa “Classista para novas conquistas” foi eleita. A nova diretoria tomou posse no dia 5 de dezembro e ficou à frente do Sindicato até o ano de 2011. O compromisso da nova direção foi de aprofundar a luta do Sindicato por novas conquistas para a categoria e defesa dos direitos assegurados.

Exemplo dessa luta para preservar direitos garantidos foi o que ocorreu em 28 de janeiro de 2008, na indústria Fras-le, empresa do segmento automotivo, quando a mesma resolveu afrontar a liberdade de organização sindical garantida pela Constituição ao demitir o dirigente do Sindicato Jorge Rodrigues. Diante disso, o Sindicato realizou uma manifestação dentro da fábrica, que contou com ampla adesão e apoio dos metalúrgicos. Ao mesmo tempo, a entidade ingressou com medida judicial contestando a atitude da empresa, pois o dirigente possuía estabilidade sindical. Em audiência na Justiça do Trabalho, em 28 de janeiro, a empresa negou a reintegração do sindicalista. Diante do resultado, e demonstrando conscientização, os trabalhadores paralisaram a produção na fábrica durante um dia inteiro em sinal de solidariedade ao seu líder sindical. Em 31 de janeiro, a Justiça do Trabalho de Caxias do Sul determinou a reintegração, o que levou a empresa a ingressar com um mandado de segurança no mesmo dia. Entretanto, o Tribunal Regional do Trabalho confirmou a reintegração e, com isso, Rodrigues voltou a trabalhar normalmente. Em 28 de março, houve um novo julgamento para o caso e a Justiça do Trabalho voltou a negar o recurso feito pela Fras-le.

99

Outro caso de demissão irregular de dirigente sindical ocorreu no dia 24 de junho, com o metalúrgico Gilmar Natalino dos Santos, integrante da CIPA da empresa San Marino. O Sindicato entrou com processo judicial contra a empresa para que o trabalhador fosse recolocado no quadro funcional, e conforme decisão do juiz da 4ª Vara do Trabalho, a empresa foi obrigada a fazer a reintegração do trabalhador.

Também no que se refere aos ataques aos direitos dos trabalhadores, em junho, a San Marino Ônibus e Implementos foi condenada por danos morais, em ação judicial movida pelo departamento jurídico do Sindicato, pelo cumprimento dos direitos do dirigente sindical Luiz Carlos de Oliveira, o “Luizão”. Além da medida, a 1ª Vara do Trabalho também determinou que a empresa anulasse a pena de suspensão aplicada irregularmente ao trabalhador.

Também em junho, a MDO, empresa fabricante de ônibus e implementos, encerrou suas atividades em Caxias do Sul, demitindo 40 funcionários. Os trabalhadores encontraram os portões da fábrica fechados ao retornarem às atividades normais no dia 27 de maio, além de um bilhete determinando que procurassem a administração a fim de encaminhar suas rescisões. Diante da atitude da empresa, o Sindicato entrou com ação individual representativa na Jus-

tiça do Trabalho contra a empresa, para garantir os direitos dos trabalhadores.

Nos dias 6 e 7 de junho, peritos reuniram-se em Porto Alegre para o acompanhamento dos laudos referentes às perícias realizadas em janeiro no parque fabril da empresa Suspensys, a fim de identificar os setores insalubres e que poderiam oferecer risco à saúde dos trabalhadores. Além da Suspensys, laudos também foram realizados na Randon Implementos e, posteriormente, nas demais empresas do grupo Randon. Após a conclusão dos trabalhos, a diretoria do Sindicato se reuniu com os representantes da empresa para assegurar o pagamento da insalubridade nos setores periciados em que houve a comprovação de sua necessidade.

Em maio, o Sindicato apresentou a campanha Meu Trabalho Vale Mais, com as reivindicações do acordo da Campanha Salarial de 2008. As principais reivindicações da categoria, além do reajuste de 12%, são o auxílio creche até seis anos, piso de R\$ 1.000,00 para combater a rotatividade, horas extras de 100% a partir da primeira hora (limite de 22 horas por mês), redução da jornada de trabalho sem redução dos salários (de 44 para 40 horas semanais), desconto de 5% para transporte, cobrado sobre o piso da categoria; delegado sindical nas empresas e estabilidade para trabalhador acidentado, até a aposentadoria.

100 Após a apresentação da campanha, o Sindicato iniciou o período de negociações para o dissídio. Em assembleia realizada no dia 19 de julho, os metalúrgicos garantiram novamente um dos melhores dissídios do Estado, com reajuste de 9,4%. O auxílio creche passou para 30 meses. Conforme descreve Assis Melo, foi um ótimo acordo, já que, além do reajuste, o tempo de auxílio creche quase triplicou ao longo das negociações. De acordo com o dirigente, a campanha durou quase dois meses e, mais uma vez, a mobilização da categoria foi fundamental, no sentido de garantir um índice que refletisse o crescimento da indústria.

Em novembro, as mobilizações dos trabalhadores metalúrgicos do grupo Randon, formado pelas empresas Randon Implementos, Suspensys, Master, Jost, Randon Veículos, Castertech Fundação e Fras-le, deram-se em torno da jornada de trabalho. Na oportunidade, houve paralisação de três dias no terceiro turno na Fras-le, em razão da extensa carga horária de trabalho aos finais de semana. Dessas negociações, resultou que os trabalhadores do diurno deixaram de trabalhar um sábado por mês para completar a jornada mensal, e o terceiro turno sofreu redução na carga horária.

Essas lutas demonstram que o sindicato é um “centro de resistência” contra as diferentes formas usadas pelos capitalistas para viabilizar a exploração e a acumulação de capital a partir da fragilização da consciência de classe e organização dos trabalhadores. Assim, a importância dessas lutas realizadas

contribuem para enriquecer as experiências e fortalecer a unidade, a fim de superar a competição entre os próprios trabalhadores.

A unidade dos trabalhadores significa superar a concorrência de todos contra todos, que caracteriza a sociedade capitalista. Por isso, o sindicato realiza um esforço para acabar com a e desenvolver a solidariedade diante da luta de classes. Como alerta Marx, na Resolução do Congresso da I Internacional (1866), “A única força social do lado do proletariado é a sua massa. [...] Os sindicatos nascem precisamente do impulso espontâneo dos operários, tendendo a eliminar, ou pelo menos reduzir esta concorrência [...]” (MARX *apud* LOSOVSKY, 1989, p. 6). O desafio dos dirigentes sindicais é transformar a entidade em “[...] centros organizadores, focos de agrupamentos das forças proletárias, organizações destinadas a dar-lhes sua educação de classe” (LOSOVSKY, 1989, p. 5).

Dessa maneira, além de buscar suplantando a disputa entre os trabalhadores, estimulada pelo mercado de trabalho e no processo produtivo, o sindicato tem a atribuição de possibilitar o desenvolvimento de um aprendizado, conferindo sentido político às lutas. Com isso, a importância das conquistas econômicas adquire também um sentido de fortalecer a confiança na capacidade da união e da luta dos trabalhadores. O mérito da luta sindical, nessa perspectiva, deve-se ao fato de ministrar uma “lição moral” aos trabalhadores, na medida em que se propõe a “[...] ensiná-los a agir coletivamente, de forma organizada, consciente de seu poder enquanto classe que produz a riqueza social” (ALVES, 2003, p. 232).

101

Portanto, as lutas sindicais devem servir à classe operária adquirir consciência, articulando as luta econômica com a política e ideológica, pois, se isto não for realizado, “A vida demonstrou que os que não ligam a luta de reivindicações parciais com o objetivo final, e vice-versa, desviam, quer queiram quer não, a luta emancipatória da classe proletária, e fazem o jogo da burguesia” (LOSOVSKY, 1989, p. 155).

As lutas por aumento de salários, diminuição da jornada de trabalho e garantia de direitos devem ser encaradas pelos sindicatos como conquistas que favorecem a consciência de classe, mas a emancipação social da classe operária depende da emancipação política.

Considerando-se esses aspectos, analisou-se às atribuições do sindicato, as quais ressaltaram que seu papel principal é o de defender e lutar para ampliar os direitos dos trabalhadores, garantir conquistas econômicas, que ocorrem, principalmente, nos dissídios, e buscar melhoria nas condições de trabalho, sendo, para tanto, necessária a organização do operariado.

Compreendendo essa necessidade de articulação entre a luta diária e específica da categoria com a luta política mais geral, da qual depende a garantia

e a conquista de direitos, em uma perspectiva de classe, os muitos operários metalúrgicos apoiaram a candidatura de Assis Flávio da Silva Melo. O presidente da entidade disputou e foi eleito vereador pela legenda do PCdoB e obteve uma votação consagrada. Nesta disputa, ele obteve 8.399 votos, sendo a maior votação para vereador da história do município. Contudo, a vitória dos trabalhadores foi ainda maior com a eleição do também dirigente da entidade, Renato José Ferreira de Oliveira.

No ano de 2009, o principal desafio enfrentado pela direção do Sindicato foram os impactos da crise junto aos trabalhadores. Com a economia mundial em crise, isso teve reflexos na economia brasileira e, portanto, o ritmo de produção nas indústrias da cidade foi afetado e, conseqüentemente, os empregos dos trabalhadores ameaçados. Para enfrentar isso, foram organizadas manifestações e paralisações, a fim de defender o emprego e o salário. Um desses movimentos ocorreu no dia 30 de janeiro de 2009, com bloqueio das rodovias RS 122 e BR 116, paralisando o deslocamento, especialmente dos trabalhadores.

Diante desta realidade de crise, as empresas começaram a realizar acordos com os trabalhadores. As primeiras empresas a proporem um acordo são a Marcopolo e a Randon; na primeira, foi aprovado pelos trabalhadores a redução da jornada, sem redução de salários e com compensação de horas; na segunda empresa houve a redução de jornada com diminuição de salário, mas sem demissão de trabalhadores, o que gerou críticas do Sindicato à direção da empresa. Segundo o presidente Assis Melo, a Randon não quis buscar outro caminho para enfrentar as incertezas que a crise provocava naquele momento e optou pela diminuição salarial. Apesar da promessa de que os empregos seriam mantidos, a empresa não cumpriu com esse compromisso assumido com os trabalhadores.

Já no mês de fevereiro, os trabalhadores da Metalúrgica Irwin paralisaram as atividades devido à demissão de 10% dos trabalhadores. Além disso, a empresa impôs a flexibilização da jornada sem consultar os trabalhadores, bem como os obrigou a trabalhar aos sábados. Entretanto, diante da resistência dos trabalhadores, a direção da empresa acabou recuando com a flexibilização do horário.

Em maio, os trabalhadores das empresas Suspensys e Randon Veículos, empresas do grupo Randon, em votação, disseram “não” à prorrogação da flexibilização da jornada de trabalho para os meses de maio, junho e julho. Conforme a Convenção Coletiva de Trabalho, o índice mínimo exigido para esse tipo de alteração é de 62% dos votos válidos e, nas duas empresas, a votação ficou em 54% e 59% dos votos respectivamente. Esse resultado da votação foi interpretado pela direção do Sindicato como uma maior conscientização dos trabalhadores sobre as perdas salariais.

Além dos trabalhadores da Suspensys e Randon Veículos, na empresa Guerra e na Luna Guindastes os resultados das votações também foram contrários à proposta de flexibilização. Nesse sentido, cabe lembrar que, até o mês de junho, 84 empresas vinculadas ao setor metalúrgico de Caxias do Sul e região tinham efetuado acordos de flexibilização, muitos dos quais, apesar de prever a redução da jornada de trabalho e do salário, não impediram as demissões.

Diante desta realidade, a campanha salarial de 2009 teve como eixos a defesa do emprego, uma política econômica que promovesse o desenvolvimento e melhorasse a renda. Para o Sindicato, a valorização do trabalho pelo emprego e renda, é fator impulsionador da economia local. Após amplo processo de mobilização e negociação, a assembleia geral, realizada no dia 22 de agosto, contou com grande presença de trabalhadores e aprovou um reajuste de 6%. Além do ganho real nos salários e do melhor acordo da categoria no Estado em 2009, foram garantidos avanços no Auxílio Creche, aumento dos pisos e regulamentação do uso de câmeras de vídeo nas empresas. Mesmo diante dessas conquistas, o Sindicato continuou a desenvolver atividades com vistas à luta mais geral pelas 40 horas semanais, pelo fim do fator previdenciário, pela aprovação das convenções 151 e 158 da OIT, e, especialmente, na defesa de uma política econômica que promova o emprego e a renda.

Nesta época, os casos de demissão de dirigentes sindicais e trabalhadores com estabilidade foram recorrentes. Em julho, o Sindicato obteve sua primeira vitória internacional frente a este tipo de situação. A OIT acolheu a denúncia contra a Fras-le, feita pelo Sindicato, referente à demissão sem justa causa ocorrida ainda em janeiro de 2008, do dirigente sindical Jorge Rodrigues. O documento do Comitê de Liberdade Sindical pedia ao governo brasileiro que garantisse a reintegração de dirigente, bem como mantenha a agência informada a respeito da situação. O advogado Paulo Freitas foi o responsável por encaminhar a denúncia. Conforme ele explica, *“Esta punição em nível mundial para a Fras-le significa que a empresa deverá ter mais respeito à prática sindical que é garantida pela Constituição Federal e pelos preceitos defendidos pela OIT na Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho”*. Após a decisão, Jorge comemorou: *“Fico muito feliz com essa notícia. Não apenas pela recomendação com relação à minha reintegração, como também pelo fato da OIT pedir legislação mais específica para estes casos de prática antissindical.”*

Além das ações referentes a demissões, ações jurídicas contra assédio moral também foram realizadas. Em ação promovida pelo Departamento Jurídico, uma empresa foi condenada em primeira e segunda instâncias ao pagamento de R\$ 25 mil por danos morais. A indenização foi estabelecida pela prática de

assédio sexual por superior hierárquico. Conforme descreve a advogada do Sindicato, Maisa Arán, *“é importante a denúncia de referidas situações degradantes da relação de emprego ao Sindicato para que providências sejam encaminhadas, quer em relação à empregada, quer em relação à empresa envolvida na conduta, e para que possamos coibir a prática destes atos abomináveis”*.

Em outubro, no Grupo Randon, foram realizadas assembleias com o objetivo de redefinir o horário de trabalho nas vésperas dos feriados de final de ano. A direção havia proposto aos funcionários que eles trabalhassem dois sábados, sem receber hora extra, em troca de duas folgas em 24 e 31 de dezembro; os trabalhadores rejeitaram essa proposta. A resposta da empresa foi que teriam que cumprir o horário normal nas vésperas de Natal e Ano Novo. O Sindicato apoiou a decisão dos trabalhadores e lembrou que, durante o acordo de flexibilização, os trabalhadores concordaram com a proposta. Leandro Velho, vice-presidente do Sindicato, questionou a empresa: *“Quando houve a crise, os trabalhadores ajudaram. Agora que a situação está voltando ao normal, e tem serviço, a empresa quer que as pessoas trabalhem no sábado ou na véspera de feriados. E quem trabalha no turno da noite como fica? Cadê a responsabilidade social da empresa?”*

104 Por fim, em novembro, cerca de 2.500 trabalhadores da Marcopolo paralisaram as atividades por cerca de uma hora. A manifestação tinha como objetivo melhorar as condições de trabalho na empresa, já que muitos trabalhadores estavam sofrendo pressão no ambiente de trabalho. No mesmo mês, a Fras-le foi denunciada por obrigar os trabalhadores a lavar os banheiros da empresa. Em assembleia, o Sindicato colocou sua posição sobre esta medida aos trabalhadores e chamou o Ministério do Trabalho para tratar a questão, já que não existe legislação que obrigue o funcionário a lavar banheiros. A lei descreve que a empresa é que deve manter o banheiro em condições de uso para seus trabalhadores.

Além disso o ano de 2010 foi marcado por lutas e vitórias, especialmente em torno das reivindicações dos Programas de Participação de Lucros e/ou Resultados (PPL ou PPR) das empresas, resultando em conquistas importantes e históricas para a categoria, como por exemplo, o acordo de PPR com a Empresa Randon Implementos.

Neste caso deve-se lembrar que o PPR ou PLR é um direito previsto aos trabalhadores desde a Constituição de 1946, entretanto, somente a partir de 1994, através da Medida Provisória nº 794 e, posteriormente, com a promulgação da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, é que o direito foi assegurado legalmente aos trabalhadores.

O PPR ou PPL pode ser considerado como uma forma de remuneração

variável, na medida em que é vinculado ao desempenho da empresa e diretamente relacionada à produtividade e competitividade. Para os trabalhadores, essa forma de remuneração significa intensificação do ritmo de trabalho, a colocar à disposição a sua capacidade física e intelectual, estimular a concorrência entre os trabalhadores, fomentar o controle dos trabalhadores pelos seus colegas, estimular o presenteísmo.

Foto: Jornal 12 de Fevereiro



Repressão à mobilização dos trabalhadores

Em 2010, o PPR mobilizou trabalhadores de diversas empresas, como a Metalúrgica Tomé, a Randon Implementos e a Lupatech. Em 27 de janeiro, trabalhadores da Tomé fizeram paralisação parcial em virtude da demissão de alguns trabalhadores descontentes com uma proposta de aumento. Somente em 1º de fevereiro as atividades foram retomadas, após os trabalhadores conquistarem os direitos reivindicados.

Ainda no mês de fevereiro, ocorreu uma histórica paralisação: o movimento grevista de mobilização e informação à categoria de trabalhadores metalúrgicos sobre os direitos trabalhistas descumpridos pela empresa Randon Implementos. O que se iniciou como mais uma luta por reparação econômica referente ao PPR da empresa, tornou-se uma mobilização com ampla repercussão, pois a mesma deu-se mesmo respeitando o interdito proibitório, isto é, com uma distância de no mínimo de 100 metros das dependências da empresa. Houve uma grande presença de efetivos da Brigada Militar que, com o uso da força e intimidação, procurava impedir a realização da assembleia. A Brigada reprimiu os trabalhadores de forma violenta, com o uso de cassetetes, gás de pimenta, bombas e balas de borracha. Dirigentes sindicais ficaram feridos e foram detidos, como o caso do presidente da entidade. O caso gerou manifestações, em defesa dos metalúrgicos, de diversas entidades, como CTB e Comissão de Direitos

Humanos, Câmara de Vereadores de Caxias do Sul e Ministério do Trabalho. Após a persistência e a luta do sindicato por justiça, em 9 de junho o acordo de negociação com a Randon foi realizado e obteve conquistas.

O jornal dos Metalúrgicos passou a ser chamado de *12 de Fevereiro*, para simbolizar a importância histórica desta data para os trabalhadores. Nesse dia, os dirigentes sindicais e os trabalhadores da Randon Implementos efetuaram mais um dia de protesto pacífico em frente à fábrica, reivindicando distribuição justa do PPR da empresa. Após alguns dias de manifestações e tentativas de negociação com a empresa, no dia 12 de fevereiro a Brigada Militar fez uso de violência para coibir os protestos, deixando vários trabalhadores feridos e prendendo líderes sindicais. Entre os presos, estava Assis Melo, presidente do Sindicato.

Devido à forma violenta da ação da Brigada, este fato virou notícia nacional. As cenas de pancadaria e a repressão geraram muitos questionamentos sobre o papel da polícia militar. Nem mesmo a repressão abalou a convicção e a união dos trabalhadores, que mantiveram as mobilizações nos dias posteriores e garantiram que o PPR fosse dividido de maneira mais justa.

Em outubro de 2010 ocorreu uma nova paralisação relacionada ao pagamento do PPR, mas desta vez na Lupatech, empresa que, no ramo metalúrgico, é especializada no desenvolvimento e na produção de peças direcionadas, principalmente, para a indústria automotiva. No mês de novembro, o Sindicato esteve na empresa Tyco Dinaço para acompanhar a votação sobre a forma de distribuição do PPR. Estavam em votação duas propostas. Uma era distribuir o lucro de forma proporcional ao salário (quem recebe mais ganha mais e quem recebe menos ganha menos). A outra proposta era da distribuição linear, ou seja, distribuir o dinheiro destinado ao PPR em partes iguais entre todos os trabalhadores da empresa. Por ampla maioria, foi aprovado a distribuição do PPR de forma linear, isto é, da divisão de forma igualitária. Além disto, o Sindicato também garantiu que os trabalhadores demitidos ou que pediram demissão recebessem o valor referente ao PPR do período em que trabalharam.

Também houve a paralisação na metalúrgica Keko, devido à demissão ilegal de três trabalhadores; dois eram dirigentes sindicais e um deles integrante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). A mobilização só foi interrompida depois que a empresa cedeu e decidiu reintegrar os três funcionários.

Naquele ano, o Sindicato obteve uma expressiva vitória no processo judicial referente à greve realizada na Fras-le, ainda no ano de 2008, motivada pela demissão do dirigente sindical Jorge Rodrigues. A empresa perdeu o processo, em que alegava excessos na mobilização dos trabalhadores e pedia indenização devido à perda de produção. Contudo, a empresa foi condenada por litigância e má-fé.

Já no mês de abril, por meio de ação judicial realizada pelo Sindicato, se

obteve vitória contra a Invensys Appliance Controls Ltda., referente à suspensão do plano de saúde de um ex-empregado. A empresa o tinha excluído do benefício do plano de saúde logo após sua demissão, desrespeitando um acordo anterior que estabelecia que, mesmo após o afastamento da empresa, ele teria o direito de usufruir do convênio por mais algum período.

Ainda houve conquistas relacionadas a três ações referentes aos direitos dos trabalhadores. A primeira, de repercussão nacional, na qual o TST, atendendo demanda do Sindicato, proferiu decisão que proíbe o uso de câmeras de vídeo para monitorar os vestiários dos trabalhadores. Conforme o advogado Pedro Pita, a ação visa proibir o monitoramento também em refeitórios, locais de trabalho e de descanso de ou quaisquer outros que, por algum modo, causem constrangimento aos trabalhadores.

Outro fato foi a paralisação dos trabalhadores da Invensys para exigir melhores condições de trabalho. O Sindicato realizou assembleias entre os dias 29 e 30 de novembro na fábrica e entrou com uma ação contra a Invensys no Ministério Público do Trabalho, além de levar o caso à OIT. E, por fim, também referente às ações judiciais, em processo movido pelos advogados Assis Carvalho e Maisa Arán, a empresa Fras-Le foi condenada pelo TST-RS, por unanimidade, a pagar indenização a um funcionário que teria sido obrigado a mudar o contrato para atender a uma necessidade da empresa, sob pena de demissão caso se negasse.

107

Além dessas mobilizações, o ano de 2010 foi marcado por fatos como as chuvas que provocaram deslizamentos, principalmente em Angra dos Reis e em Niterói, no Morro do Bumba, que provocaram a morte de duas centenas de pessoas, assim como, no Haiti, um terremoto provocou a morte de 100 mil pessoas, entre elas a da brasileira Zilda Arns Neumann, da Pastoral da Criança.

Ainda como fruto da histórica desigualdade social que caracteriza a sociedade capitalista, enquanto um dos fatores fomentador da violência e crescimento do tráfico, após uma onda de ataques na cidade do Rio de Janeiro, as polícias Civil, Militar e Federal, com apoio das Forças Armadas, iniciaram um processo de ocupação de favelas a partir do Complexo do Alemão. Já nos esportes, a Copa do Mundo, foi realizada pela primeira vez no continente africano, na África do Sul.

Contudo, a vitória mais importante, do ponto de vista político e de seu significado, foi a eleição de Dilma Rousseff, a primeira mulher a se tornar presidente do Brasil. Foi neste ano que o Sindicato dos Metalúrgicos atingiu o maior reajuste do país. O mundo ainda sofria com o rescaldo da crise de 2009, o Brasil manteve a economia estável usufruindo de resultados dos dois governos de Lula, tanto que ainda as elites e a grande mídia não engoliam a célebre frase do presi-

dente metalúrgico sobre a crise, de que o Brasil passaria por uma “marolinha”.

Em especial, para o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, a eleição do presidente Assis Melo como deputado federal pelo PCdoB. Ele tornou-se o primeiro dirigente do Sindicato a conquistar tal cargo eletivo em toda a história da entidade. Coerente com seu compromisso, um dos projetos de lei apresentados por Assis Melo, na Câmara dos Deputados, é o que obriga as empresas a lavarem os uniformes dos funcionários.

No ano de 2011, o Sindicato desenvolveu atividades junto às empresas estimulando sua adesão à licença maternidade de 180 dias. Simultaneamente, ocorreram manifestações dos trabalhadores da Voges, da Duroline, da Mundial, da Agritech Lavrale, da Dambroz e Dacar, da Sauer Danfoss, da PHD Guindastes e da Tomé com objetivo de obter conquistas relativas ao PPR. Além disso, os trabalhadores da Luna ALG paralisaram atividades, conquistando melhores condições de trabalho. A entidade efetua a mobilização em torno da extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), participa da organização e promoção do seminário sobre saúde do trabalhador, da Conferência do Trabalho Decente de Caxias do Sul e do ato show do dia 1º de Maio, que reúne 25 mil trabalhadores caxienses.

108 O ano de 2012 é marcado pela apresentação de projeto de Lei sobre Trabalho Decente, pelo dirigente do Sindicato e deputado federal Assis Melo. Neste ano, as mobilizações dos trabalhadores paralisaram a Invensys, a Randon e a Suspensys, a Guerra S.A. e a Luna ALG, reivindicando melhorias no ambiente e nas relações de trabalho; trabalhadores da Eaton, Guerra e Voges reivindicaram melhorias no PPR.

Além destas questões, houve intensa mobilização para a campanha salarial e contra a desindustrialização do país, que culminou com ato público em Porto Alegre. Merece destaque, ainda, a inauguração da Primeira Vara do Trabalho, especializada em acidentes de trabalho, uma vez que, em Caxias do Sul, registra-se, no referido ano, 7.873 acidentes, destes 2.226 com trabalhadores metalúrgicos, e o número de doenças não reconhecidas como do trabalho pela Previdência é bastante elevado.

No ano de 2013, desenvolveu-se uma intensa agenda de atividades, lembrando e comemorando os 80 anos do Sindicato. Uma dessas atividades é o concerto da Orquestra Sinfônica da Universidade de Caxias do Sul e a banda Hardrockers, que reuniu 6 mil pessoas no Rock in Concert.

Além disso, naquele ano, o presidente licenciado e deputado federal Assis Melo apresentou projeto de lei que extingue o banco de horas. Por sua vez, a entidade promove ampla mobilização para a vinda da UFRGS, participa da 7ª Marcha das Centrais Sindicais e Movimentos Sociais, em Brasília, que reúne

50 mil trabalhadores com as seguintes propostas: redução da jornada de trabalho sem redução de salários, fim do fator previdenciário e igualdade de oportunidades para homens e mulheres. Os diretores da entidade mobilizaram os trabalhadores para a luta contra o Projeto de Lei nº 4.330, que permite a terceirização. Também houve paralisação das atividades na Neobus, reivindicando PPR, na Bepo, a fim de obter a licença maternidade de 180 dias, e na Intral, em razão do assédio moral.

Por fim, o Sindicato esteve presente nas manifestações de junho com as seguintes bandeiras de luta: 10% do PIB para a educação, transporte público de qualidade e preço justo, pelo fim do fator previdenciário, pela democratização das mídias e fim dos monopólios, “40 horas já”, além da extensão da UFRGS para a Serra.

No ano de 2014, o Sindicato mais uma vez esteve na linha de frente na luta por melhores condições de trabalho a fim de garantir medidas emergenciais diante das altas temperaturas. Participou ativamente nas greves da Intral, devido ao sofrimento dos trabalhadores em razão do calor e por assédio moral, e nas mobilizações na Tutto e na Voges. Participou da luta pela conquista do piso regional. Ampliou o patrimônio do Sindicato com aquisição de um terreno de 1.596m², e realizou melhorias na estrutura da sede campestre, localizada no travessão Cavour, onde oferece piscinas, churrasqueiras, lancheria, praça de esportes, área para camping, cabanas e estacionamento em seus 11 hectares.

109

Em outubro de 2016, conforme o jornal do Sindicato, o foco da mobilização passou a ser evitar a aprovação da PEC 241, medida proposta por Michel Temer para restringir os gastos públicos incidindo sobre o orçamento e sobre as políticas sociais. Ressalta-se que em 2016 houve a deposição da presidenta eleita Dilma Roussef. Nesse sentido, é oportuno lembrar que, após a conclusão do golpe, via parlamento e judiciário com apoio da grande mídia, teve início

Foto: Gilmar Felix/Câmara dos Deputados



Assis Melo toma posse como deputado federal

uma ofensiva aos ataques aos direitos do povo e dos trabalhadores brasileiros. Uma dessas ofensivas foi o projeto de Emenda Constitucional 241, aprovado por maioria no Congresso, que alterou as regras do orçamento do país. Na prática, impõe uma espécie de congelamento dos investimentos em saúde, educação e assistência social por vinte anos. Diante disso, o Sindicato dos Metalúrgicos atuou na mobilização contra a aprovação da PEC 241, cujo ápice foi o Dia Nacional de Lutas, em 11 de novembro de 2016.

No dia 2 de janeiro de 2017, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos assumiu a vaga de deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil, em Brasília. Foi a segunda legislatura do líder sindical, que já havia cumprido mandato como deputado federal de 2011 a 2014. Ao tomar posse, Assis concedeu o seguinte depoimento: *“Estou muito honrado em assumir este mandato, que me foi confiado pelos trabalhadores. Assumo aqui um compromisso de tornar a nossa luta sindical mais forte e de trabalhar, muito, com toda a minha disposição, para defender nossos direitos que estão sendo retirados pelo governo.”*

110 Assis também atuou no trabalho pelo desenvolvimento de Caxias do Sul e do país. Iniciou com a formação de uma Frente Parlamentar que discutiu a industrialização, em busca de um caminho sustentável para o desenvolvimento econômico com empregos, direitos e valorização do trabalhador. Com Assis em Brasília, na época, o então vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Clau-decir Monsani, assumiu interinamente a presidência.



Foto: Jornal 12 de Fevereiro

Manifestação contra a Reforma da Previdência

Em março ocorre a aprovação da chamada Lei das Terceirizações, pois libera o trabalho terceirizado em todas atividades das empresas e em diversas atividades do Estado, dessa forma precarizando as relações de trabalho e incidindo sobre os salários.

Outro marco do ano de 2017 foi a mobilização contra a reforma trabalhista proposta pelo Governo Temer. Na sequência a este debate, foi incorporada a luta contra a reforma da Previdência.

No dia 15 de março, mais de 10 mil se reuniram no centro da cidade para protestar contra o desmonte da Previdência Pública e em repúdio aos projetos que retiravam direitos dos trabalhadores. Esta mobilização iniciou pela manhã, com assembleias nas empresas Fras-le, Brinox, Guerra, Mundial e Marcopolo/Planalto. Nesta última, os trabalhadores paralisaram e fizeram uma caminhada até a Praça Dante Alighieri.

Fotos: Jornal 12 de Fevereiro



Assembleia na “porta” da fábrica



Assembleia na “porta” da fábrica

Ao mesmo tempo em que desenvolvia ações contra as chamadas reformas, que significavam perdas de direitos, o Sindicato dos Metalúrgicos continuava sua atuação nas lutas específicas como foi o caso da assembleia na porta da fábrica da Tomé, na manhã do dia 9, para garantir o pagamento dos salários de maio dos cerca de 180 funcionários da empresa. A paralisação foi mantida até que o depósito fosse feito.

Outro exemplo de luta específica nesse período, foi o que ocorreu na metalúrgica Engatcar. Após um período de negociação, o Sindicato, em conjunto com os trabalhadores da empresa, obteve a reintegração dos 40 trabalhadores que ha-

viam sido demitidos, sem desconto pelas horas paradas.

Outra assembleia ocorreu na empresa G. Paniz, que não estava cumprindo o que havia acordado com os trabalhadores em relação ao PPR, além de haver denúncias da existência de assédio moral.

Portanto, o desafio consistia em manter as mobilizações com reivindicações mais específicas e, ao mesmo tempo, fomentar a resistência contra as medidas adotadas pelo governo golpista de Michel Temer. Era necessário conscientizar e mobilizar os trabalhadores contra os retrocessos nos direitos. Um fato marcante, nesse sentido, foi a greve geral de 28 de abril, na medida em que demonstrava a resistência dos trabalhadores à ofensiva contra seus direitos.



Fotos: Jornal 12 de Fevereiro

Greve de 28 de abril



Assembleias:

na Neobus, no dia 28 de junho, e na Marcopolo Planalto, em 29 de julho de 2017

Essa conjuntura gerou uma polarização política e social. De um lado, os movimentos sociais, partidos progressistas, partidos de centro-esquerda e de esquerda buscando a conscientização da população e enfrentando o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas; de outro, a classe dominante, a grande mídia, os partidos de direita e centro-direita, o Governo Temer aplicando medidas que configuraram o maior retrocesso nos direitos trabalhistas e sindicais das últimas décadas.

Um novo movimento liderado pelas entidades caxienses contra as reformas de Temer, ocorreu na Praça Dante Alighieri. Esta manifestação foi precedida de uma série de assembleias nas portas das fábricas, com o

objetivo de esclarecer os trabalhadores sobre os retrocessos da reforma trabalhista. 113

No dia 30 de julho de 2017, nem mesmo a chuva foi suficiente para desanimar os trabalhadores, que foram à rua lutar pela manutenção de seus direitos.

O ano de 2018 ficou marcado pela eleição de Jair Bolsonaro para presidente. Sua eleição se deu baseada em um discurso de ódio, que galvanizou o protesto de parcela significativa da população brasileira. Para isso, contou com apoio financeiro da classe dominante brasileira, submissa ao grande capital internacional e à grande mídia. Assim, não surpreende que sua política econômica, claramente de recorte neoliberal, deu prosseguimento à retirada de direitos e ataques à



Manifestação do dia 30 julho 2017



“Abraço à Justiça do Trabalho”

democracia institucional. Quanto aos direitos dos trabalhadores, refletindo como pensa, afirmou: “É melhor ter menos direito e emprego do que todos os direitos e desemprego.” Fica evidente sua visão que a questão não é a necessidade de uma política de desenvolvimento econômico com geração de emprego e valorização do trabalho em todos os sentidos, mas que a questão é que para ter emprego tem que aprofundar a precarização do trabalho.

Além disso, extinguiu o Ministério do Trabalho, e ameaçou extinguir a Justiça do Trabalho. Diante disso, foi promovido um ato reunindo trabalhadores, advogados e juizes para o “Abraço à Justiça do Trabalho” (foto na página anterior).



Foto: Jornal 12 de Fevereiro

Mobilização para garantir o PPR na Soprano

Ainda em 2019, Assis Melo foi reconduzido à presidência do Sindicato devido a renúncia do então presidente, Claudedir Monsani. Assis foi eleito em nome da unidade da categoria, em defesa de um sindicato de luta e classista.

Em março de 2019, na Soprano, houve uma mobilização para garantir o direito ao PPR para as mulheres em licença-maternidade, assim como para todos os trabalhadores que, por razões de saúde, tenham que se ausentar do trabalho.

Em maio de 2019 houve a mobilização dos trabalhadores da Fundifar, para que fosse cancelada a demissão de 21 trabalhadores, numa evidente ação de solidariedade.

A primeira greve operária de metalúrgicos ocorreu em 1920; contudo, ao se realizar este sintético registro das lutas, constatam-se muitas transformações nas relações, nas organizações do trabalho e na tecnologia aconteceram, assim como muitos direitos foram conquistados a partir da organização e luta dos trabalhadores conforme se relatou na presente obra.



Assembleia na Fundifar



Assembleia na Madal Palfinger



Assembleia na Randon



Assembleia na Neobus



Assembleia na Light Enginer



Assembleia na Mundial



Assembleia na Marcopolo

Entrevista

Trechos da entrevista que o presidente do Sindicato, Assis Melo, concedeu ao jornal da entidade, em 2022.

Nos últimos anos os trabalhadores têm sofrido ataques aos seus direitos. Por quê?

Assis: A crise tem origem no sistema capitalista.[...] Infelizmente os donos dos capitais, os grandes, poderosos, querem resolver isso jogando a crise sobre os ombros dos trabalhadores, retirando direitos e arrochando salários [...] Além disso, quem manda no capitalismo de hoje são os chamados neoliberais. O que significa: retirar o Estado (governos)

da obrigação de suprir o povo daquelas garantias básicas, como saúde, educação e segurança, entre outros [...]



Foto: Julio Soares/Objetiva

116

O Sindicato ainda é importante? É necessário?

Assis: Os sindicatos surgiram há muito tempo, desde o início do século XX, por causa da necessidade dos trabalhadores se organizarem. Os trabalhadores se reuniram, enfrentaram repressão, e tiveram que decidir o seguinte: vamos nos unir, vamos criar uma organização, pra que nós possamos lutar e defender nossos direitos. Hoje com a reforma trabalhista, as pessoas dizem que o sindicato acabou. Não, o sindicato não acabou. O sindicato talvez tenha que renascer. Voltar para a origem [...] O sindicato não vai deixar de existir [...] Porque o sindicato é uma ideia. Para aqueles que acham que o sindicato acaba, não, o sindicato não vai acabar. Por quê? Porque não acabou o sistema que originou os sindicatos. De onde surgiu o sindicato? Surgiu no capitalismo porque o sistema é desigual; e porque em uma democracia é preciso haver mais equilíbrio entre o forte e os mais fracos. [...] Para os trabalhadores, não há outro caminho a não ser se organizar, se unir e lutar por direitos. Não há conquista, não há direito no Brasil e no mundo sem a luta dos trabalhadores [...].

Quais são os principais desafios de 2020 para os trabalhadores?

Assis: Do ponto de vista da categoria, nós temos que enfrentar a ques-

ção do arrocho salarial. [...] é preciso que o trabalhador e a categoria também compreendam a necessidade da luta. Digo isso porque nem o arrocho salarial, nem as condições de trabalho, serão melhoradas sem a luta dos trabalhadores. Outra questão é fazer o debate sobre a indústria 4.0. Surgirá na indústria 4.0 um novo tipo de trabalhador. Provavelmente, um outro tipo de empresa.[...] Precisa de uma direção com visão mais ampla e que compreenda as dificuldades dos trabalhadores como um todo.

Notas

1 Essa forma de organização era comum, por exemplo, no Rio Grande do Sul. Em 1877 foi fundada a Sociedade Operária de Socorro Mútuo e Beneficência Vitório Emanuel II, considerada a mais antiga do Estado, com um caráter assistencial. Por sua vez, a primeira associação formada pelos imigrantes no Brasil foi a Associação Tipográfica Fluminense (1853), cujo objetivo era defender os interesses dos tipógrafos.

2 Trabalhadores de estabelecimento comercial atendendo os clientes no balcão ou que transportam e entregam nos domicílios as mercadorias.

3 Quanto a essa definição cronológica de Marçal, salienta-se que a mesma se deve ao surgimento da União Trabalho (1892), que dá origem ao período “social-democrata” em razão das principais lideranças operárias identificarem-se com o “socialismo” (MARÇAL, 1985).

4 A primeira Lei que trata da criação de sindicatos, no Brasil, é de 6 de janeiro de 1903, assinada pelo presidente da República Rodrigues Alves, cujo foco era “os profissionais da agricultura e indústrias rurais”. Somente em 1097 foi promulgado o Decreto nº 1637 estendendo o direito de sindicalização aos demais “profissionais” (UITA e F.T.I. ALIMENTAÇÃO – RS, 1981).

119

5 A *Encíclica Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII, defendia um salário capaz de “assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado e atender suas necessidades e de sua família”; que a jornada de trabalho diária não excedesse a força dos trabalhadores, com repouso proporcional à qualidade do trabalho. Assim, trabalhos como, por exemplo, extrair pedras e ferro, entre outros materiais “escondidos debaixo da terra”, “sendo mais pesados e nocivos a saúde”, devem ter uma duração mais curta. Quanto ao trabalho infantil e da mulher, afirmava que “O que um homem válido e na força da idade pode fazer, não será equitativo exigí-lo de uma mulher ou de uma criança”. Dizia, ainda: “Quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do cristão.” (https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html)

6 Este predomínio dos anarquistas na orientação da FORGS vai de 1911 até

1930, segundo Marçal (1985). Neste período, houve o surgimento de um grande número de jornais para desenvolver a agitação e propaganda anarco-sindicalista, na qual se fazia a defesa da ação direta e a negação da participação político partidária do operariado.

7 São os produtores de recipientes de madeira, a exemplo da pipa e do barril para acondicionamento e transporte de vinho; era necessária a qualificação para este trabalho artesanal.

8 O mandato de Fernando Collor de Mello teve *impeachment*, assumindo seu vice, Itamar Franco.

Anexos

Anexo I

Ata do ato de intervenção que extinguiu mandato da diretoria do Sindicato (9 de abril de 1964)

doze e seis (16) horas do dia nove (9) de abril de mil novecentos e sessenta e quatro (1964), na sede do Sindicato, sita à rua Pinheiro Machado nº 1452, na casa das seguintes pessoas: Capitão Osvaldo de Paula, Alcides Klauw, Martinho Tortolan, Ulisses Guerra, Roberto T., Luiz Rizzana, Mario Sartor, João Triches, Ismael Rangel Filho, o Sr. ITACYR ROSA CRUZ, General R1, tomou no cargo de Interventor, ocasião em que ele leu o texto de duas cópias autênticas, que dizia o seguinte: Ordens da República - Uruguiano - Encargo - CNT III Ex. LEGRE - Texto a transmitir - nº 36-C de 7 de abril de 1964.

122
Intervenção realizada Sindicato Metalúrgicos Coxias do Sul, Uruguiano. General R1 Itacyr Rosa Cruz para interventor Federal autoridade pt. Major Virgílio Cent. 3º G. Cav. An. AA. - O comunicado dizia o que segue: Ordens da República - Uruguiano - Diretoria de Comunicações - Radiotelegrama nº 1567 Ps. 9º Dt. 8 hrs 0930 - Recibido de RS.1 as 1310 Por 1 - Uruguiano Cent. 3º GC 44AE Ex. - 16 6AB de 8 pt Nomeio interventor ... o Sindicato dos Metalúrgicos Coxias do Sul General R1 Itacyr Rosa Cruz vz com finalidades vz visões vz manter eficiência serviços vz homologar ou cancelar decisões vz podendo determinar afastamento servidores e comier pt Necessário informar assunção interventores vz enviar relatório sucinto situação atual repartição pt nomeação será remetida vz Correio vz diretamente informado pt Gen. Pope Cent. 3º Ex.

Na essa comunicação, declararam o Sr. Interventor extintos os mandatos de toda a diretoria e de seus delegados e representantes, a quaisquer entidades, até finda o objetivo da intervenção.

e seu eleito mais sistematicamente, em seguida designar os pers.
Alcides Klauw, Martinho Botelho, Estelino Sadet e Robert Chubert e
Ulisses Guerra, para, na qualidade de seus assessores, promover a
verificação do estado atual do "Caixa" e a continuidade dos
serviços assistenciais mantidos pelo Sindicato. Determino a seguir
a publicação de convocação de todos os servidores do Sindicato,
Reunidos para o retorno às atividades normais no dia imediato.
Os assessores designados passaram ao exame do funcionamento dos
serviços rotineiros do Sindicato, para poderem, de imediato, dar
início ao trabalho que lhes foi designado. Foram dezoito (18)
horas e nada mais havendo a tratar, o Sr. Interventor de-
clarou encerrada a reunião e determinou a mim, Robert Chubert
a lavatura da presente ata, em livro para tal fim aberto.

Caxias do Sul, 9 de abril de 1964
Fanny Rosa Luzzi, Intervenente.
~~id. id.~~
Estelino Sadet
Martinho Botelho
Alcides Klauw

Ata da nomeação e posse da Diretoria Provisória
do Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Metalúrgicas,
Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul.

De acordo com os poderes a mim atribuídos pelo
ato de intervenção, pelo presente ato, nomeio para cons-
tituírem a Diretoria Provisória as seguintes trabalhadoras da
classe: Presidente: Ulisses Guerra; Secretário: Hilto da Gama
Silva; Tesoureiro: Dionísio Guido Brazzoni, que por mim foram
empossados na mesma oportunidade.

Caxias do Sul, 15 de abril de 1964
Fanny Rosa Luzzi, Int. Int. Antonio Gomes da
Ulisses Guerra
Hilto da Gama e Silva
Dionísio Guido Brazzoni

Anexo II

Assembleia Geral de Deflagração de Greve (9 de abril de 1964)

Ata nº 53 //

"Por quinze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e sete, às vinte horas, na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Curitiba do Sul, reuniram-se os associados da categoria profissional, em segunda convocação, conforme edital publicado no jornal "Folha de Parê", de Curitiba, edição de 11 de junho corrente, páginas doze, para tratar da seguinte ordem do dia: discussão das reivindicações da categoria profissional e deliberação sobre o movimento grevista. Abertos os trabalhos pelo presidente do Sindicato, Sr. Antonio Olivo Frigeri que expôs aos presentes a finalidade da reunião, tendo convidado a mim por seu secretário-geral e fez a leitura do edital de convocação, a seguir o Sr. Frigeri passou a presidir os trabalhos e o Sr. Antonio Carlos Bonet Nunes, Promotor Público designado pelo Sr. Procurador Regional do Trabalho de Curitiba, assistente. O Sr. Antonio Carlos Bonet Nunes solicitou à Diretoria do Sindicato a lista dos associados presentes a esta assembleia, tendo verificado a existência de mil trezentos e oito (1.308), e que importava no comparecimento de mais de um terço dos associados. A seguir o presidente de as-

Man
 190

sembléa geral extraordinária após aos presentes que havia número legal para a realização da mencionada assembleia, e colocou a palavra à disposição dos associados que de lá quizessem fazer uso. Suscreveram-se e usaram da palavra os associados, José Afonso de Siqueira, Heitor Pacheco, Flávio Diniz e Vilasimbo dos Santos, os quais se manifestaram pela deflagração de greve. O Sr. presidente da assembleia geral extraordinária, solicitou aos presentes que se manifestassem contrariamente à greve, porém nenhum dos associados presentes deixou fazer uso da palavra. A seguir o Sr. Antonio Carlos Bonet Nunes concedeu a palavra aos Srs. Antonio Elvira Frigieri, Juálio Silva e Romeno Petruccini, membros do Sindicato, os quais explicaram aos presentes, digo, aos associados presentes, a finalidade de presente assembleia, após o senhor presidente de assembleia indagou dos associados se estavam perfeitamente esclarecidos sobre os fins e as consequências de presente ordem do dia e fez à respectiva afirmativa, passou a explicar como se procederia a votação. A seguir foi explicado a votação na sua forma legal, isto é, a prevista na lei nº 4.330, de 14 de junho de mil novecentos e sessenta e quatro, sendo a mesma aprovada, constituída pelo Sr. Antonio Carlos Bonet Nunes, que a presidiu, dele também fazendo parte, Juálio Silva e Heitor Pacheco. Feita a apuração, constatou-se que a unanimidade dos associados presentes, isto é, mil trezentos e oito, manifestou-se pela deflagração de greve, e nenhum associado, como é óbvio, opinou contrariamente. Após o resultado final de votação, o qual o Sr. Presidente de assembleia houve-lhes aos associados foi pelo mesmo concedida a palavra ao presidente do Sindicato, o qual explicou aos presentes que, ainda de acordo com a lei nº 4.330, e como decorrência de votação, seriam procedidas as notificações devidas, baseadas no pedido inicial, consistente de revisão de dividendo coletivo de dote, ajuizado no corrente ano. O Sr. Presidente de assembleia, após o senhor Presidente do Sindicato ter feito uso da palavra, concedeu-a ao -

Referências bibliográficas

CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: DIFEL, 1979.

CARVALHO, Marcia. **Revista Comemorativa aos 70 anos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, 2003.

DIEHL, Astor Antonio. **Círculos Operários no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Casa de negócios: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. 127

GIRON, Loraine Slomp. “Fim da União Operária.”. Disponível: <http://historiadaqui.blogspot.com/> Acesso: janeiro de 2022.

HEREDIA, Vania B. M. **Apontamentos para uma história econômica de Caxias do Sul: de colônia a município**. Cadernos de Pesquisa, v. 2, n. 2. Caxias do Sul: Editora da UCS, 1993.

HEREDIA, Vania B. M.; Peruzzo, Juliana F. **Implicações Tecnológicas nos processo de trabalho na indústria caxiense**. Cadernos de Pesquisa, v. 6, n. 3, Caxias do Sul: Editora da UCS, 1998.

HENRICHS, Liliana Alberti. Entrevista com Agenor da Silva. Disponível: <http://www.arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br> Acesso: janeiro de 2022.

HENRICHS, Liliana Alberti; PRETTO, João. Entrevista com Thomaz Ferreira de Almeida. Disponível: <http://www.arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br> Acesso: janeiro em 2022.

JORNAL A TRIBUNA. Caxias do Sul, 1920. Disponível: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15> Acesso: novembro de 2015.

JORNAL BRASILIANO. Caxias do Sul, 1963-1964. Disponível: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15> Acesso: outubro de 2015.

JORNAL CAXIAS. Caxias do Sul, 1927-1932. Disponível: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15> Acesso: março de 2014.

JORNAL CAXIAS MAGAZINE. Caxias do Sul, 1958-1970. Disponível: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15> Acesso: abril de 2014.

JORNAL O BRAZIL. Caxias do Sul, 1909-1924. Disponível: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15> Acesso: junho de 2014.

JORNAL O MOMENTO. Caxias do Sul, 1933-1958. Disponível: <http://www.metalurgicoscaxias.com.br/o-sindicato/jornal-12-de-fevereiro/> Acesso: setembro de 2015.

128

JORNAL O REGIONAL. Caxias do Sul, 1926-1928. Disponível: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15> Acesso: junho de 2015.

JORNAL PANORAMA. Caxias do Sul, 1958-1962. Disponível: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15> Acesso: abril de 2015.

JORNAL PIONEIRO. Caxias do Sul, 1948-2002. Disponível: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15> Acesso: fevereiro de 2016.

KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1936).** Tese (doutorado) – Faculdade de História. Campinas: Unicamp. 2004.

MAESTRI, Mário. **Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914.** Passo Fundo: UPF, 2000.

MARÇAL, João Batista. **As primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1985.

MEMORIAL GAZOLA. Disponível: <https://www.memorialgazola.com.br/a-gazola-na-segunda-guerra-mundial> Acesso: fevereiro de 2022.

MTE/CAGED. Disponível: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php Acesso: janeiro de 2022.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala.** 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PEDROSO, Elizabeth M.K. **Movimento Sindical Urbano no Brasil.** Porto Alegre: Evangraf Ltda.,1998.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Que a união operária seja nossa pátria: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elisabeth. **Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870-1937).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004 129

REZENDE, Antonio Paulo. **História do Movimento Operário no Brasil.** São Paulo: Ática, 1986.

TISSOT, Ramon Victor. **Formar trabalhadores, transformar a sociedade: o ensino industrial em três tempos (Caxias do Sul, 1901-1964).** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Disponível: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3542> Acesso: abril de 2016.

WÜNSCH, Paulo Roberto. **Sindicalismo e reestruturação produtiva no Brasil; desafios da ação sindical dos metalúrgicos de Caxias do Sul.** Bauru: Canal 6, 2013.

UITA e F.T.I. ALIMENTAÇÃO. **História do Movimento Operário Nacional e Internacional.** Porto Alegre: Textos para círculos de Estudos: Programa de Formação Sindical, 1981.

Pela democracia e pela justiça social

Assis Flávio da Silva Melo

Presidente licenciado

do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Caxias do Sul

As páginas de um livro de história sempre trazem momentos marcantes e, nesse caso, das lutas dos trabalhadores brasileiros que se somam aos acontecimentos da história dos 100 anos de trajetória do movimento dos metalúrgicos em Caxias do Sul.

E para celebrar os 100 anos dessa história, que sempre buscou a unidade e a luta, exalto não o passado, mas o futuro, as expectativas em relação à luta dos trabalhadores.

Atualmente, estamos passando por um período crucial na história do Brasil. O país entrou na contramão da história nos últimos anos. Vivemos sob ameaça à democracia e é necessário urgentemente fortalecê-la com a soberania do Brasil, gerar empregos, desenvolver a nação, mudar o governo que aí está.

Para logarmos êxito na luta, é preciso continuarmos na organização consciente dos trabalhadores, buscando cada dia a vitória da classe operária. E esse livro nos mostra que as conquistas só foram obtidas quando os trabalhadores estiveram unidos pela mesma causa e organizados em classe, enfrentando os exploradores.

Por isso, lutar deve ser um verbo marcante no livro da trajetória dos trabalhadores de todas as categorias, e nessa obra dos professores Paulo Wünsch e Saulo Velasco, a luta está marcada como forma de atingir a democracia e a justiça social.



9 786559 501090